

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS DE BACABAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MAXSOEL COSTA

**FUNCIONAMENTO DISCURSIVO E EFEITOS DE SENTIDO PARA O AUTISMO
EM ENUNCIADOS DA MÍDIA**

BACABAL, MA
2025

MAXSOEL COSTA

**FUNCIONAMENTO DISCURSIVO E EFEITOS DE SENTIDO PARA O AUTISMO
EM ENUNCIADOS DA MÍDIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras de Bacabal da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Texto e Discurso

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Monica Fontenelle Carneiro

BACABAL, MA
2025

MAXSOEL COSTA

**FUNCIONAMENTO DISCURSIVO E EFEITOS DE SENTIDO PARA O AUTISMO
EM ENUNCIADOS DA MÍDIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras de bacabal da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre em Letras.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Monica Fontenelle Carneiro

Aprovada em _____ de _____ de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Monica Fontenelle Carneiro
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Veraluce da Silva Lima
(Avaliadora Interna - UFMA)

Prof^a. Dr^a. Claudiene Diniz da Silva
(Avaliadora Externa - UEMA)

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Costa, Maxsoel.

FUNCIONAMENTO DISCURSIVO E EFEITOS DE SENTIDO PARA O
AUTISMO EM ENUNCIADOS DA MÍDIA / Maxsoel Costa. - 2025.
105 p.

Orientador(a): Monica Fontenelle Carneiro.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão,
Bacabal, 2025.

1. Autismo. 2. Mídia. 3. Funcionamento Discursivo.
4. Efeitos de Sentido. I. Carneiro, Monica Fontenelle.
II. Título.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado ao Lucas, meu sobrinho autista, a pessoa que mais amo nesta vida. Que a sua singularidade e alegria continuem sempre inspirando a buscar conhecimento e a valorizar cada momento ao seu lado.

Também dedico este trabalho à minha mãe, que, mesmo sem ter concluído seus estudos, fez questão de que todos os filhos frequentassem a escola, mostrando que a educação é sempre o melhor caminho para alcançar nossos objetivos.

A vocês, Lucas e mãe, meu carinho, gratidão e amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pela presença constante durante este processo de escrita, orientando-me e guiando-me em todos os momentos da vida.

À Prof^ª. Dr^ª. Mônica Fontenelle Carneiro, por ter aceitado me acompanhar nesta jornada, por ter acreditado em mim quando nem eu mesmo acreditava, e, sobretudo, por não ter desistido de mim. Professora Mônica, meu muito obrigado!

Aos meus amigos e a todos que estiveram comigo nessa caminhada, oferecendo acolhimento, incentivo e apoio nos momentos de maior dificuldade.

Aos professores que marcaram minha trajetória acadêmica, tanto na graduação em Letras quanto na Pós-graduação, transmitindo não apenas conhecimento científico, mas também valores como companheirismo, empatia e humildade intelectual. Nesse sentido, registro minha gratidão às professoras Claudia Vilarouca, Eva Nunes Chatel, Karina Mualém, Maria José Albuquerque Santos, Maria Verónica Pascucci e Tyara Veriato. A esta última, agradeço de modo especial pela atenção, incentivo e pelas contribuições teóricas e metodológicas que foram fundamentais para o amadurecimento das reflexões aqui desenvolvidas.

À minha família, em especial às minhas irmãs e à minha mãe, pela base de amor e educação que sempre me sustentou e me permitiu alcançar esta etapa da vida acadêmica.

Por fim, agradeço a mim mesmo, pelo esforço, pela persistência e pela capacidade de superação diante dos desafios enfrentados. Reconheço hoje a importância de acreditar em si próprio, sustentado pela fé em Deus e pela convicção de que era possível chegar até aqui. Que nunca possamos deixar de acreditar em nós mesmos!

RESUMO

A discussão sobre o autismo tem se tornado um acontecimento cada vez mais frequente na sociedade brasileira, sendo abordada inclusive na mídia, através de suas diferentes plataformas, como programas de TV, seriados, filmes, documentários e, ainda, na mídia impressa, como jornais e revistas. Nesse contexto, é interessante destacar as revistas *Época* e *Superinteressante* que, regularmente, tratam do tema em seus periódicos. Nesta pesquisa, propomos analisar os enunciados sobre o autismo publicados na edição de nº 473 da revista *Época* e na edição de nº 410 da *Superinteressante*, a fim de compreender como se organiza o discurso da mídia na constituição de saberes e produção de sentidos para o autismo. Neste trabalho, partimos do pressuposto que essas revistas – que integram aquilo que podemos chamar de mídia – atuam não apenas como espaços discursivos de produção e democratização da informação, mas também como instâncias enunciativas que, por meio de estratégias discursivas diversas, orientam, organizam e regulam o discurso, influenciando o modo como o público deve interpretá-lo. Dessa forma, buscamos examinar como essas plataformas organizam os enunciados sobre o autismo nas edições supracitadas e quais os efeitos de sentidos que produzem para essa condição neurológica e para os sujeitos autistas. Nesta pesquisa, fundamentamo-nos nos postulados teóricos e metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa, apoiando-nos nas contribuições de Charaudeau (2006; 2016), Foucault (1996; 2008; 2013; 2014) e Pêcheux (1995; 1997; 2008), para analisar e interpretar os enunciados sobre autismo veiculados nas edições das revistas *Época* e *Superinteressante*. Metodologicamente, esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, fundamentada na leitura analítica e interpretativa dos enunciados sobre/para o autismo presentes nas edições selecionadas. Como resultado, constatamos que os enunciados da *Época* para o autismo se inserem predominantemente na ordem do discurso especializado, articulando-se a uma formação discursiva médico-científica, que produz efeitos patologizantes e que limita outras interpretações possíveis para o autismo. Nesse processo, observa-se um regime de controle discursivo que privilegia a voz do saber especializado em detrimentos de outras, como a do próprio sujeito autista, que é silenciada ou parcialmente representada no espaço discursivo da revista. A *Superinteressante* também recorre ao saber especializado como base de suas abordagens, mas reconhecem outras vozes (como a de sujeitos autistas e seus familiares) no processo de interpretação do autismo. Essa articulação entre diferentes vozes para falar e interpretar o autismo no espaço discursivo da *Superinteressante* possibilita construir uma narrativa que vai além de sua descrição clínica e patológica, promovendo, assim, uma compreensão mais ampla e plural do fenômeno, produzindo, dessa forma, efeitos de pluralidade e de singularidade dentro do espectro.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo; Mídia; Funcionamento discursivo; Efeitos de sentido.

ABSTRACT

The discussion on autism has become an increasingly frequent topic in Brazilian society, addressed even in the media across its various platforms, such as television programs, series, films, documentaries, and also in print media, such as newspapers and magazines. In this context, it is noteworthy to highlight the magazines *Época* and *Superinteressante*, which regularly cover the subject in their issues. In this research, we propose to analyze the statements about autism published in issue no. 473 of *Época* and issue no. 410 of *Superinteressante*, in order to understand how media discourse is organized in the construction of knowledge and the production of meanings regarding autism. In this work, we start from the assumption that these magazines — which are part of what we can call the media — function not only as discursive spaces for the production and democratization of information but also as enunciative instances that, through various discursive strategies, guide, organize, and regulate discourse, influencing how the public should interpret it. Thus, we seek to examine how these platforms structure statements about autism in the aforementioned issues and what effects of meaning they produce for this neurological condition and for autistic subjects. In this research, we ground ourselves in the theoretical and methodological postulates of French-line Discourse Analysis, drawing on the contributions of Charaudeau (2006; 2016), Foucault (1996; 2008; 2013; 2014), and Pêcheux (1995; 1997; 2008), to analyze and interpret the statements on autism disseminated in the issues of the magazines *Época* and *Superinteressante*. Methodologically, this research is characterized as bibliographical and documentary, based on the analytical and interpretive reading of the statements about/for autism present in the selected issues. As a result, we found that the statements in *Época* on autism are predominantly inserted into the order of specialized discourse, articulated with a medical-scientific discursive formation, which produces pathologizing effects and limits other possible interpretations of autism. In this process, a regime of discursive control is observed that privileges the voice of specialized knowledge to the detriment of others, such as that of the autistic subject themselves, which is silenced or only partially represented in the magazine's discursive space. *Superinteressante* also relies on specialized knowledge as the foundation of its approaches but acknowledges other voices (such as those of autistic individuals and their families) in the process of interpreting autism. This articulation of different voices to speak about and interpret autism within *Superinteressante*'s discursive space enables the construction of a narrative that transcends its clinical and pathological description, thus promoting a broader and more plural understanding of the phenomenon and producing effects of plurality and singularity within the spectrum.

KEYWORDS: Autism; Media; Discursive functioning; Effects of meaning.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. DO SENTIDO NA LINGUAGEM	16
2.1. A produção de sentido na perspectiva formal da linguagem.....	17
2.2. O que a Análise do Discurso tem a dizer sobre o sentido na linguagem?	31
3. MÍDIA E DISCURSO	43
3.1. Relação entre mídia e discurso	44
3.2. A constituição da mídia: estruturas sociais e produção de sentidos	55
4. DISCURSO SOBRE O AUTISMO NA MÍDIA	66
4.1. Análise do discurso para o autismo na revista Época	67
4.2. Análise do discurso para o autismo na revista Superinteressante	85
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103

1. INTRODUÇÃO

Desde que o autismo foi diagnosticado como transtorno psicológico pelo médico austríaco Leo Kenner, na década de 1940, muitos foram os discursos que surgiram sobre ele, sobretudo no âmbito da educação e das ciências médicas. Esses discursos, muitas das vezes ancorados em saberes científicos e normativos, ajudaram a construir a ideia do autismo como deficiência, como algo a ser tratado e corrigido.

Essa perspectiva discursiva sobre o autismo, além de sustentar um olhar clínico sobre os sujeitos autistas – que passaram a ser definidos a partir de critérios de normalidade e anormalidade, funcionalidade e disfuncionalidade – contribuiu também para legitimar práticas institucionais de controle e medicalização desses sujeitos, operando por meios de dispositivos que se voltam para a normatização e a adaptação dos corpos de sujeitos autistas aos padrões neurotípicos.

Com o tempo, esses discursos transbordaram para outros espaços sociais, como o campo político e jurídico, que passaram a incorporar a pauta do autismo sob a perspectiva dos direitos humanos e da inclusão. Nesse contexto, a pessoa autista começa a ser reconhecida como sujeito de direitos, cuja participação plena na vida social deve ser garantida. No Brasil, um marco significativo desse processo foi a promulgação da Lei 12.764, de 2012 (Brasil, 2012), sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A criação dessa lei simboliza o esforço do estado brasileiro em deslocar a discussão sobre o autismo do campo estritamente biomédico para um debate de caráter político e social, centrado na cidadania, na equidade e na valorização da diversidade humana.

Nesse processo de ampliação do debate público para o autismo, importa salientar que a mídia exerce um papel fundamental, ao produzir e fazer circular discursos sobre o tema em diferentes formatos e plataformas - como programas televisivos, filmes, séries, novelas, reportagens jornalísticas, etc. - que contribuem para a construção de sentidos e para a ampliação da compreensão social sobre o tema. No entanto, embora essas plataformas midiáticas, através de seus discursos, tenham favorecido a inserção do autismo na esfera pública, é necessário problematizar as estratégias discursivas que utilizam para falar e representar o autismo e pessoas autistas.

Partindo do pressuposto de que a mídia exerce forte influência sobre o comportamento social e sobre as formas de pensar os acontecimentos (Charaudeau, 2006), torna-se pertinente colocar em discussão os sentidos que são construídos para o autismo e sujeitos autistas nos enunciados produzidos pela mídia. Sendo assim, este trabalho de pesquisa busca investigar o funcionamento discursivo para o autismo na mídia a partir dos enunciados que circulam sobre/para ele nos editoriais eletrônicos das revistas *Época* e *Superinteressante*. Como objetivos específicos, propomos: i) percorrer sobre as condições de produção dos discursos para o autismo/autista nas páginas dessas revistas; ii) descrever como os enunciados que circulam nas páginas dessas revistas funcionam para interpretar e significar o autismo/autista e iii) identificar os efeitos de sentidos que se formam para o autismo/autista a partir do que é dito nas páginas eletrônicas dessas revistas.

O *corpus* de análise desta pesquisa é constituído por enunciados produzidos para o autismo na edição de nº 473 da revista *Época* e na edição de nº 410 da revista *Superinteressante* e que circulam nas páginas eletrônicas dessas revistas. É importante salientar que a escolha dessas páginas eletrônicas se dá em função da relevância que ocupam no cenário jornalístico brasileiro, bem como pelo alcance e pela abrangência de sua circulação na sociedade, o que garante, a essas revistas, significativa influência na formação da opinião pública sobre o que veiculam em suas páginas. Além disso, tais revistas exercem um papel de destaque na formação da opinião pública e na produção de saberes acerca de temas de interesse público, como é o autismo, contribuindo, desse modo, para a constituição de representações sociais e de subjetividades no espaço midiático.

A revista *Época*, por exemplo, caracteriza-se por ser uma linha editorial de orientação liberal-progressista, que combina uma postura liberal em relação a questões econômicas, com uma abordagem mais progressista em pautas sociais e culturais. Ela constitui uma fonte relevante para compreender como os discursos da ciência, da psicologia e da medicina são mobilizados na sustentação de determinadas narrativas sobre o autismo. Suas reportagens sobre o tema frequentemente destacam aspectos relacionados ao diagnóstico precoce, às intervenções comportamentais e às histórias de “superação”, elementos esses que podem/ajudam a reforçar uma visão capacitista ou idealista da inclusão, na medida em que projetam o autismo a partir de parâmetros normativos de desenvolvimento e comportamento. Esse cenário, proporcionado pelo discurso editorial da revista, oferece subsídios importantes para

uma análise crítica dos efeitos de sentidos produzidos para/sobre o autismo no espaço midiático.

Já a revista *Superinteressante*, caracteriza-se como um veículo de divulgação científica e cultural, voltado para um público amplo e diversificado. Sua orientação editorial privilegia a popularização do conhecimento, apresentando temas científicos, tecnológicos e sociais em linguagem acessível e atrativa. No que se refere ao autismo, suas matérias tendem a enfatizar o tema a partir de dados científicos e a partir de narrativas pessoais, ancoradas em dizeres de sujeitos autistas e seus familiares. Essa pluralidade discursiva, presente na matéria da revista, configura um espaço privilegiado para a circulação e a disputa de sentidos sobre o autismo, permitindo observar a coexistência de discursos legitimados pelo saber científico e de saberes cotidianos sobre essa temática.

A análise dos materiais dessas duas fontes midiáticas permite identificar as diferentes formações discursivas, os modos de constituição do sujeito autista, os sentidos recorrentes sobre o autismo e, ainda, os silenciamentos e apagamentos que operam na delimitação do que pode ou não ser dito sobre sujeitos autistas em nossa sociedade. Assim, a escolha desses veículos midiáticos possibilita uma abordagem crítica e abrangente do funcionamento discursivo e da produção de sentidos sobre o autismo na mídia brasileira contemporânea.

No que se refere à escolha dessas edições supracitadas nas duas revistas, ela se justifica pelo fato de que ambas trouxeram o autismo como temática central de suas capas, sinalizando a relevância do tema no debate público e midiático naquele período. Logo, a escolha dessas edições, para a análise do discurso da mídia sobre o autismo, nos possibilita investigar como os sentidos para o autismo/autista são construídos a partir de perspectivas discursivas diferentes, considerando as particularidades de cada linha editorial.

Neste trabalho, adotamos a perspectiva teórico-analítica da Análise de Discurso materialista, abordagem que compreende a língua em sua dimensão discursiva, em correlação com o histórico-social e o sujeito, na constituição dos sentidos produzidos pela e na linguagem. Na perspectiva desse campo teórico, todo discurso é atravessado por formações ideológicas e condições de produção específicas que determinam o que pode ou não ser dito, assim como os efeitos de sentidos que se instauram a partir dessa materialidade discursiva.

Além disso, conforme Charaudeau (2006), as mídias atuam como instituições que moldam não apenas as formas de perceber o mundo, mas também os comportamentos e ações dos sujeitos. Para esse autor, as mídias funcionam como instâncias que produzem códigos e estratégias linguístico-discursivas capazes de orientar a opinião pública e regular os sentidos acerca de determinados acontecimentos ou objetos, como o autismo.

Nesse sentido, e considerando o papel da mídia como instância de produção e circulação de sentidos socialmente legitimados, buscamos analisar o funcionamento de seu discurso sobre o autismo, investigando os mecanismos pelos quais constrói sentidos, definem posições de sujeitos e delimitam o que pode (ou não) circular no espaço midiático. Em outras palavras, buscamos compreender como os enunciados que circulam nas páginas eletrônicas da revista *Época* e *Superinteressante* refletem as relações de poder presentes em nossa sociedade, e como isso se reflete na produção de sentido para o autismo nas páginas dessas revistas.

No que diz respeito ao percurso analítico, esta pesquisa está orientada pelos princípios da Análise de Discurso de linha francesa, perspectiva na qual teoria, método e prática não se separam, mas se constituem de forma articulada e contínua, em um movimento que envolve a observação do corpus, o aprofundamento teórico e a análise propriamente dita (Orlandi, 2020). Dessa forma, a constituição da pesquisa exige uma organização metodológica que considere essa indissociabilidade, estruturando-se a partir de procedimentos analítico-metodológicos que orientam tanto a condução da investigação quanto a interpretação dos dados. A seguir, apresentamos as etapas que compõem esse percurso analítico:

i) Realização de pesquisa e revisão bibliográfica no campo da Análise do Discurso, com o objetivo de fundamentar teoricamente os conceitos que serão mobilizados ao longo deste estudo;

ii) Constituição do corpus de análise, composto por diferentes enunciados discursivos veiculados nas páginas eletrônicas da revista *Época* e *Superinteressante* que abordam e interpretam o autismo e o sujeito autista;

iii) Leitura e análise do corpus, orientadas pelos conceitos teóricos da Análise de Discurso, visando interpretar o funcionamento discursivo dos enunciados e os sentidos que produzem sobre o autismo;

iv) Sistematização e interpretação dos resultados, relacionando os dados empíricos aos referenciais teóricos de modo a evidenciar como os enunciados selecionados funcionam para interpretar e significar o autismo.

Em relação à estrutura da dissertação, o trabalho está organizado da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, correspondente à introdução, é apresentado o objeto de estudo, que são os discursos sobre o autismo na mídia, bem como os objetivos que orientam a pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados. O capítulo justifica ainda a relevância da temática, apresenta a escolha teórica que fundamenta a análise e traça um panorama geral da estrutura do trabalho, de modo a oferecer um guia claro do percurso teórico-analítico desenvolvido ao longo da dissertação.

O segundo capítulo, intitulado “Do sentido na linguagem”, tem como objetivo discutir a produção de sentido na linguagem a partir de diferentes abordagens teóricas que fundamentam os estudos linguísticos modernos. Para isso, realizamos um percurso teórico que retoma os postulados do estruturalismo, representado por Ferdinand de Saussure, do gerativismo, desenvolvido por Noam Chomsky, e da Análise de Discurso de linha francesa, formulada por Michel Pêcheux. Ao mobilizar as contribuições desses autores - Saussure (2006), Chomsky (1978, 1980, 2018) e Pêcheux (1997; 1995; 2008), entre outros - buscamos compreender como cada uma dessas perspectivas interpreta o fenômeno do sentido na linguagem, destacando suas especificidades, tensões e implicações teóricas.

O terceiro capítulo, intitulado “Mídia e discurso”, tem como objetivo discutir a relação entre mídia e discurso, ressaltando a atuação da mídia como um veículo transmissor de informação e também como agente de produção de sentidos. Nessa perspectiva, o capítulo analisa como a mídia participa dos processos de seleção e circulação de discursos, influenciando a opinião pública e legitimando determinadas interpretações da realidade social. O capítulo busca, ainda, discutir de que modo ela configura regimes de verdade, capazes de moldar representações sociais e orientar práticas discursivas, influenciando diretamente a construção de sentidos sobre temas diversos, incluindo o autismo.

O quarto capítulo, intitulado “Discurso sobre o autismo na mídia”, tem como objetivo analisar o papel da mídia nos processos de produção e circulação de sentidos sobre o autismo. Assim, por meio da análise de enunciados sobre autismo veiculados na edição de nº 473 da revista *Época* e de nº 410 da *Superinteressante*, buscamos

compreender como se dá o funcionamento discursivo dessas revistas no processo em seus processos de produção discursiva para o autismo. Para tanto, fundamentamos nas contribuições teóricas da Análise do Discurso de linha francesa, especialmente nos trabalhos Foucault (1996; 2008; 2013; 2014), Pêcheux (1995; 1997; 2008), entre outros, com o propósito de desenvolver uma análise crítica dos processos discursivos que atravessam a construção de sentidos para/sobre o autismo nessas plataformas midiáticas.

O quinto capítulo, correspondente às “Considerações Finais”, é dedicado à apresentação das reflexões, resultados e conclusões alcançadas ao longo da pesquisa. Nele, retomamos os objetivos propostos e discutimos de forma sintética os principais achados da análise, evidenciando as contribuições do estudo para a compreensão do funcionamento discursivo sobre o autismo na mídia.

2. DO SENTIDO NA LINGUAGEM

A discussão sobre o processo de produção de sentido para o autismo/autista na mídia traz à tona a problemática sobre a questão do sentido na linguagem que, desde tempos remotos, parece ocupar um lugar de destaque nas reflexões sobre o funcionamento da língua.

Sabe-se que desde os gregos, por exemplo, já se discutia se o significado de uma palavra era determinado de forma arbitrária ou se aquilo que ela significa tinha alguma relação com a coisa que ela representa. Assim, para os naturalistas, como Platão, as palavras, na sua estrutura fônica, estariam ligadas ao seu significado; já os convencionalistas, incluindo aqui Aristóteles, consideravam que a relação entre a palavra e aquilo que ela significa era estabelecido através da convenção social, sendo, portanto, arbitrária.

Com o advento da linguística moderna, no século XX, essa problemática ganha novos contornos sem, no entanto, alcançar um consenso definitivo, pois as diferentes correntes teóricas que surgiram com o advento dessa disciplina passaram a propor explicações diversas sobre a questão da produção de sentido na linguagem. As teorias de base formalistas - com aquela desenvolvida por Ferdinand de Saussure, no início do século XX, e, posteriormente, a abordagem gerativista da linguagem, proposta por Chomsky, também nesse século – propuseram uma concepção de sentido na linguagem que derivam da própria estrutura da língua, uma vez que compreendem o sistema linguístico um conjunto autônomo de regras e relações internas, capaz de gerar significados independentemente das condições históricas, sociais e ideológicas de uso.

No entanto, em contrapartida a essa concepção de língua e produção de sentido na linguagem, encontram-se perspectivas teóricas que, ampliando o olhar para além do estudo da estrutura e funcionamento interno da língua, adotaram uma concepção de sentido que deriva não mais da estrutura interna do sistema linguístico, mas das condições concretas de uso da linguagem, levando em consideração os sujeitos, as práticas sociais e os contextos históricos da enunciação.

Nesta perspectiva, encontra-se, por exemplo, a teoria da Análise de Discurso o sentido como efeito produzido pelas práticas discursivas, isto é, como resultado da relação entre linguagem, sujeito e ideologia.

Considerando tais perspectivas, podemos dizer que a produção de sentido na linguagem apresenta-se como algo dinâmico e complexo, cuja compreensão depende da concepção de língua adotada em cada abordagem teórica que atravessa o domínio de estudo da linguagem.

Neste capítulo buscamos discutir sobre essas questões, destacando como cada uma dessas perspectivas teóricas compreenda a língua e o papel que atribui à produção de sentido na linguagem. Nesse contexto, interessa-nos analisar de que modo as abordagens teóricas de base formalista concebem a produção de sentido na linguagem e como a Análise de Discurso de linha francesa interpreta esse mesmo fenômeno na língua.

Salientamos, ainda, que tal discussão torna-se pertinente neste trabalho por possibilitar uma compreensão mais aprofundada do funcionamento da linguagem, pois, conforme destaca Pêcheux (2008), a língua é estrutura e funcionamento, o que significa dizer que ela não pode ser compreendida apenas como um sistema fechado de regras e elementos abstratos, mas também analisada em função de seu contexto histórico, social e ideológico de uso. Isso implica dizer que, ao se pensar a produção de sentido na linguagem, deve-se ter em consideração a ideia de que tal fenômeno não emerge somente da organização estrutural e interna da língua, mas também do uso efetivo que os sujeitos fazem dela em contextos históricos e sociais específicos, sempre mediado por ideologias e relações de poder que atravessam os enunciados.

Desse modo, e considerando o objeto de estudo proposto nesta pesquisa, compreendemos que traçar uma relação entre as teorias de base formalista e aquela adotada pela Análise de Discurso de linha francesa possibilita-nos desenvolver uma compreensão mais ampla sobre os processos de significação na linguagem, embora nosso enfoque, neste trabalho, seja a perspectiva da Análise de Discurso, que será utilizada para investigar os enunciados sobre autismo nas páginas das revistas *Época* e *Superinteressante*.

2.1. A produção de sentido na perspectiva formal da linguagem

Para darmos início a esta discussão, faz-se necessário retomarmos algumas das questões previamente apresentadas na introdução deste capítulo da dissertação. Sendo assim reiteramos o entendimento que, no domínio da linguística não existe uma única forma de apreender a noção de sentido na língua, visto que cada abordagem

teórica desse domínio de estudo da linguagem propõe uma visão particular de como interpretar esse fenômeno. As teorias linguísticas de base formalista – representadas neste trabalho pelo estruturalismo, de Ferdinand de Saussure, e o gerativismo, de Noam Chomsky – constituem alguns desses campos teóricos que buscam explicar a produção de sentido na linguagem com base na organização interna da língua, como sendo um processo resultante de regras internas e das regularidades do sistema linguístico, sem considerar os contextos históricos, sociais e ideológicos em que os atos de linguagem se realizam.

A fim de compreender mais profundamente como essas perspectivas teóricas compreendem os processos de significação na linguagem, passaremos a discutir, a partir de então, sobre como essas abordagens teóricas compreendem o objeto da língua, destacando as implicações epistemológicas decorrentes dessas concepções para o entendimento da produção de sentido na linguagem.

Sendo assim, iniciamos esta discussão destacando que o estruturalismo, discutido aqui a partir de uma perspectiva epistemológica, parte do pressuposto de que “[...] todo conceito num dado sistema é determinado por todos os outros conceitos do sistema”, sendo que nada, nesse sistema, “significa por si próprio” (Câmara Jr., 2001, p. 43). Isso significa dizer que, na perspectiva da abordagem estruturalista, os elementos dentro de um sistema não têm sentidos isoladamente, mas apenas na relação uns com os outros, ou seja, o significado de cada elemento só se torna inteligível em função das diferenças e oposições que mantém com os demais elementos do sistema.

Esse entendimento, acerca do estruturalismo, contribuiu significativamente para o desenvolvimento da linguística saussuriana e para a noção de signo linguístico desenvolvida por Saussure nesse domínio teórico de estudo da linguagem. De fato, é a partir da ideia de língua enquanto sistema de relações estruturas que Saussure estabelece as bases teóricas e epistemológicas da linguística moderna, permitindo compreender a língua como um sistema coerente de elementos interdependentes, cujo estudo possibilita analisar a produção de sentido de maneira sistemática e científica. Assim, é com base nesse princípio que Saussure inaugura, no início do século XX, uma abordagem científica da língua, voltada para a análise de suas estruturas internas e das relações entre os elementos que a compõem.

Esse modo de compreensão da língua, proposto por Saussure, encontra-se explicitado na sua obra póstuma *Curso de Linguística Geral*, publicada três anos após

sua morte, em 1916. Nessa obra, são estabelecidos os principais fundamentos da linguística estruturalista, dentre os quais se destaca a concepção de língua como um sistema de signos, em que cada elemento desse sistema só tem valor em função das relações que estabelece com os demais.

O CLG inaugura, assim, uma nova maneira de conceber a língua, que passa a ser entendida, a partir de então, como uma estrutura autônoma, regida por leis internas de funcionamento, e não mais como um simples instrumento de comunicação ou expressão do pensamento, como tradicionalmente era concebida nas abordagens anteriores à linguística moderna. A partir dessa obra, a linguística torna-se disciplina científica, promovendo uma abordagem sistemática da língua, rompendo, dessa forma, com as abordagens anteriores que tratavam a linguagem de maneira “isolada”, sem se preocupar com a estrutura interna que sustenta seu funcionamento.

Contudo, é importante salientar que para que Saussure pudesse sustentar um projeto teórico de estudo da linguagem numa perspectiva eminentemente científica, era preciso que ele considerasse, nessa empreitada, os princípios filosóficos que orientavam a produção do conhecimento de sua época.

Bertucci (2008), ao discorrer sobre a produção do conhecimento no século XIX, destaca que ela foi fortemente influenciada pela filosofia positivista da época. Nesse contexto, para que determinado domínio do saber pudesse ser constituído como conhecimento verdadeiro e válido, era necessário que adotasse uma abordagem sistematicamente objetiva na análise de seus dados. Dessa forma, para essa perspectiva de pensamento filosófico, o conhecimento legítimo é aquele que pode ser analisado empiricamente por meio de métodos rigorosos, sem o uso de interpretações subjetivas.

Saussure, ao instituir seu projeto teórico de estudo da linguagem, procurou, dessa forma, atender a esses paradigmas impostos pela filosofia positivista de sua época. Nesse sentido, ao definir a Linguística como disciplina científica, delimitou de forma precisa seu campo de atuação, definindo a língua como seu objeto de estudo. Em sua abordagem teórica, o autor buscou formular uma metodologia rigorosa de análise, voltada à descrição dos aspectos formais e sistemáticos da língua. Desse modo, o projeto teórico saussuriano não apenas seguiu à risca os princípios e paradigmas impostos pela filosofia positivista de seu século, como também os utilizou para consolidar a Linguística como uma ciência com especificidades próprias, inserida no campo especializado do estudo da linguagem.

É importante salientar que tal procedimento foi fundamental para o desenvolvimento do projeto teórico de Saussure, uma vez que a Linguística, tal como por ele concebida, não era o único domínio do saber interessado pelos fenômenos da linguagem. Assim como ela, outros domínios também se lançaram a refletir sobre a linguagem, embora sem o rigor científico que caracteriza a abordagem saussuriana. A esse respeito, Saussure (2006) destaca três grandes tradições que, antes do desenvolvimento da linguística moderna, marcaram o estudo da linguagem.

A primeira tradição, citada pelo autor, é a da Gramática, cujas raízes remontam aos gregos e tinha como foco formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas de uso da língua. Essa tradição, de acordo com Cunha *et al.* (2011, p. 25), além de buscar estabelecer uma relação entre a linguagem e a lógica, procurava ainda “sistematizar, através da observação das formas linguísticas, as leis de elaboração do raciocínio”. O estudo da linguagem, nesse contexto, era marcado pelo caráter prescritivo das regras gramaticais, voltado à orientação do uso adequado da língua, uma vez que se acreditava que o domínio das regras gramaticais era linguagem.

Para Saussure (*ibidem*), é precisamente esse caráter normativo da gramática, defendido por essa tradição dos estudos linguísticos, que distancia tal abordagem de uma perspectiva verdadeiramente científica da linguagem, pois o fato de não priorizar a língua como objeto de estudo, essa tradição não poderia reivindicar para si o status de ciência da linguagem.

A segunda tradição mencionada por Saussure (*ibidem*) corresponde aos estudos de caráter histórico e evolutivo da língua. A Filologia, nesse contexto, apresentou-se como disciplina centralizadora dessa abordagem, uma vez que é de sua especificidade investigar os aspectos evolutivos da língua, incluindo as transformações que suas formas sofrem ao longo do tempo (Cunha *et al.*, 2011). No entanto, Saussure (*ibidem*, p. 31) salienta que a língua não constitui o único objeto de interesse da Filologia, pois esta quer, antes de mais nada, “[...] fixar, interpretar e comentar os textos”, sem necessariamente abordar a linguagem em uma perspectiva eminentemente científica. Por essa razão, continua o autor, ela torna-se incapaz de desenvolver um projeto de investigação que tratasse a língua como objeto de estudo autônomo e sistemático, condições essas que, ainda segundo Saussure, seriam imprescindíveis para a constituição da linguística como ciência.

A terceira fase dos estudos da linguagem, mencionada por Saussure (Ibidem), é a da Gramática Comparada. Seu objetivo principal consistia em determinar o grau de parentesco entre as línguas por meio do método comparativo. Contudo, destaca o autor, ao se concentrar principalmente em estabelecer correspondências e identificar relações de semelhança ou familiaridade entre as línguas, essa tradição acabou negligenciando a verdadeira natureza do objeto de estudo da linguagem, o que a torna inapta para desenvolver um projeto científico sobre a língua.

Sendo assim, salienta Saussure (Ibidem), caberia à Linguística ocupar esse lugar de interesse pelos fatos da língua, o que exatamente faz o autor ao posicionar-se “no terreno da língua” para conferir à Linguística seu estatuto de cientificidade. Desse modo, a tarefa da linguística seria, portanto,

a) fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas mães de cada família; b) procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história; c) delimitar-se e definir-se a si própria (Saussure, 2006, p. 13).

Dessa forma, a linguística saussuriana assume não apenas o compromisso de tornar a língua como verdadeiro objeto de estudo da linguagem, mas também de analisá-la sistematicamente, destacando suas propriedades estruturais e funcionais.

É importante salientar que no projeto teórico de Saussure a língua ocupa um lugar de destaque, pois, para o autor, isso acontece porque, para o autor, ela é “[...] um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (Saussure, 2006, p 17). Tal definição revela, portanto, o caráter social e convencional da língua como objeto de estudo.

A língua é social, de acordo com Saussure (Ibidem), porque ela ultrapassa a dimensão individual da linguagem, não sendo, portanto, uma propriedade particular do sujeito, mas um saber compartilhado e transmitido coletivamente. Além disso, ela é convencional, uma vez que resulta de acordos estabelecidos entre os membros da comunidade linguística. Isso significa dizer, portanto, que o falante, individualmente, não cria a língua, nem tem forças para promover qualquer mudança significativa em seu funcionamento sem a participação e consenso da comunidade linguística. Esse caráter social e coletivo da língua que faz dela um produto autônomo, homogêneo e

estável, permitindo, dessa forma, que ela seja estudada de maneira científica e sistemática.

Além disso, é importante salientar que, para Saussure (2006), a língua é um sistema, porque todo o seu funcionamento ocorre em função de leis internas, sem depender de fatores externos a ela, como vontade individual do falante ou influências externas momentâneas. É justamente esse caráter sistemático que faz da língua um objeto propício para o projeto epistemológico saussuriano, pois enquanto “sistema de valores puros”, ela incorpora todo o rigor metodológico exigido pela filosofia positivista vigente na época do autor.

No entanto, é importante salientar que ao eleger a língua como objeto de estudo da linguística, Saussure realiza um corte epistemológico que irá afetar significativamente os estudos da linguagem, pois ao privilegiar a análise da língua, em detrimento da fala, o autor concentra-se na análise das estruturas e relações internas do sistema linguístico, desconsiderando, nesse processo, os elementos subjetivos da linguagem, como as escolhas individuais e outras particularidades que emergem do uso concreto da língua pelos falantes. Além disso, o “corte” promovido por Saussure não só coloca a língua como objeto autêntico de estudo da linguagem, como também promove uma separação entre o conceito de língua e fala, em que aquela é definida como sendo

um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem. [...] Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. [...] A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. [...] Não só pode a ciência da língua prescindir de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão misturados (Saussure, 2006, p. 23).

Por sua vez, a fala passa a ser caracterizada, segundo o autor, como a parte da linguagem que é individual e de propriedade do falante, isto é, como o ato concreto de utilização da língua, marcado pelas escolhas pessoais do falante e pelas condições da enunciação. Ao se referir à fala, Saussure destaca que ela é

[...] um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º. as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º. o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações (Saussure, 2006, p. 22).

Essa distinção entre a noção de língua e fala - em que a língua é concebida como um sistema autônomo e estável, e a fala, como variável e instável – não só a primeira como o verdadeiro de estudo da linguística, como também promove uma espécie de hierarquização entre os dois conceitos, em que a língua é elevada ao status de objeto da Linguística, enquanto que a fala é relegada a um plano secundário, por ser vista como um fenômeno mais instável, sujeito às variações individuais, sendo, portanto, menos adequada a uma análise científica sistemática.

Além disso, essa divisão entre o que é sistemático (a língua) e o que é acessório na linguagem (a fala) acarreta importantes implicações sobre a noção de sujeito na linguística saussuriana. Vejamos, a seguir, de que forma isso se manifesta.

Ao enfatizar o aspecto social e sistemático da linguagem em seus postulados teóricos, Saussure assume uma posição epistemológica segundo a qual a língua é um objeto autônomo que escapa ao controle e vontade do falante. Por outro lado, ao conceber a fala como um ato individual, pertencente à ordem do falante, o autor entende que é nesse domínio que o falante o indivíduo detém o controle sobre aquilo que diz, sendo, portanto, o “senhor do seu dizer”.

Ora, se a fala é da ordem do falante – o nível da linguagem em que se manifestam as escolhas individuais e as nuances de subjetividade –, sua exclusão do campo da linguística científica, em detrimento da língua, implica na interdição do sujeito nessa proposta saussuriana de análise linguística. Tem-se, assim, um verdadeiro “não lugar” para o sujeito na linguística saussuriana, uma vez que ao voltar-se para a análise do sistema linguístico – por ser uma estrutura sistemática, estável e livre de manifestações subjetivas –, afasta-se a possibilidade de considerar a instância subjetiva da produção de sentido na linguagem. A exclusão da fala equivale, portanto, à exclusão da subjetividade no processo de produção de sentido na linguagem, uma vez que a atenção de estudo da linguística saussuriana se concentra na estrutura da língua, enquanto sistema autônomo, em detrimento do sujeito e suas escolhas enunciativas.

Podemos dizer, dessa forma, que na linguística saussuriana, a subjetividade é colocada à margem da reflexão linguística, visto que o foco de estudo se concentra na análise sistemática da língua, e não nas intenções do falante, que deixa de ter um papel ativo na construção de sentido na linguagem, dado o enfoque exclusivo na língua como sistema autônomo e estruturado.

É importante salientar que essa concepção de língua reforça uma visão mecanicista do sujeito na linguística saussuriana, visto que, nesse modelo teórico, a língua opera de maneira sistemática e autônoma, funcionando independentemente da vontade e das escolhas individuais do falante, que se torna um agente passivo, limitado a mobilizar os elementos preexistentes do sistema sem participar ativamente do processo de construção do sentido na linguagem.

Além disso, como a língua é, para Saussure (2006), um sistema de signos, em que cada elemento desse sistema adquire valor a partir das relações diferenciais que mantém com os demais elementos, compreende-se, então, que o sentido emerge do próprio funcionamento do sistema linguístico, e não da intenção ou da vontade do sujeito falante. Em síntese, a proposta teórica de Saussure delineia uma noção de sujeito reduzida à condição de mero usuário da língua, sem exercer papel ativo na criação do significado. Nessa perspectiva, o sentido é concebido como resultado das relações internas e estruturais do sistema, e não como produto da ação subjetiva do falante, cuja participação na produção de sentido é, assim, limitada e secundária.

No entanto, a fim de complementar esse entendimento, passaremos a discutir sobre a noção de signo e valor linguístico em Saussure, de modo a esclarecer como os elementos do sistema linguístico se relacionam entre si para reforçar a ideia de produção de sentido como algo que emerge do funcionamento interno da língua, e não de decisões subjetivas do falante.

Começamos, dessa forma, destacando que, para Saussure (2006), o signo é definido como uma unidade linguística formada pela associação entre aquilo que ele denominou de significado e significante. O significante, segundo o autor, corresponde à forma linguística do signo, como as sequências de letras, sons ou sinais que constituem a expressão linguística. Já o significado, refere-se à ideia ou conceito atrelado ao signo, representando, desse modo, o sentido que a expressão linguística carrega dentro do sistema da língua.

Contudo, acrescenta o autor, o signo não designa uma realidade autônoma, mas uma associação entre a impressão psíquica do som na mente do indivíduo e um conceito, igualmente de natureza psíquica e mental. Assim, nas palavras do autor,

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (empreinte) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a

chamá-la “material”, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrata (Saussure, 2006, p. 80).

Saussure evidencia que o significado do signo linguístico não se encontra no objeto exterior nem no som físico, mas na relação psíquica estabelecida entre a imagem acústica e o conceito. Isso reforça a ideia de que o sentido emerge das relações internas do sistema linguístico, e não de fatores externos ou da intenção subjetiva do falante.

Outro aspecto que caracteriza o signo linguístico é a arbitrariedade. Para Saussure (Ibidem), o signo é arbitrário, no sentido de que não existe nenhuma relação natural ou lógica entre o significante e aquilo que ele significa. Ou seja, a relação entre a forma perceptível do signo (significante) e o conceito que ela evoca (significado) não é motivada por uma conexão intrínseca, mas é estabelecida por convenção social, o que significa dizer, portanto, que o vínculo entre significante e significado depende do acordo coletivo entre os falantes de uma comunidade linguística e não de qualquer correspondência objetiva entre palavra e realidade.

O caráter arbitrário do signo linguístico coloca em evidência, dessa forma, a ideia de que o falante, individualmente, não possui a capacidade de alterar o sentido de um termo já estabelecido socialmente. Assim, embora o significante pareça ser escolhido livremente em relação à ideia que representa, em relação à comunidade que o emprega, ele não é livre (Saussure, 2006). Portanto, é impossível que um falante, por conta própria, modifique um significante da língua para atender a uma necessidade pessoal, visto que essas relações já estão consolidadas no sistema da língua tal como se apresentam.

Ainda em relação à noção de signo em Saussure, é importante destacar que para o autor, o signo é uma propriedade linguística que adquire valor no contexto sistema. Desse modo, de acordo com Saussure (2006), o valor de um signo não depende da relação direta entre a palavra e o sentido que ela designa, mas das relações de diferença e oposição que ela mantém com os demais signos do sistema. Assim, para o autor, em seu aspecto conceitual, “[...] o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia” (Ibidem, p. 135), evidenciando, desse modo, que o sentido de uma palavra (ou signo linguístico) não é algo fixo ou dado por natureza, mas que é definido pelas relações que essa palavra estabelece com os demais signos no sistema linguístico.

Saussure (Ibidem) define ainda o valor de um signo em função de seu aspecto material. Nesse sentido, salienta que “se a parte conceitual do valor é constituída unicamente por relações e diferenças com os outros termos da língua, pode-se dizer o mesmo em sua parte material” (Saussure, 2006, p. 136). Isso significa dizer que o signo, para o autor, só adquire valor dentro da rede de oposições que compõe o sistema linguístico. Em outras palavras, um signo não tem valor em si mesmo, mas apenas na medida em que se distingue dos demais signos, tanto no plano conceitual quanto no plano sonoro. Assim, o valor linguístico é definido negativamente, por contraste, e não positivamente, por uma qualidade intrínseca, o que reforça a ideia de que o sentido na língua, na linguística saussuriana, emerge do funcionamento interno do sistema linguístico, e não de uma intenção subjetiva do falante.

Podemos concluir, dessa forma, que, na perspectiva saussuriana, a produção de sentido na linguagem é essencialmente relacional e sistêmica, uma vez que o significado de cada signo, para Saussure, não depende de uma relação direta com a realidade extralinguística, mas das relações de diferenças e oposições que mantêm com os demais signos do sistema.

No mais, podemos dizer que, ao deslocar o foco de análise do sujeito para a estrutura da língua, Saussure não só concebe a produção de sentido como algo que emerge das relações internas do sistema linguístico – e não da intenção do falante, como inaugura uma nova forma de compreender a linguagem, estabelecendo, com isso, as bases teóricas para o desenvolvimento da linguística moderna.

No entanto, assim como Saussure, outros teóricos também se lançaram a refletir sobre a língua numa perspectiva essencialmente sistemática. Destaca-se, nesse sentido, a figura de Noam Chomsky, que, assim como Saussure, propõem uma abordagem sistemática da língua, embora sob bases teóricas distintas.

Nesse ponto, torna-se importante destacar que diferentemente de Saussure, Chomsky compreende a linguagem como um produto essencialmente biológico – e não social, como postula Saussure –, no sentido de que ela constitui uma faculdade inata da mente humana que o indivíduo adquire para produzir as sentenças da língua. Assim, para Chomsky (1980), a linguagem é um produto natural, que se desenvolve no homem independentemente de influências sociais e culturais. Essa concepção de linguagem está presente na maior parte de sua obra, como, por exemplo, em *Reflexões e Linguagem* (1980), em que o autor afirma que

A linguagem é um produto da mente humana, e a mente humana é um fenômeno biológico. Portanto, a linguagem deve ser um fenômeno biológico. É um sistema mental complexo que faz parte da estrutura biologicamente determinada do cérebro humano (Chomsky, 1980, p. 16).

Essa concepção de linguagem, proposta por Chomsky, além de caracterizá-la como algo essencialmente internalista, ligada, nesse sentido, à estrutura mental e biológica do indivíduo, funciona ainda como uma espécie de crítica às perspectivas teóricas que compreendem a linguagem como uma experiência social que o indivíduo produz diante de estímulos que recebe da interação social. Para o autor, a linguagem não pode ser explicada como sendo uma resposta a estímulos ambientais, mas como sendo uma capacidade inata do ser humano, estruturada por princípios universais que permite a produção e compreensão de enunciados inéditos, independentemente da experiência social do indivíduo.

Essa maneira de compreender a linguagem levou Chomsky a desenvolver a teoria da Gramática Gerativa, apresentada sendo um modelo teórico de análise da língua numa perspectiva formal e mentalista e centrada na descrição das estruturas mentais subjacentes ao conhecimento linguístico. A gramática gerativa, denominada também de gerativismo, busca, desse modo, explicar como os falantes são capazes de produzir as sentenças na língua de maneira criativa e satisfatória, sem tê-las antes ouvido ou aprendido de forma explícita. Para esse modelo teórico, a linguagem é um atributo biológico que o indivíduo adquire de modo natural desde seu nascimento a partir da ativação de capacidades mentais inatas.

No entanto, para explicar como o indivíduo adquire a linguagem, o autor postulou a existência de um dispositivo que, internalizado na mente de cada indivíduo, seria responsável pela aquisição e produção da linguagem (Chomsky, 1980). Tal dispositivo, além de ser inato ao indivíduo, funcionaria ainda, segundo o autor, como uma propriedade universal que determinaria o conjunto de princípios e estruturas subjacentes que constituem a base de qualquer língua natural.

Essa propriedade ficou conhecida na teoria gerativa de Gramática Universal, que, segundo Kenedy (2011, p. 135), compreende “[...] o conjunto de propriedades gramaticais comuns compartilhadas por todas as línguas naturais”. Ela atua, dessa forma, como uma estrutura inata e subjacente ao indivíduo, garantindo a capacidade de aprender qualquer língua, independentemente das particularidades culturais e sociais do ambiente. Ela caracteriza, ainda de acordo com o Kenedy (2013), o estágio

inicial da aquisição da linguagem por um indivíduo, estágio esse que corresponde ao estado da cognição linguística anterior aos estímulos do ambiente, sendo, portanto, inato e independente da experiência linguística concreta.

Além disso, ela funciona como uma espécie de gramática interna que o indivíduo traz consigo desde seu nascimento e que lhe permite, de modo inconsciente, apropriar-se das regras e estruturas de sua língua materna para produzir e interpretar enunciados linguísticos de maneira eficaz. Dessa forma, ela expressa a competência linguística do falante, isto é, o conhecimento profundo e intuitivo que o falante possui das regras que governam a estrutura da língua, permitindo-lhe produzir e interpretar as sentenças que compõem o sistema linguístico (Chomsky, 1978).

Contudo, é importante salientar que, para Chomsky, o simples conhecimento das regras que orientam o funcionamento da língua não implica, necessariamente, em seu uso efetivo. É necessário que o falante seja capaz de usá-las em contextos reais e concretos de comunicação. Sendo assim, desenvolve o conceito de desempenho linguístico para descrever a capacidade que o falante tem de usar a língua de forma eficaz em situações comunicativas concretas. Logo, o desempenho linguístico reflete, dessa forma, a maneira individual como cada falante mobiliza seu conhecimento linguístico para compreender e produzir enunciados.

O autor salienta ainda que, na performance linguística, o falante não é afetado pelas “condições gramaticalmente irrelevantes”, tais como “limitações de memórias, distrações, desvios de atenção e de interesse, e erros (casuais ou característicos)” (Chomsky, 1978, p. 83). No entanto, é importante destacar que essa tentativa de isolar a competência linguística do uso real da língua deve ser compreendida dentro do contexto teórico específico do autor, já que, na prática social, esses fatores fazem parte do funcionamento cotidiano da linguagem. Além disso, tal abstração cria a ideia de um falante-ideal que, para Chomsky (Ibidem, p. 83), é alguém que

[...] situado numa comunidade linguística completamente homogênea [...] conhece a sua língua perfeitamente, e que, ao aplicar o seu conhecimento da língua numa performance efetiva, não é afetado por condições gramaticalmente irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e de interesse, e erros (casuais ou característicos).

Essa concepção de falante-ideal, idealizado pelo autor como alguém que conhece perfeitamente as regras da língua e sabe utilizá-las de maneira eficiente, sem ser afetado por fatores externos ou limitações cognitivas, projeta na linguística de

Chomsky uma concepção de sujeito como objeto teórico abstrato, cuja competência linguística pode ser estudada de forma isolada, sem considerar os aspectos sociais e pragmáticos da linguagem.

Ferreira-Rosa (2012), salienta que a linguística chomskyana, ao conceber um falante que é dotado de uma capacidade extraordinária para utilizar a língua de maneira eficaz e criativa, produz a ideia de um alguém que pensa ter liberdade na língua. Contudo, continua o autor, esse sujeito não é totalmente livre para manipular a língua, pois sua performance permanece condicionada aos fatores biológicos e internalistas que regem o funcionamento da linguagem, situando-o, dessa forma, na perspectiva mecanicista da produção do conhecimento.

Nesse sentido, para o autor, ao propor uma abordagem teórica centrada no falante ideal, Chomsky projeta na órbita da língua um sujeito que, embora possua um vasto potencial cognitivo para manipular a língua de maneira criativa e eficaz, está fundamentalmente limitado em sua performance linguística pelas regras e leis internas que estruturam o funcionamento da linguagem.

Tal limitação restringe, portanto, a liberdade e a criatividade do falante no uso concreto da linguagem, pois, ainda que esse sujeito seja concebido, na linguística chomskyana, como dotado de uma capacidade linguística extraordinária, ele não é totalmente livre para utilizá-la, pois sua performance linguística não se realiza de maneira autônoma em relação às regras da língua, ela reflete a subordinação do sujeito às estruturas que organizam e determinam o funcionamento da língua.

Poderíamos nos questionar, ainda, como a concepção chomskyana de língua contribui para a compreensão do sentido na linguagem. No entanto, para responder a tal questionamento, é necessário entendermos que, ao definir a linguagem como uma capacidade inata e estrutura por regras sistemáticas, Chomsky desloca a produção de sentido do campo da experiência social para o domínio das estruturas mentais e biológicas do sujeito, como sendo efeito do funcionamento interno da língua, que orienta e limita as possibilidades de enunciação.

Além disso, é importante destacar que, para o autor, a língua opera como um sistema de regras formais que permite ao falante gerar um número ilimitado de sentenças a partir de um conjunto finito de elementos. Como explica Chomsky (2018):

[...] língua é um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada sentença sendo finita em extensão e construída a partir de um conjunto finito de elementos. Todas as línguas naturais, em sua forma oral ou escrita, são

línguas nesse sentido, já que cada língua natural possui um número finito de fonemas (ou de letras em seu alfabeto), e cada sentença pode ser representada como uma sequência finita destes fonemas (ou letras), ainda que exista um número infinito de sentenças (Chomsky, 2018, n.p.).

A partir dessa definição, o autor concebe a língua como um sistema composto por um número limitado de elementos que, por meio de regras de combinação, possibilita a formação de novas sentenças. Em outras palavras, o autor entende que existe na língua regras de formação que permitem manipular e reorganizar sua estrutura sintática, o que torna possível, dessa forma, gerar novas sentenças a partir de uma estrutura de base. O autor propõe, assim, a existência de regras gerativas e transformacionais que atuam sobre a estrutura da língua, transformando-a em outra. Assim, explica que as sentenças se formam a partir da aplicação dessas regras de transformações, as quais organizam os elementos sintáticos com base em operações formais previstas pela gramática da língua.

Ainda de acordo com Chomsky (1978), a sentença que funciona como base para a formação de outra sentença na língua é denominada de *estrutura profunda*, enquanto que a sentença que dela é formada é a *estrutura superficial*. Para o autor, a estrutura profunda corresponde ao nível em que se encontram os princípios básicos que asseguram à sentença sua interpretação semântica, enquanto que a estrutura superficial, resultante das transformações aplicadas à primeira, reflete as variações superficiais que a língua pode alcançar para expressar o conteúdo semântico e sintático que reside na estrutura profunda.

Dessa forma, ao transformar uma sentença em outra, aquela que lhe deu origem conserva o seu sentido essencial, modificando apenas a forma da estrutura profunda, o que significa dizer as transformações realizadas na estrutura de uma sentença não alteram o seu significado básico, elas atuam somente sobre as unidades sintáticas da língua, reorganizando-as de modo a criar outras sentenças.

Para concluir, é importante salientar que a concepção chomskyana de língua, fundamentada em princípios formais e na formação de sentenças a partir de regras sintáticas controladas pelo próprio sistema linguístico, contribui para a compreensão da produção de sentido como um fenômeno estruturado e sistemático, que emerge das relações formais que organizam a sintaxe da língua. Essa concepção de sentido, que está na base de perspectivas teóricas de base formalista da linguagem, será alvo de críticas das abordagens teóricas que enfatizam a dimensão social da linguagem,

como é a Análise de Discurso de linha francesa, que compreende o sentido como algo que é constituído na inter-relação entre linguagem, sujeito e a história.

2.2. O que a Análise de Discurso tem a dizer sobre o sentido na linguagem?

Os processos de significação na linguagem implicam no reconhecimento de que, no domínio dos estudos linguísticos, eles apresentam diferentes interpretações dada a perspectiva teórica adotada no percurso de análise da língua. Assim, se observamos a língua numa perspectiva sistemática, como o fazem as abordagens teóricas de base formalista (representada neste trabalho pelas teorias estruturalista e gerativa da linguagem), o processo de produção de sentido na linguagem é concebido como o resultado das relações internas e formais do sistema linguístico.

Contudo, se estudarmos a língua numa perspectiva mais discursiva, isto é, não como um sistema fechado de regras e signos autônomos, a produção de sentido na linguagem passa a ser compreendida como um efeito das condições de uso da língua. A Análise de Discurso trabalha com essa perspectiva ao conceber a linguagem um produto dinâmico, onde os sentidos são constantemente reconstruídos nas interações discursivas.

Nesta seção, continuaremos a discussão sobre o processo de sentido na linguagem, destacando o papel da Análise de Discurso nesse processo. Para isso, no entanto, consideramos importante discorrermos, inicialmente, sobre a constituição da AD como disciplina teórica, situando-a historicamente e epistemologicamente.

Para começar, consideramos importante destacar o que diz Mussalim a respeito do processo de fundação dessa disciplina. Essa autora, em *Introdução à linguística – domínios e fronteiras* (2012), salienta que a constituição da AD como disciplina teórica está marcada por rupturas teóricas significativas que afetaram o campo dos estudos linguísticos. Segundo ela, a AD emerge de um movimento de contestação às concepções estritamente formalistas da língua, como aquelas propostas pelo estruturalismo saussuriano e o gerativismo de Chomsky.

Se considerarmos o contexto de fundação da disciplina, década de 1960, constataremos que ela surge em um momento em que o estruturalismo acabava de se impor como paradigma dominante no domínio das ciências humanas. Assim, ao mesmo tempo em que o estruturalismo influenciava os estudos da linguagem, ele

tensionava também outras disciplinas, como a psicanálise lacaniana e o marxismo althusseriano.

Mussalim (Ibidem) destaca que é nesse contexto, marcado por disputas teóricas e pela busca de novas articulações no campo das ciências humanas, que Michel Pêcheux e Jean Dubois começam a esboçar as bases teóricas e epistemológicas daquilo que mais tarde viria a constituir a Análise de Discurso. É importante salientar, no entanto, que embora ambos tenham colaborado nos primeiros momentos dessa constituição da AD, seus percursos teóricos seguiram direções distintas. Enquanto Dubois permaneceu mais próximo da linguística descritiva e estrutural, contribuindo com os instrumentos metodológicos da análise automática do discurso, Pêcheux avançou para uma reflexão teórica que articulava o marxismo, a linguística e a psicanálise, estabelecendo, a partir disso, os princípios da AD como campo teórico e disciplinar.

A esse respeito, consideramos importante sublinhar o que diz Orlandi (2015) sobre o movimento realizado por Pêcheux ao fundar a AD. Para a autora, a disciplina se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares. Assim, segundo ela,

A análise de discurso, tal como a conhecemos [...] se constitui no interior das consequências teóricas estabelecidas por três rupturas que estabelecem três novos campos de saber: a que institui a linguística, a que constitui a psicanálise e a que constitui o marxismo" (Orlandi, 2015, p. 15).

A AD se constitui, assim, nesse espaço de questões oriundas desses outros campos disciplinares. A linguística, por exemplo, ao se constituir pela afirmação da transparência da linguagem, isto é, pela concepção de que há uma correspondência direta entre linguagem e realidade, oferece uma base a ser posteriormente tensionada pela AD, pois segundo Orlandi (ibidem), essa transparência será colocada em questão à medida que esta disciplina introduz a noção de que o sentido não está dado de forma evidente ou fixa, mas é atravessado por múltiplas determinações históricas e ideológicas. A psicanálise, a partir de sua noção de sujeito dividido, não plenamente consciente de suas próprias motivações, contribui para a concepção de sujeito da AD à medida que rompe com a ideia de um sujeito autônomo e intencional. Já o marxismo oferece a base para a compreensão da ideologia como processo material e histórico

que atravessa a linguagem e os sujeitos, permitindo que a AD compreenda o discurso como efeito da relação entre linguagem, sujeito e ideologia.

Orlandi (Ibidem) enfatiza, no entanto, que a AD surge da articulação e da tensão entre esses três campos teóricos, não como uma simples soma, mas como um espaço próprio de formulação, no qual o discurso é concebido como uma prática material de produção de sentidos, marcada por contradições, silenciamentos e disputas ideológicas.

Ainda nesse sentido, é importante salientar que ao constituir o quadro teórico da AD, Pêcheux precisou romper com a concepção de linguagem como um sistema de signo autossuficiente e neutro, proposta pela linguística saussuriana, mas assumir uma postura epistemológica que colocasse os estudos da linguagem num outro terreno no qual intervêm questões que são de ordem do sujeito e da história.

Assim sendo, e visando direcionar o estudo da linguagem numa outra perspectiva epistemológica, Pêcheux resolve então com os modelos tradicionais de análise da linguagem, especialmente a linguística estruturalista de Saussure, questionando-os sobre aquilo que eles não davam conta de explicar: as condições de produção de sentido, o lugar do sujeito na linguagem e a historicidade do discurso.

Algumas dessas questões são colocadas por Pêcheux desde seus primeiros escritos. No entanto, é com a publicação de *Semântica e Discurso* (1995) que essas críticas ganham maiores densidades. Nessa obra, Pêcheux faz uma crítica à semântica tradicional e à forma como a linguagem é tratada nos estudos linguísticos tradicionais. Assim, no que diz respeito à sua crítica ao estruturalismo saussuriano, ao autor irá questionar o modo como essa perspectiva teórica propõe uma visão transparente da linguagem, isto é, como algo que reflete diretamente a realidade, onde a relação entre as palavras e aquilo que elas significam têm uma relação direta e objetiva. O autor destaca que esse modo de ver a linguagem oculta o fato de que o sentido não é algo dado de forma natural ou evidente, mas construído discursivamente.

Pêcheux (1995) salienta ainda que embora a linguística estruturalista tenha possibilitado a constituição da Fonologia, da Morfologia e da Sintaxe, ela não foi suficiente para constituir uma Semântica da língua. Para ele, é justamente neste ponto que reside o lugar de contradição da linguística saussuriana, pois ao mesmo tempo em que ela busca tratar a linguagem como um sistema fechado, regido por regras

formais e relações internas, ela não consegue eliminar completamente o problema do sentido, que sempre escapa ao controle estrito da estrutura da língua.

Pêcheux (ibidem) explica ainda que embora a linguística estruturalista tenha conseguido explicar a língua em seu aspecto fonológico, morfológico e sintático, faltou a essa proposta teórica explicar como se dá o processo de significação na linguagem, isso porque o sentido, conforme o autor, não está preso à estrutura da língua, mas apreendido a partir do trabalho linguístico que os sujeitos executam dentro de certas conjunturas sociais e históricas. A abordagem estruturalista ao conceber a língua como um sistema fechado de signos regido por regras internas, desconsidera os efeitos do discurso, da ideologia e da historicidade, elementos que, segundo o autor, são fundamentais para compreender como os sentidos se constituem na linguagem.

É justamente essa crítica que impulsiona Pêcheux a propor uma outra perspectiva teórica (a Análise de Discurso) que articula linguagem, sujeito e ideologia, reconhecendo que o sentido não é dado a priori, mas é produzido na relação entre o discurso e as formações ideológicas que o sustentam. A AD surge, assim, pela necessidade de se discutir o processo do sentido na linguagem, trazendo para esse campo de discussão questões que são tanto da ordem do social quanto do histórico. Nessa disciplina, as duas categorias convergem para que os discursos sejam constitutivos de significação. Assim sendo, interessará à Análise de Discurso a língua enquanto discurso, categoria conceitual que constitui o seu objeto de estudo.

Se o discurso constitui o objeto de interesse da AD, precisamos então entender o que ele significa. Primeiramente, é importante salientar que a palavra discurso pode significar diferentes coisas. Para o senso comum, o da vida cotidiana, essa palavra pode expressar simplesmente fala, exposição oral de um sujeito falante. No entanto, para a AD, o discurso é prática de linguagem, é, conforme menciona Orlandi (2020), a língua funcionando, fazendo sentido. Essa autora, ao definir discurso, assim se coloca:

[...] a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (Orlandi, 2020, p. 13).

A palavra discurso diz respeito, nesse sentido, à palavra em uso, em movimento, atuando como uma prática social. A palavra discurso corresponde, desse

modo, à ideia de linguagem como parte de uma atividade social em que os sujeitos significam e se significam quando fazem uso da língua. Dessa forma, o discurso ultrapassa a estrutura formal da língua, pois está atravessado por sentidos que são historicamente produzidos e ideologicamente marcados. Ele revela posições de sujeito, disputas de sentido e modos de dizer que refletem relações de poder e as condições de produção em que os enunciados são gerados. Estudar o discurso é, portanto, estudar como o sentido se constitui na materialidade da linguagem e como os sujeitos se inscrevem nessa rede simbólica.

Pêcheux (1997), por sua vez, compreende o discurso como “efeito de sentido entre interlocutores”, ressaltando que o sentido não é dado previamente, nem reside unicamente nas palavras ou na intenção do falante, mas é produzido na relação entre sujeitos inseridos em determinadas condições históricas e ideológicas.

É importante salientar que essa definição de discurso, dada por Pêcheux, rompe com a concepção tradicional de linguagem como meio transparente de comunicação, e o toma como um espaço de materialização de sentidos marcados por relações de poder, posições ideológicas e pelas determinações que atravessam os sujeitos em suas práticas discursivas. Isso nos leva a pensar, portanto, que pensar o discurso é pensar em sujeitos que se expressam por meio da linguagem, mas que têm as suas falas atravessadas por condicionantes históricos e ideológicos.

A AD, ao trabalhar a língua enquanto discurso, procura compreendê-la não como sistema neutro de regras, mas como um lugar de sentidos em disputa, atravessado pela história e pela ideologia. Nessa disciplina teórica, procura-se “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho geral, constitutivo do homem e de sua história” (Orlandi, 2020, p. 15).

É importante salientar que, para Pêcheux (2008), a língua enquanto parte social da linguagem, não se reduz a uma estrutura estática; ela é também acontecimento. Isso significa dizer que, ao falarmos, não estamos apenas realizando um ato de pronúncia ou de transmissão de informações, mas produzindo sentidos e nos constituindo como sujeitos pela linguagem. Mais do que um simples meio de comunicação, a língua deve ser pensada, segundo Pêcheux (ibidem), como algo que transita entre o linguístico e o histórico, significando de maneiras diferentes a cada novo momento marcado pelas transformações da história.

Ainda no que diz respeito à noção de discurso dada por Pêcheux, Orlandi (2020) salienta que ao dizer que o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores, o

autor busca deslocar o entendimento de linguagem como instrumento de comunicação para uma concepção em que esta é concebida como um processo material, histórico e ideológico de produção de sentidos. Significa ainda, segundo a autora,

[...] sair do comportamentalismo que preside a relação entre locutores como relação de estímulo e resposta em que alguém toma a palavra transmite uma mensagem a propósito de um referente e baseando-se em um código que seria a língua, o outro responde e teríamos aí o circuito da comunicação. Não há essa relação linear entre enunciador e destinatário. Ambos estão sempre já tocados pelo simbólico (Orlandi, 2020, p. 17).

Desse modo, estudar o discurso é conceber a língua enquanto categoria discursiva, como um processo que envolve sujeitos usuários da linguagem em determinada conjuntura histórica e social e não somente como um conjunto de regras e propriedades formais das quais os sujeitos fazem usos para transmitir uma ideia ou um pensamento para outrem.

No entanto, é importante salientar que língua e discurso não são a mesma coisa, embora sejam conceitos que se relacionam. Orlandi (2020, p. 22), ao discutir sobre a relação entre língua e discurso, destaca que a língua é, na perspectiva da AD, “condição de possibilidade do discurso”. Ao mencionar isso, a autora busca explicar que é a partir da materialidade linguística que o discurso passa a ter existência, ganha materialidade. Contudo, isso não o determina por completo. O discurso só se constitui quando a língua é atravessada pelas condições de produção, que envolvem aspectos históricos, ideológicos e sociais (ibidem).

Isso nos leva, ainda, a compreender que o funcionamento discursivo não se reduz às regras gramaticais ou às estruturas formais da língua, mas depende das relações entre os sujeitos, das posições que estes ocupam nas formações sociais e dos dispositivos que regulam o que pode ser dito em determinado momento. Por essa razão é que a AD se constitui como uma abordagem teórica que vai além da descrição da língua, incorporando a si elementos que revelam os modos como a linguagem participa das práticas sociais e institucionais.

O discurso pode ser ainda explicado a partir da unidade que o constitui, que é o enunciado. Este pode ser entendido por Pêcheux (1997, p. 100) a manifestação concreta do discurso, ou seja, o ato linguístico “[...] sobre o qual opera o mecanismo do discurso”. Para o autor, o enunciado não pode ser reduzido apenas à estrutura da língua, mas como uma unidade atravessada por condições históricas, sociais e

ideológicas, que carrega as marcas do sujeito e das formações discursivas que o constitui. Ele é, portanto, sempre inscrito em uma rede de relações de poder e saberes, sendo o discurso um espaço em que o sujeito se posiciona, não apenas como produtor de linguagem, mas como alguém que é interpelado por formações ideológicas. O enunciado se configura não como um simples ato de comunicação, mas como uma prática discursiva que envolve uma articulação entre o que é possível dizer em determinado contexto histórico e social e as condições que permitem essa produção.

É importante salientar que as noções de enunciado e discurso, como categorias conceituais da AD, contribuem para uma concepção de linguagem não como um sistema formal de signos, mas como uma prática social inserida em contextos históricos e ideológicos. Essa concepção da linguagem é essencial para a análise que pretendemos desenvolver dos discursos sobre o autismo na mídia, pois permite compreender como essas práticas discursivas não são neutras, mas moldadas por fatores históricos, sociais e ideológicos que determinam o que pode ser dito (ou como deve ser dito) sobre o autismo nesses lugares de enunciação.

Ainda no que se refere ao arcabouço teórico da AD, é importante salientar também que essa disciplina ao estudar a linguagem numa perspectiva discursiva adota uma concepção de sujeito que rompe com concepção tradicional de sujeito adotado pelas abordagens tradicionais da linguística. Na AD, ele é definido como uma categoria discursiva, uma posição que é determinada, antes de tudo, pela circunstância discursiva.

Orlandi (2020), complementando essa noção de sujeito para a AD, o concebe como uma posição que é definida, nas práticas discursivas, pelas condições de produção do discurso. Significa dizer, com isso, que o sujeito não é alguém compreendido em sua materialidade empírica e concreta, mas um efeito do discurso, isto é, uma posição simbólica determinada pela história e pela ideologia, cuja constituição se dá na relação com a linguagem. Nessa perspectiva, segundo a autora, o sujeito do discurso é alguém que está sujeito à língua e à história pois, para se constituir, para produzir sentidos, ele precisa estar atravessado por fatores que são da ordem da linguagem e da historicidade. Ele consiste, portanto, em um objeto imaginário que ocupa o seu lugar no processo discursivo, o que nos leva a pensá-lo não como uma, mas como distintas posições que o indivíduo ocupa dentro das diferentes conjunturas que o constitui.

Pêcheux (1995, p.31), inspirado nos postulados althusserianos, define o sujeito como alguém que é “interpelado” pela ideologia, entendendo-o, nesse sentido, como “um efeito ideológico”. Isso significa dizer, em outras palavras, que ao ser interpelado pela ideologia, o indivíduo é chamado a ocupar o lugar de sujeito, fazendo com que ele reconheça esse lugar como seu. Essa interpelação ideológica, que faz do indivíduo o sujeito do discurso, cria nele a ilusão de que é dono de seu dizer, de que tem total domínio e consciência daquilo que diz.

Contudo, conforme destaca Pêcheux (Ibidem), o sujeito não tem o controle sobre aquilo que diz. A sua fala é um feito das condições ideológicas e históricas que determinam o que pode ser dito e como pode ser dito. O sujeito se posiciona no discurso pela força ideológica que o constitui e pelas formações discursivas que determinam o seu dizer. Além disso, são essas condições históricas e ideológicas, que atravessam o sujeito, que moldam a sua possibilidade de enunciação e interpretação. Essa é a razão pela qual os sentidos sempre podem ser outros, pois eles dependem do modo como os sujeitos são interpelados discursivamente pela ideologia.

Pêcheux (1995) fala ainda que o sujeito não é transparente nem para si mesmo, no sentido de que ele se constitui, também, pelo esquecimento daquilo que o constitui. O autor salienta, nesse sentido, que o sujeito é constituído de dois esquecimentos, os quais Orlandi (2020) os descreve da seguinte maneira:

O esquecimento de nº 1, que é aquele da ordem da ideologia, provoca no sujeito a ilusão a ilusão de que é fonte do seu dizer quando, na realidade, o que acontece é retomar discursos outros já constituídos socialmente. O esquecimento nº 2, que é da ordem da enunciação, provoca no sujeito a ilusão de que tem domínio sobre aquilo que pode ser dito, fazendo-o acreditar que aquilo que fala só pode ser dito daquela maneira, sem se dar conta que, ao longo do seu dizer, vão se constituindo famílias parafrásticas que indicam que o dizer poderia ser outro. Assim, esses dois esquecimentos são fundamentais para a constituição do sujeito na AD, pois garantem a ilusão da autonomia e da evidência do sentido, condições necessárias para que o sujeito possa se reconhecer como autor do que diz e para que os efeitos de sentido possam se estabilizar na história.

É importante salientar que através desse processo, Pêcheux (1995) busca mostrar que o sujeito concebido pela AD é efeito ideológico do discurso, não dono da sua própria fala, nem consciente daquilo que diz. Assim, o autor afirma que

O sujeito se constitui na ideologia e pelo discurso, ele é um efeito do discurso. Ele não é a origem de seus dizeres, mas antes é “falado” pelo discurso, isto é, ele não é transparente a si mesmo, não domina o que diz (Pêcheux, 1995, p. 83).

Desse modo, a AD rompe com a concepção de sujeito autônomo e consciente, entendendo-o como atravessado por formações ideológicas que determinam tanto o que ele pode dizer quanto o modo como o diz. O sujeito discursivo se constitui ainda pela heterogeneidade, na medida em que seu discurso é entrecruzado por outros discursos, outras vozes, que se reafirmam, negam, se contradizem, e que, igualmente, constituem o seu dizer.

A heterogeneidade do sujeito é atestada, nesse sentido, pela relação que seu discurso estabelece com outros discursos, dado o processo de interdiscursividade que existe entre eles. Orlandi (2020), ao falar da relação que os indivíduos estabelecem com os seus dizeres, afirma que o sujeito nunca fala a partir de um ponto de origem absoluto; ele fala atravessado pela memória discursiva, isto é, pelas marcas de outros discursos que já circularam e que, de algum modo, moldam e atravessam seu próprio dizer. Assim, o discurso é sempre retomado, deslocamento e ressignificação do que já foi dito, e o sujeito, ao enunciar, mobiliza sentidos que não controla inteiramente.

É importante observar, a partir do que já expomos até aqui, que a constituição do sentido no discurso, para a AD, depende de um conjunto de fatores, que nessa disciplina denominamos de condições de produção do discurso. Nos postulados teóricos de Pêcheux (1997, p.74), as condições de produção são definidas como “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas”. Essas condições de produção compreendem tanto o contexto em que um discurso é produzido quanto o sujeito.

O contexto a que se refere a AD compreendem não apenas as circunstâncias mediatas em que um enunciado é produzido, mas também as determinações históricas que possibilitam as condições de seu dizer. Pensando na emergência de enunciados sobre o autismo na mídia, por exemplo, observa-se que esses discursos surgem em um momento histórico em que o neoliberalismo passa a exigir sujeitos produtivos para atender às demandas da política econômica capitalista.

Nesse cenário, o sujeito deficiente, anteriormente considerado como alguém sem utilidade para o sistema, é reconfigurado: passa a ser reivindicado pelo próprio capitalismo como sujeito que precisa ser incluído de forma ativa na sociedade. Em consequência, os discursos sobre a deficiência ganham maior visibilidade social e

passam a significar a deficiência de modo distinto. O exemplo dado ilustra como os discursos não são neutros nem espontâneos, mas sim determinados por condições históricas, sociais e ideológicas específicas.

As condições de produção do discurso compreendem ainda questões que são da ordem do sujeito e da maneira como ele se insere no discurso. Quando pensamos no sujeito do discurso, entendemos que ele é convocado a assumir certas posições dentro do discurso, sendo elas constitutivas do seu dizer. Entra, nesse processo, a ideologia como instância que o interpela, fazendo com que o sujeito seja levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social (Pêcheux, 1995).

A ideologia pode ser aqui entendida como um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade. Ela representa, nesse sentido, a visão de mundo de uma classe, a maneira como essa classe representa a ordem social. A ideologia é, assim, “um sistema lógico e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de condutas) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer” (Chauí, 1980, p. 113).

O sujeito, quando ocupa uma posição na sociedade, assume formas de dizer que são características do lugar ou grupo social do qual enuncia. O seu dizer e os sentidos que dele derivam são determinados pela sua inserção em determinada formação discursiva, sendo esta determinada pelas formações ideológicas que caracterizam determinado grupo social.

A noção de formação discursiva, aqui empregada, pode ser compreendida como “aquilo que numa dada formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (Orlandi, 2020, p. 40). Esse conceito aponta, assim, para a ideia de que os discursos, e os sentidos que deles derivam, são determinados pela inscrição dos sujeitos em determinada formação discursiva. É, ainda, pelo fato de os sujeitos compartilharem das mesmas formações discursivas que atribuem sentidos parecidos sobre determinada palavra. O contrário também é verdadeiro. As palavras podem mudar de sentidos se os sujeitos se inscreverem em formações discursivas diferentes.

Pensemos, por exemplo, na palavra “autismo” e as derivações de sentidos que ela pode alcançar se tomada por sujeitos inscritos nas formações discursivas do discurso médico e por outros grupos que se inserem em outras formações discursivas

diferentes destas, como é o caso de sujeitos que se identificam como a pais de pessoas autistas. O sentido que a palavra “autismo” alcança nesses dois grupos sociais é diferente porque os sujeitos estão inscritos em formações discursivas que lhes são correspondentes. Como podemos observar, a língua, como prática social de sujeitos ideológicos, produz sentidos que correspondem às formações ideológicas que constituem os sujeitos do discurso.

Ainda sobre as condições de produção do discurso, gostaríamos de destacar o papel do interdiscurso nesse processo. Este designa, conforme menciona Orlandi (2020), o conjunto de dizeres anteriores que são acionados pelo sujeito para constituir o seu discurso. Esses dizeres não são retomados de maneira consciente ou voluntária, mas emergem como parte da memória discursiva que atravessa o sujeito, determinando as possibilidades de sentido e o modo como ele se posiciona no discurso.

Esse conceito teórico permite compreender a formação discursiva como constituída por discursos outros já constituídos histórico e socialmente, o que evidencia, dessa forma, que o sujeito não é inaugural em seu dizer, tudo o que ele diz entra em relação com outros “já-ditos” anteriormente. O interdiscurso funciona, desse modo, como um processo em que sujeito recupera, por meio da memória discursiva, esses “já-ditos” e os reinscrevem em novas condições de produção do discurso. Assim, o que se diz nunca é totalmente novo nem completamente original, pois está sempre atravessado por outros dizeres e pela memória discursiva que constitui o próprio sujeito. Quanto à produção de sentido, o conceito de interdiscurso reforça a ideia de que o sentido não é estável nem propriedade individual do sujeito, mas resultado de um processo histórico de circulação, repetição, deslocamento e transformação dos dizeres. Esses movimentos fazem com que o sentido esteja sempre em disputa, sendo constantemente reatualizado conforme as condições de produção e as posições ideológicas ocupadas pelos sujeitos.

Para concluir a seção, gostaríamos de salientar que as noções teóricas apresentadas nesta seção nos ajudam a compreender o sentido na linguagem como um processo dinâmico, já que sua determinação depende de condições históricas, sociais e ideológicas que atravessam os sujeitos em suas práticas discursivas. Acreditamos, ainda, que a Análise do Discurso, a partir de seus postulados teóricos, é a abordagem que melhor se adequa ao objeto proposto nesta pesquisa, pois ao considerar a produção de sentido na linguagem como um fenômeno que depende das

condições de produção do discurso, essa perspectiva teórica proporciona uma análise mais dinâmica sobre o funcionamento discursivo para o autismo na mídia e os efeitos de sentido sobre ele.

3. MÍDIA E DISCURSO

A relação entre mídia e discurso é intrínseca e complexa, transcendendo a mera transmissão de informações. Longe de ser um veículo neutro, a mídia atua como um produtor ativo de sentidos e valores sociais, moldando a compreensão coletiva da realidade. Essa dinâmica se manifesta na forma como as narrativas são construídas e disseminadas, influenciando diretamente a percepção pública e a legitimação de determinadas interpretações sobre eventos e fenômenos sociais.

Nesse sentido, a mídia não se limita a relatar fatos: ela os seleciona, enquadra e organiza, transformando-os em discursos que passam a circular no espaço público. Tal processo de construção discursiva é essencial para a formação da opinião pública e para a validação de certas visões de mundo em detrimento de outras. Ao estabelecer o que deve ser considerado relevante, verdadeiro ou aceitável, a mídia exerce um papel estratégico na configuração das representações sociais e no direcionamento dos sentidos que se impõem no debate coletivo.

No entanto, para que possamos compreender melhor esse funcionamento, é necessário considerar o lugar da mídia enquanto espaço institucional e social onde discursos são não apenas produzidos, mas também legitimados. Trata-se, portanto, de compreender a mídia como um campo atravessado por uma teia complexa de interesses econômicos, políticos e culturais, que condicionam a agenda midiática e a forma como as informações são apresentadas. Esses condicionamentos, por sua vez, exercem influência direta sobre a maneira como o público interpreta a realidade, reforçando ou desafiando determinadas ideologias e regimes de verdade.

Com base nessas considerações, buscamos neste capítulo salientar a natureza discursiva da mídia. Para tanto, organizamos nossa discussão em duas seções complementares. Em um primeiro momento, centramos nossas reflexões em torno da noção de mídia, por compreendermos que essa discussão é fundamental para esclarecer a concepção teórica que sustenta esta pesquisa. Em seguida, propomos um breve percurso histórico sobre o desenvolvimento da mídia, destacando a evolução dos meios midiáticos e seus impactos no espaço social.

Na segunda seção, discutimos sobre a mídia enquanto espaço institucional e social onde discursos são produzidos e legitimados, atravessados por interesses econômicos, políticos e culturais. Discutimos, ainda, como a mídia configura regimes de verdade que moldam representações sociais e orientam práticas discursivas,

influenciando diretamente a construção de sentidos sobre temas diversos, como o autismo.

3.1. Relação entre mídia e discurso

Para iniciarmos a discussão sobre as relações entre mídia e discurso, é necessário, primeiramente, compreendermos o conceito de mídia. Nesse sentido, recorreremos a Briggs e Burke (2016), que apontam que o termo “mídia” tem sua origem na expressão latina *medium*, que significa “meio” ou “canal”. Esses autores ainda destacam que a história da mídia está diretamente ligada à evolução dos meios de comunicação, abrangendo desde os primórdios da linguagem até as tecnologias digitais contemporâneas. Por conta disso, costuma-se tratar a mídia, no âmbito dos estudos da comunicação, como o meio utilizado para transmitir informações, conteúdos e ideias de forma ampla, atingindo um público numeroso.

Neste trabalho, incorporamos esta perspectiva do campo da comunicação, reconhecendo a relevância da mídia enquanto meio técnico e histórico. No entanto, é a partir de um olhar discursivo que ampliamos essa compreensão, ao considerar a mídia não apenas como veículo de informação, mas como instância produtora de sentidos no espaço social - lugar em que discursos são formulados, circulam e adquirem força simbólica na constituição dos sujeitos e das representações sociais.

Embora o senso comum e grande parte das teorias da comunicação atribuam à mídia o papel de um conjunto de meios e canais voltados à produção, veiculação e consumo de informações, ideias e entretenimento, concordamos com a ideia de que ela deve ser compreendida também como uma instância fundamental na construção de significados, na formação da opinião pública e na mediação das relações sociais. Nesse sentido, é por meio de sua produção discursiva que a mídia exerce múltiplas funções na sociedade contemporânea, operando como espaço privilegiado de circulação de sentidos e de constituição dos sujeitos.

Essa compreensão é reforçada por Thompson (1998) ao afirmar que a mídia não apenas informa, mas também educa, entretém e influencia comportamentos, revelando-se, assim, um dispositivo social poderoso, capaz de moldar percepções, posicionamentos e práticas. A mídia, portanto, não apenas reflete os valores e conflitos de seu tempo, mas também os (re)produz e transforma. Essa constatação corrobora nosso posicionamento de que a mídia não é um campo neutro ou isento,

pois conforme aponta Bourdieu (1997) e o próprio Thompson (1998), os meios de comunicação estão imersos em lógicas de poder, atravessados por interesses políticos, econômicos e ideológicos. Eles podem, assim, tanto reforçar discursos hegemônicos quanto se configurar como espaços de resistência e disputa simbólica.

No campo dos estudos da Teoria da Comunicação de Massa é comum ainda recorrer à concepção de mídia como “qualquer canal de comunicação que possa alcançar um público amplo e heterogêneo com conteúdos organizados” (McQuail, 2010, p. 23). No entanto, embora essa definição enfatize o alcance técnico e estrutural da mídia, interessa-nos destacar, a partir dela, a complexidade da relação entre os meios de comunicação e o público, pois acreditamos que a produção discursiva midiática circula na sociedade por meio de uma multiplicidade de sentidos, produzindo efeitos de sentidos que buscam, em alguma medida, construir efeitos de identificação e representatividade junto a esse público múltiplo e diverso. A mídia, nesse sentido, participa ativamente da constituição dos sujeitos e da forma como o mundo é interpretado e compartilhado.

A esse processo histórico de consolidação da mídia enquanto instância articuladora de sentidos soma-se a transformação de seus suportes ao longo do tempo. Como aponta Thompson (1988), a invenção da imprensa, do rádio e da televisão fez com que a mídia passasse a designar o conjunto dos meios de comunicação social. No entanto, com o avanço da tecnologia, especialmente com a internet (aspecto importante para nosso estudo), a noção de mídia se expandiu significativamente, tornando-se mais interativa, descentralizada e participativa pois, para atender aos anseios da humanidade, a evolução midiática ampliou as formas com as quais a mídia circula no espaço social,

o que levou à necessidade de se distinguir entre mídia impressa (jornais, revistas, catálogos, folhetos), mídia eletrônica (rádio, televisão) e mídia digital (internet, televisão digital, blogs, redes sociais etc.).

Essa diferenciação não diz respeito apenas aos suportes tecnológicos, mas também à natureza dos discursos que aí se constituem, às formas de produção de sentido e aos modos de interação entre emissores e receptores, relações que no contexto comunicacional contemporâneo tornam-se cada vez mais difusas e reconfiguram os papéis tradicionais atribuídos aos sujeitos da comunicação.

Essa transformação profunda no modo como as informações circulam é enfatizada por Thompson (1988, p. 19) ao destacar que “com o desenvolvimento de

uma variedade de instituições de comunicação a partir do século XV até os nossos dias, os processos de produção, armazenamento e circulação têm passado por significativas transformações”.

O autor salienta que a partir desses desenvolvimentos institucionais, característicos da era moderna, as formas simbólicas passaram a ser produzidas em escala crescente, transformando-se em mercadorias acessíveis a indivíduos dispersos no tempo e no espaço. Para Thompson (*Ibidem*, p. 19), “de uma forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno”. Assim, compreender a evolução dos meios de comunicação e suas implicações discursivas é fundamental para a análise dos processos de produção de sentido na contemporaneidade, especialmente em contextos digitais marcados por velocidade, multiplicidade de vozes e fluidez das fronteiras comunicacionais.

Como podemos observar, é indiscutível a importância da mídia para as relações intersubjetivas na contemporaneidade. No entanto, é preciso ressaltar que embora a mídia tenha adquirido novas configurações com o advento das tecnologias digitais e da cultura de rede, sua existência não é exclusiva da modernidade. Ao contrário, como destaca Lévy (1999), os meios de comunicação têm raízes nas formas mais arcaicas de interação simbólica entre os seres humanos.

Segundo o autor, os registros pictográficos encontrados nas cavernas são exemplos de manifestações midiáticas primitivas, uma vez que funcionavam como meios de transmissão de informação entre indivíduos e gerações. Essas manifestações visuais, ao evidenciarem uma tentativa de compartilhar saberes e experienciais por meios de signos permanentes “testemunham o nascimento da inteligência coletiva” (Lévy, 1999, p. 17). Dada essa observação, podemos dizer que a mídia, compreendida em sua dimensão histórica e discursiva, revela-se como parte constitutiva dos processos de sociabilidade humana, atravessando época, suportes e linguagens.

Vale salientar que nesse percurso histórico, a invenção da escrita, por volta de 3.200 a.C., representou um marco significativo para a comunicação. Os sistemas de escrita cuneiforme e hieroglífica permitiram o registro de informações em suportes materiais como argila, pedra e papiro. De acordo com Briggs e Burke (2016), essa foi uma das primeiras formas de “mídia escrita”, essencial para a administração, religião e preservação cultural.

Séculos depois, outro momento importante para a consolidação e o desenvolvimento da mídia ocorreu com a invenção da imprensa, que possibilitou a produção em massa de livros e folhetos, democratizando o acesso à informação e contribuindo para movimentos como a Reforma Protestante e o Iluminismo. A imprensa teve significativos avanços durante o século XIX, contribuindo para o surgimento dos jornais e revistas como meios de comunicação de massa (Briggs; Burke, 2016).

A partir do século XX, novas tecnologias (como o telégrafo, o telefone, o rádio e a televisão) transformam o que se conhecia como mídia até então. Mas é a partir do final desse século, nos anos 1990, que a humanidade adentra na era da mídia digital, com o surgimento da internet e a popularização dos dispositivos digitais (Castells, 2013). Atualmente, as redes sociais, os blogs, os podcasts e as plataformas de streaming revolucionaram a produção, a distribuição e o consumo de informação, tornando a comunicação cada vez mais descentralizada, interativa e em tempo real.

Para Castells (2013), na chamada “sociedade em rede”, a mídia digital se torna ainda mais significativa, pois possibilita uma comunicação horizontal, na qual os indivíduos produzem e compartilham conteúdos, desafiando o monopólio informacional exercido historicamente pela mídia tradicional. Essa transformação representa uma mudança no paradigma da comunicação, tornando a sociedade mais participativa, porém também mais vulnerável à desinformação, à manipulação de dados e à circulação de discursos enganosos.

Nesse contexto, o controle sobre a produção e circulação da informação deixa de estar exclusivamente nas mãos das grandes corporações midiáticas e passa a ser compartilhada por uma diversidade de agentes sociais, incluindo indivíduos comuns, influenciadores, coletivos ativistas e grupos com interesses variados. Com isso, o espaço informacional torna-se mais fragmentado e marcado por disputa de sentidos, onde diferentes vozes e narrativas competem entre si por visibilidade e credibilidade. Embora essa descentralização promova uma ampliação das possibilidades de expressão e participação, ela também dificulta a distinção entre conteúdos confiáveis e enganosos, abrindo caminho para a disseminação de notícias falsas, discursos extremistas e teorias infundadas. Desse modo, a mídia digital ao mesmo em que democratiza o acesso à produção discursiva, apresenta complexos desafios no campo da ética, da política e do conhecimento.

Como podemos constatar, com base nesse breve percurso pela história da mídia, independente do período histórico, a relação entre mídia e sociedade é profunda e multifacetada, marcada por uma dinâmica de influência mútua que se dá no e pelo discurso. Nesse sentido, compreendemos que a mídia não apenas molda comportamentos, valores e percepções sociais por meio de práticas discursivas, mas também é moldada pelos contextos culturais, políticos e econômicos em que está inserida.

Diante dessas considerações, é fundamental destacar que a mídia, entendida como uma instância de produtora de sentidos, ocupa um papel central na construção e na circulação de discursos na esfera social. Esses discursos, por sua vez, concebidos como práticas sociais (Fairclough, 1995), atuam de forma significativa na construção de subjetividades, influenciando modos de pensar, sentir e agir no tecido social contemporâneo.

Neste trabalho, que se filia aos estudos discursivos para compreender a mídia como espaço de produção e circulação de sentidos sobre/para o autismo, partimos do entendimento, com base em Charaudeau (2006; 2016), entre outros, de que o discurso da mídia está fortemente vinculado à ideia de que os meios de comunicação não apenas transmitem informações, mas constroem sentidos a partir de um contrato de comunicação específico com o público. Esse contrato envolve determinadas condições de produção, com os objetivos institucionais, as expectativas do público-alvo, os formatos e os gêneros midiático utilizados, além das estratégias discursivas empregadas para gerar efeitos de credibilidade, objetividade ou emoção.

Nesse sentido, isso nos leva a compreender que o discurso da mídia não é neutro, nem meramente informativo, mas orientado por interesses, ideologias e formações discursivas que atravessam tanto o campo da ciência quanto da política e da cultura.

No entanto, para que possamos delimitar com maior clareza nosso ponto de vista sobre a relação entre discurso, mídia, comunicação e público, consideramos importante mobilizar noções de outras disciplinas - como a Teoria da Comunicação, a Teoria Social da Comunicação e a Teoria da Comunicação de Massa – cujos aportes teóricos dialogam com a perspectiva proposta por Charaudeau, especialmente em sua abordagem sobre discurso e mídia, com a qual estabelecemos diálogos fundamentais neste trabalho.

Nesse contexto, torna-se importante destacar a forma como Charaudeau (2006) concebe o processo de construção de sentidos na comunicação midiática, compreendida como uma prática regulada por um contrato de comunicação específico. Para o autor,

[...] contemplaremos o esquema da construção do sentido descrito na primeira parte, aplicando-o a comunicação midiática. Esta, como todo ato de comunicação, realiza-se segundo um duplo processo de transformação e de transação. Nesse caso, o “mundo a descrever” é o lugar onde se encontra o “acontecimento bruto” e o processo de *transformação* consiste, para a instância midiática, em fazer passar o acontecimento de um estado bruto (mas já interpretado), ao estado de mundo midiático construído, isto é, de “notícia”; isso ocorre sob a dependência do processo de *transação*, que consiste, para a instância midiática, em construir a notícia em função de como ela imagina a instância receptora, a qual, por sua vez, reinterpreta a notícia à sua maneira. Esse duplo processo se inscreve, então, num contrato que determina as condições de encenação da informação, orientando as operações que devem efetuar-se em cada um desses processos. É o contrato de comunicação midiático que gera um *espaço público* de informação e em seu próprio quadro que se constrói a *opinião pública*. (Charaudeau, 2006, p. 114-115, grifos do autor).

Em outras palavras, o conceito de contrato de comunicação midiático, tal como proposto por Charaudeau, diz respeito à relação de expectativa entre os emissores (jornalistas, produtores) e os receptores (público), fundada em um sistema de credibilidade e confiança. É dessa maneira que se estabelece a comunicação midiática, conferindo à mídia o estatuto de instância legítima de produção de sentidos no espaço social. Nessa perspectiva, os meios de comunicação precisam garantir sua legitimidade discursiva, isto é, sustentar uma imagem de neutralidade e objetividade, ainda que suas práticas estejam atravessadas por interesses institucionais, políticos e mercadológicos (Charaudeau, 2006).

O autor também confere centralidade à noção de espaço público em sua análise do discurso midiático. A partir de suas contribuições, compreendemos o espaço público como um lugar heterogêneo e dinâmico, constituído por movimentos e discursos de socialização e de publicização. Para Charaudeau (2016), esse espaço não se reduz a uma dimensão física, mas se configura como um espaço discursivo e comunicacional no qual os atores sociais – especialmente os vinculados ao campo político e midiático – disputam legitimidade, influência e reconhecimento. Essa concepção reforça a ideia de que o espaço público resulta da articulação entre práticas sociais e representações, pois, como afirma o autor, “as práticas sociais constituem o

motor das representações, e estas são a razão de ser daquelas, atribuindo-lhes valores que tendem a confirmá-las ou a modificá-las” (Charaudeau, 2016, p. 120).

É nesse contexto que a mídia se destaca como agente essencial na construção e na constante reconfiguração do espaço público por meio dos processos de publicização. Tais processos são inerentes ao funcionamento do discurso midiático, uma vez que,

As mídias são apenas uma forma de publicização [desse espaço público plural e em constante movimento]. Sua ação é participar do que constitui, desconstitui, transforma o espaço público, no quadro do contrato de comunicação midiático. O que acontece, na realidade, é que em certos momentos da história a publicização do espaço público toma uma forma particular; já o foram, cada uma à sua maneira, a Igreja, a monarquia, a festa e o bufão na Idade Média, hoje são as mídias, particularmente a televisão. (Charaudeau, 2006, p. 120).

O discurso da mídia tem, pois, um papel de mediar esse espaço social/público. No entanto, esse processo não se dá por meio de uma reprodução neutra da realidade, mas por sua reconstrução discursiva. Como afirma Charaudeau (2006, p. 67), “a mídia não diz o real, ela o constrói segundo determinadas condições de produção que lhe são próprias”. Em outras palavras, o discurso midiático constitui sempre uma representação do real, moldada por lógicas específicas que o atravessam, como a busca por audiência, a espetacularização dos acontecimentos, a rapidez da informação, a necessidade de simplificação dos conteúdos e construção de legitimidade diante do público.

Essa concepção é reforçada por Gregolin (2003), que compreende o discurso da mídia como um espaço privilegiado de produção de sentidos, profundamente enraizado por práticas sociais, históricas e ideológicas. A autora argumenta que os discursos da mídia não são neutros ou meramente informativos, mas funcionam como um espaço de disputa de sentidos e de (re)produção de ideologias em que diferentes forças competem pela produção de significados. Desse modo, a mídia atua como um aparelho ideológico que participa ativamente na constituição dos sujeitos e na reprodução das ideologias dominantes, uma vez que os discursos são produzidos dentro de condições de produção específicas, que envolvem relações de poder e disputas de hegemonia.

Segundo ainda Gregolin (2007), os efeitos de sentido se materializam nos textos que circulam na sociedade, e, nesse contexto, a mídia é um agente crucial na

produção de sentidos. Assim como Charaudeau (2006), a autora enfatiza que a mídia não oferece a realidade em si, mas uma construção discursiva que permite ao leitor organizar formas simbólicas de representação de sua relação com a realidade. Dessa maneira, a mídia, na sociedade contemporânea, figura como uma das principais instâncias de construção da “história do presente”, uma vez que ela opera na seleção, organização e difusão de acontecimentos que passam a compor a memória coletiva e os modos de interpretação do real. Como afirma a própria autora,

Como o próprio nome parece indicar, as mídias desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente. (Gregolin, 2007, p. 16).

Essa construção da chamada “história do presente” é viabilizada, sobretudo, pela instantaneidade da mídia, que, ao agir em tempo real, interpela o leitor por meio de textos verbais e não-verbais, ressignificando imagens e palavras carregadas historicamente de sentidos produzidos. Nesse processo, a mídia não apenas informa, mas reconstrói simbolicamente a realidade, articulando passado e presente numa narrativa que busca legitimar determinadas interpretações dos fatos.

Além disso, é importante destacar, conforme Gregolin (2007), o papel do *interdiscurso* nesse processo, pois, para a autora, todo discurso é atravessado por outros discursos já ditos, e essa heterogeneidade discursiva é particularmente evidente na prática jornalística. No caso da mídia, os discursos jornalísticos se articulam com outros campos discursivos, como o político, o jurídico, o científico etc., evidenciando que, ao noticiar, a imprensa também interpreta e reconstrói os acontecimentos a partir de uma rede de discursos já existentes. Trata-se, portanto, de uma prática discursiva que mobiliza memórias, saberes e ideologias que contribuem ativamente para a produção e circulação de sentidos em nossa sociedade.

Outro ponto central na perspectiva de Gregolin (2003; 2007), e que se mostra particularmente relevante para a compreensão de nosso objeto de análise, diz respeito ao modo como o sujeito é constituído no e pelo discurso. Para a autora, a mídia exerce um papel significativo na constituição de identidades e subjetividades,

ao definir quem pode falar, como falar, de que lugar e sob quais condições discursivas. O que nos interessa dessa reflexão levantada pela autora é a compreensão da identidade como um efeito de pertencimento que carrega o paradoxo da instabilidade.

Em um mundo marcado de constante deslocamento de lugares, informações e sentidos, é impossível pensar em identidades fixas e estáveis. É nesse horizonte que Gregolin propõe pensar as identidades como categorias fluidas, móveis e errantes, e a mídia, enquanto dispositivo social, atua diretamente nesse processo, promovendo deslocamentos, reconfigurações e desterritorializações dos sujeitos e dos sentidos que os constituem.

Ao mesmo tempo, o trabalho discursivo da mídia na construção de identidades cumpre funções sociais que outrora foram atribuídas aos mitos, como a reprodução de imagens culturais, a generalização de comportamentos e a integração simbólica dos indivíduos no corpo social. Nesse processo, a mídia oferece modelos de identidades socialmente úteis, estabelecendo paradigmas, estereótipos e formas de agir e pensar que inserem os sujeitos em uma “comunidade imaginada” (Gregolin, 2007), contribuindo, assim, para a construção de pertencimentos simbólicos e para a regulação das condutas sociais.

Contudo, essa dinâmica torna-se ainda mais complexa diante da sofisticação técnica dos meios de comunicação, que intensificam a circulação de discursos e imagens em ritmo acelerado e em larga escala. Essa aceleração gera uma saturação identitária, marcada pela repetição e generalização incessante de modelos, que passam a operar como dispositivos de etiquetagem e disciplinamento dos sujeitos no corpo social. Como destaca Gregolin (2007), trata-se de um processo em que a mídia atua não apenas como instância de representação, mas também como tecnologia de poder, capaz de organizar os modos de ser, de dizer e de existir, por meio da padronização de identidades e da produção de subjetividades ajustadas às lógicas dominantes.

Partindo dessas considerações, Gregolin exemplifica essa construção discursiva de identidades através da análise de propagandas que recorrem a técnicas como a confissão (reportagens, entrevistas, depoimentos) para constituir identidades baseadas na regulamentação de saberes sobre o uso do corpo, da alma e da vida. A autora discute como esses enunciados publicitários veiculam representações que forjam diretrizes para a criação simbólica da identidade, especialmente no que se

refere relação à modelagem do corpo e à conformação de papéis de gênero socialmente legitimados.

Trata-se de um processo em que o discurso publicitário, ao mesmo tempo que aparenta dar voz ao sujeito individual, submete esse sujeito a formas de normatização e disciplinamento, fazendo circular padrões de conduta, beleza e comportamento que reforçam determinadas formas de pertencimento social. Essa discussão converge com as problemáticas levantadas por Charaudeau (2006), ao destacar que a mídia atua, simultaneamente, como instância de manipulação e como instância manipulada. Para o autor,

[...] as mídias nos impõem suas escolhas dos acontecimentos. Não é, como dizem, porque elas tornem visível o invisível, mas porque só tornam visível aquele visível que decidiram nos exhibir, e esse visível não é necessariamente igual àquele que o cidadão espera ou deseja: agenda midiática, agenda política e agenda cidadã não são sempre as mesmas. É preciso ter em mente que as mídias **informam deformando**, mas é preciso destacar, para evitar fazer do jornalista um bode expiatório, que essa deformação não é necessariamente proposital. Mais uma vez, é a máquina de informar que está em causa, por ser ao mesmo tempo poderosa e frágil, agente manipulador e paciente manipulado. (Charaudeau, 2006, p. 253, grifo nosso).

Conforme salienta Charaudeau, a mídia não apenas participa ativamente na orientação dos sentidos e na constituição dos sujeitos, mas também se encontra submetida às condições de produção que a atravessam, como interesses econômicos, políticos e ideológicos. Isso nos leva à conclusão de que o poder da mídia de estruturar representações sociais, identidades e subjetividades está imbricado em um jogo complexo de forças, em que ela manipula e é manipulada, produz e é produzida pelas condições de produção que orientam as suas escolhas discursivas.

Essa perspectiva ganha respaldo nas análises de Martins (2005), ao demonstrar como a mídia atua na produção e circulação de sentidos sobre grupos socialmente marginalizados como indígenas, negros e moradores de rua do Brasil. Assim como Gregolin (2003; 2007) e Charaudeau (2006), o autor argumenta que a mídia não reflete a realidade de maneira neutra, mas atua ativa e discursivamente na sua construção. O jornalismo, em especial, segundo o autor, não se limita a “produzir resultados de um tratamento que se dá a um fato histórico”, mas “resulta de outra elaboração, que é o que se faz de um acontecimento histórico” (Martins, 2005, p. 132). Isso significa que a mídia seleciona, organiza, interpreta e veicula informações de maneira a moldar percepções e influenciar a opinião pública.

Nesse processo, recursos como a escolha lexical, o uso das formas verbais, a estruturação textual e a intertextualidade funcionam como mecanismos estratégicos na produção de sentidos e na posição dos sujeitos em determinadas formações discursivas.

Ainda de acordo com Martins (2005), a mídia opera como um espaço de “manifestação da luta por poder”, sendo o jornalismo - uma das formas de atuação da mídia de massa - central nesse processo. Com o intuito de examinar discursivamente textos de jornais em seus aspectos linguísticos, contextuais e sociais, a fim de compreender como se dão as relações de dominação na prática discursiva da democracia brasileira, o autor se debruça sobre as representações midiáticas de três segmentos historicamente marginalizados da população brasileira (indígenas, negros e mulheres em situação de rua) para evidenciar como o discurso jornalístico participa da manutenção ou da contestação das hierarquias sociais por meio da linguagem.

A análise desses discursos revela padrões significativos de construção de sentidos. A mídia, ao utilizar escolhas lexicais específicas (como “índios sem educação”, “beneficiários” ou “meninas”), formas verbais que atenuam responsabilidades (como perífrases verbais) e estruturas textuais que moldam a percepção (como o uso seletivo de dados estatísticos), atua ativamente na produção de uma realidade social que frequentemente reforça a marginalização e a exclusão desses grupos. Nesse sentido, a pesquisa de Martins (2005) demonstra que, ao invés de promover uma compreensão aprofundada das complexas lutas sociais, o discurso da mídia tende a simplificar, estereotipar e produzir sentidos que legitimam as desigualdades existentes, contribuindo, desse modo, para a manutenção do status quo.

Corroborando com essa perspectiva sobre o papel da mídia na produção discursiva da realidade social, Silva e Santos (2018) analisam os dizeres que circulam na mídia jornalística contemporânea, com foco nos sentidos construídos sobre o professor no Brasil. A partir da observação da conjuntura sócio-histórica atual, os autores demonstram como a mídia produz e faz circular representações sobre o professor e a escola pública que reiteram sentidos de (des)valorização salarial do docente e de precarização das instituições públicas de ensino. A análise evidencia que, ao abordar a situação do magistério, a mídia frequentemente constrói discursos que reforçam uma visão de falência do sistema educacional público, oferecendo,

assim, uma perspectiva crítica sobre como os meios de comunicação moldam a percepção social sobre a educação e os profissionais que nela atuam.

A menção a esses estudos permite evidenciar o papel da mídia como espaço privilegiado de produção, circulação e legitimação de discursos. Tais análises revelam que o funcionamento da mídia vai muito além da simples transmissão de informações: trata-se de um campo estratégico, no qual sentidos são disputados e identidades são moldadas a partir de interesses diversos.

Desse modo, reiteramos que, neste trabalho, compreendemos a mídia não como mero canal transmissor de mensagens, ideias ou informações, mas como uma instância atravessada por múltiplas forças e interesses, que atua decisivamente na produção de sentidos. Na seção seguinte, discutiremos de forma mais específica como a mídia se articula com interesses econômicos, políticos e culturais, além de analisarmos seu potencial de moldar representações sociais que orientam práticas discursivas relacionadas, por exemplo, à constituição saberes e sentidos para o autismo.

3.2. A constituição da mídia: estruturas sociais e produção de sentidos

Como discutido na seção anterior, a mídia não atua de forma neutra; ela está profundamente inserida nas estruturas econômicas, políticas e culturais da sociedade. Enquanto instituição social, ela exerce, simultaneamente, a função de produtora e reprodutora de discursos, valores e ideologias, alinhada a interesses que extrapolam o simples fornecimento de informação (Thompson, 1998). Autores como Chomsky e Herman (2008), Bourdieu (1997) e Hall (2003) oferecem reflexões fundamentais para entendermos de que modo a mídia sustenta e é sustentada por essas estruturas sociais.

No contexto das relações econômicas, por exemplo, Chomsky e Herman (2008) argumentam que os meios de comunicação são instituições que operam dentro da lógica do mercado. Isso significa que sua produção está condicionada por fatores como audiência, financiamento por publicidade, concentração de propriedade e busca por lucro. Nesse cenário, os autores observam que a mídia tende a favorecer conteúdos que não confrontem os interesses dos seus anunciantes e dos grupos econômicos aos quais está vinculada, o que compromete sua função crítica e pluralista. Para nós, filiados a uma concepção discursiva de mídia, esse favorecimento

de determinados conteúdos midiáticos constitui práticas discursivas que atuam diretamente na promoção de sentidos atrelados à lógica do mercado.

O “modelo de propaganda” proposto por Chomsky e Herman (2008) nos ajuda a compreender esse jogo de interesses econômicos que atravessa os discursos produzidos pela mídia, a partir da compreensão de que a mídia opera sob a influência de cinco “filtros”: 1. A maioria dos grandes veículos de comunicação é propriedade de grandes corporações ou conglomerados. Isso significa que eles operam com objetivos de lucro e tendem a evitar conteúdos que possam prejudicar seus próprios interesses econômicos; 2. Como as mídias comerciais dependem de anunciantes, há um incentivo para evitar conteúdos que possam desagradar os patrocinadores ou seus consumidores; 3. Jornalistas geralmente utilizam fontes institucionais (governo, empresas, especialistas ligados a interesses estabelecidos), o que limita a diversidade de perspectivas e tende a reforçar discursos oficiais; 4. As reações negativas, as campanhas de difamação, as pressões legais ou econômicas contra a mídia quando ela publica algo que contraria interesses poderosos. Isso atua como forma de autocensura; e 5. Na época da Guerra Fria (e de certo modo ainda hoje), o anticomunismo funcionava como ideologia mobilizadora que ajudava a moldar a cobertura da mídia.

É preciso, no entanto, enxergarmos esses filtros no contexto atual. Desse modo, com base em Silva (2015), entendemos que, na contemporaneidade, a mídia promove uma “liberdade” que, na verdade, molda o sujeito para que ele se conforme a ideais de individualidade e consumo. Nesse sentido, a subjetividade é moldada socialmente através dos discursos, e a mídia moderna, impulsionada pelo mercado, representa uma força significativa na redefinição dos modos de ser e agir na sociedade contemporânea. Através dos meios midiáticos, transmite-se um discurso ideológico que cria modelos a serem seguidos com foco em estilos de vida. Isso contribui para a naturalização de crenças e papéis sociais, preconceitos e relações de poder, alimentando, concomitantemente, uma onda consumista que contribui diretamente para a produção da subjetividade.

A sociedade contemporânea é marcada pelas relações de produção e de consumo que atravessam as interações sociais. Atualmente, os modos de subjetivação seguem a premissa de que para “ser” é necessário “ter”, resultado da legitimação do valor dos bens. Nesse contexto, o sujeito é convertido em consumidor, pois deseja obter produtos cobiçados e, assim, ser aceito e, ao mesmo tempo, diferenciar-se dos outros. Todavia, o consumo gera sujeitos impulsivos e frustrados, já que o entusiasmo por determinado

produto, apoiado e lançado pelos meios de comunicação, propaga-se com grande rapidez; depois de consumir o objeto desejado, o fetichismo some e é necessário descobrir outro sonho de consumo, pois aquele obtido outrora perdeu o seu valor (Silva, 2015, p. 185).

Além disso, a autora destaca que, se no passado a mídia poderia ser percebida como impondo padrões, agora ela oferece uma variedade de modelos de conduta, beleza, valores e visões de mundo, mas, paradoxalmente, incita no consumidor a ideia de exercer sua “liberdade” e expressar a si mesmo. A mídia, portanto, assume a função de contestar estereótipos, não impondo um “jeito de ser”, mas convencendo o sujeito de que determinado produto expressa sua individualidade (Silva, 2015). Em outras palavras, o valor não reside no produto em si, mas na subjetividade a ele associada; o produto é apresentado como uma ferramenta destinada à construção do eu. No entanto, embora imponha ou um padrão de vida ou uma ideia de liberdade, não podemos perder de vista que a mídia serve ao propósito dos que detêm o poder, filtrando informações – nos termos de Chomsky e Herman (2008) – de forma a proteger seus interesses.

Em linhas gerais, os meios de comunicação selecionam, filtram e moldam as informações de maneira sistemática, favorecendo as estruturas de poder existentes. E no contexto atual, a mídia é uma importante instância de produção de subjetividades, já que está inserida na rede de discursos que modelam a história do presente. Assim, “o novo meio de controle da mídia é a liberdade. Não cabe mais discutir se o sujeito é independente para consumir, mas compreender essa liberdade de opção como invento de um Eu moderno” (Silva, 2015, p. 185).

Já no campo político, a mídia exerce papel central na formação da opinião pública, sendo frequentemente utilizada como instrumento de influência e de poder. Segundo Bourdieu (1997), os meios de comunicação têm a capacidade de construir realidades e legitimar discursos dominantes, tornando-se espaços de disputa simbólica entre diferentes atores sociais. Governos, partidos políticos e grupos de interesse se valem da mídia tanto para difundir suas agendas quanto para controlar narrativas. Assim, para o autor, a mídia é um agente central na dinâmica do campo político, atuando tanto como mediadora quanto como uma força autônoma com seus próprios interesses e lógicas.

Defendemos, nesta pesquisa, que o campo midiático interage com outros campos sociais, especialmente com o político. Desse modo, a mídia, ao selecionar o

que será noticiado, define o que é “visível” no espaço social, moldando os termos do debate político e influenciando a percepção dos indivíduos. Essas considerações levam Bourdieu (1997) a desenvolver o conceito de *violência simbólica*, que diz respeito a certos discursos que se impõem como legítimos, silenciando vozes dissidentes de forma indireta, o que ajuda a explicar o poder “invisível” da mídia na sociedade, por exemplo. No âmbito dos estudos discursivos, essa violência diálogo com o conceito de “vontade de verdade”, formulado por Foucault (2014, p. 42) para tratar da forma como certos discursos se impõem como verdadeiros, enquanto outros são silenciados, deslegitimados ou ignorados, já que “a ‘vontade de verdade’ [...] tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e de poder de exclusão”.

Ao tratar da televisão (e por extensão, os grandes meios de comunicação), Bourdieu (1997) observa como ela impõe significados, legitima discursos e exclui formas alternativas de pensamento de maneira aparentemente neutra. A audiência, sem perceber, acaba aceitando como “natural” aquilo que foi construído socialmente com interesses específicos. Além disso, o autor argumenta que, embora pareça que todos têm acesso igualitário à mídia, há uma assimetria de poder: quem detém mais capital simbólico (como jornalistas influentes, políticos ou especialistas reconhecidos) consegue mais espaço e credibilidade. Assim, a mídia se constitui como espaço de luta simbólica, onde se disputa o poder de definir o que é legítimo.

Meneguelli (2018) afirma que a política é a arte de organizar laços sociais para um projeto comum, abrangendo grandes grupos de indivíduos. Neste cenário, os meios de comunicação atuam como intermediários na construção da realidade política e da consciência popular. A autora destaca, ainda, que, a escrita, e mais recentemente o audiovisual e a internet, ampliaram o registro da atividade discursiva no campo de atuação política, permitindo que as pessoas não apenas se aproximassem dessa realidade política, mas também se tornassem participantes de sua construção.

Os meios de comunicação e as mídias são os intermediários da realidade política construída (ou a ser construída) junto com a consciência popular. A escrita, sobretudo, tornou-se o grande registro dessa atividade discursiva de narrar a realidade e argumentar para o estabelecimento de sua *verdade*. Entretanto, há bem pouco tempo, tal registro foi ampliado graças a um outro recurso técnico, o audiovisual. Reunindo esse agrupamento técnico em um guarda-chuva denominado cultura visual, as práticas discursivas que registram a realidade não só a aproximaram das pessoas, mas, sobretudo com o advento da internet, tornaram-nas participantes da sua construção em um aspecto fundamental: o da autoria. (Meneguelli, 2018, p. 210).

Assim como Bourdieu (1997), a pesquisadora observa que a mídia contribui para moldar o campo político e influenciar a percepção dos indivíduos. Nesse contexto, os meios de comunicação tradicionais, historicamente a serviço da elite econômica e política, frequentemente tentam silenciar vozes dissidentes que buscam reconhecimento como novos atores sociais no espaço público, e nessa prática discursiva, a “mídia tradicional” busca combater a amplificação dessas vozes (Meneguelli, 2018). Assim, podemos destacar, a partir do pensamento de Foucault (2014), que a linguagem, em especial a que é praticada pela mídia no campo das relações políticas, é uma poderosa forma de agir no mundo, pois o discurso não apenas traduz lutas e sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual se luta e o poder do qual se busca apoderar.

Tais considerações são pertinentes para que Meneguelli (2018) investigue como o discurso produzido pela revista *Veja* apropria-se de tecnologias digitais para construir discursivamente sentidos sobre a figura política de Dilma Rousseff. No contexto brasileiro, onde a experiência democrática foi marcada por rupturas, o acesso à informação e a participação plural dos atores sociais na construção do espaço público são cruciais para o amadurecimento e a consolidação da democracia. Assim, tanto a construção da imagem pelo sujeito político quanto a construção de uma imagem complementar e opositiva pela mídia são fundamentais para compor um mosaico informacional para os cidadãos. Em sua pesquisa, as redes sociais são citadas como a principal fonte de diversidade de registros no plano da comunicação, evidenciando a disputa entre setores conservadores e Dilma Rousseff durante o processo de *impeachment*.

Em suma, observamos, assim como Bourdieu (1997), por exemplo, que a mídia se entrelaça com o campo político, transformando profundamente a forma como a política é feita e percebida no espaço social. Em vez de simplesmente informar, a mídia condiciona o discurso político, limitando sua complexidade e favorecendo formas de comunicação que priorizam a imagem, a rapidez e o espetáculo, muitas vezes em detrimento do conteúdo, já que há determinados sentidos produzidos que buscam estabelecer determinadas relações de poder.

Além dos interesses econômicos e políticos, a mídia, no aspecto cultural, participa ativamente da construção de identidades, valores e representações sociais. Stuart Hall (2003) argumenta que os meios de comunicação são centrais na produção de significados e na difusão de ideologias culturais que moldam a percepção que

temos de nós mesmos e dos outros. Assim, a cultura de massa, por exemplo, muitas vezes disseminada pela mídia, pode tanto reforçar estereótipos quanto abrir espaço para novos repertórios simbólicos, embora, na prática, tenda a reproduzir os valores dominantes da sociedade capitalista, como o consumismo, a individualidade e a competitividade. Nesse sentido, compreendemos que a relação entre a mídia e a cultura é profunda e constitutiva, pois o discurso midiático não apenas reflete a cultura, mas também a produz, a organiza e a transforma a partir da produção de sentidos sobre temas variados que permeiam a vida social.

As identidades não são nunca unificadas, [...] nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas [...]. É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (Hall, 2003, p. 108-109).

Vemos, portanto, que o discurso midiático pode ser entendido como uma forma de produção simbólica, inserida no campo cultural, pois trata-se de um discurso que constitui narrativas, identidades e ideologias, operando dentro de regras e convenções específicas, mas em constante negociação com as audiências. Isso nos leva a admitir, nesta pesquisa, o ponto de vista de Hall (2003) no que tange ao entendimento de que a mídia não apenas transmite informações, mas produz e circula significados que são fundamentais para como as pessoas entendem o mundo ao seu redor.

Diante do exposto, consideramos necessário destacar, novamente, que, na perspectiva da Análise do Discurso de orientação francesa o discurso é compreendido como uma prática social e histórica que organiza sentidos, regula saberes e define o que pode ser dito, pensado e feito em determinado contexto cultural. É com base nesse pressuposto que Foucault (2013) afirma que o discurso é um conjunto de enunciados que produz conhecimento e estabelece regras de pertencimento a uma determinada cultura ou campo de saber. Assim, discursos, como já salientamos, não são neutros: eles atuam na constituição de valores, normas, identidades, crenças e ideologias culturais. Os discursos produzidos pela mídia, por exemplo, sobre gênero, estética, nacionalidade etc. moldam formas de ser, agir e se relacionar em determinado espaço cultural.

Cabe aqui salientar que o acontecimento discursivo divulgado pela mídia não se refere apenas ao fato em si, mas também aos arredores do tema central que constroem as relações culturais na sociedade, pois a mídia constrói representações do real para a audiência. Assim, segundo Gaspar, Gigante e Schützer (2011), a mídia atua como “operadora de práticas históricas” e “operadora de memória”, instituindo práticas que formam objetos discursivos. Nesse contexto, a construção de identidades na mídia está ligada à forma como as sociedades são representadas e como essa representação afeta a autorrepresentação dos indivíduos.

Como aspecto que constitui a cultura, as identidades não são unificadas, nem singulares, mas “multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas” (Barbosa, 2004). Além disso, essas identidades são produzidas em locais históricos e institucionais específicos, dentro de formações e práticas discursivas específicas, o que lhe confere o poder de personalizar vozes e veicular “verdades”, funcionando como uma tecnologia de subjetivação.

Em suma, nesta dissertação, partimos da noção de que a relação entre discurso midiático e cultura é uma via de mão dupla: os meios de comunicação não apenas refletem a cultura de uma sociedade, mas também a constroem, reforçam ou contestam. E é nesse processo que o discurso midiático molda percepções, valores e comportamentos ao selecionar e enquadrar temas, vozes e representações; e, por sua vez, a cultura fornece o repertório simbólico que tornam os discursos compreensíveis e significativas para o público a partir de sentidos que vão se estabilizando no espaço social. Portanto, compreender a relação entre mídia e os interesses econômicos, políticos e culturais exige uma análise crítica do papel que os meios de comunicação desempenham na manutenção das estruturas de poder e na produção da realidade social, pois a mídia não apenas reflete o mundo, mas também o constrói, mediada por interesses que nem sempre são visíveis ao público, daí seu empenho em configurar *regimes de verdade* que produzem e legitimam sentidos sobre diversos temas de interesse social.

Por meio dessa configuração de regimes de verdade, há a produção, a circulação e a legitimação de discursos que se tornam hegemônicos na sociedade. Na perspectiva da AD de linha foucaultiana, o conceito de regime de verdade refere-se ao conjunto de discursos que são aceitos como verdadeiros em um dado momento histórico, sustentados por relações de poder e por instituições (como a ciência, o

Estado, e, mais especificamente, a mídia). Michel Foucault afirma que a verdade não é algo absoluto ou universal, mas é produzida em relações de poder e saber, e isso é o que podemos observar no atravessamento daquelas estruturas sociais nos discursos produzidos pela mídia. Em “*Verdade e Poder*” (2013), o autor afirma que cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros.

Nesse contexto, destacamos duas observações pertinentes para esta dissertação: primeiro, a mídia é uma das instâncias que participa ativamente na constituição desses regimes de verdade; e segundo, as instâncias econômicas, políticas e culturais se entrelaçam ao discurso produzido pela mídia na constituição desses regimes que legitimam determinados sentidos no espaço social. Um exemplo clássico dessa prática discursiva seria o discurso midiático em torno da “corrupção”. Dependendo do contexto político e da ideologia do veículo, certos escândalos ganham grande visibilidade, enquanto outros são minimizados ou omitidos. Isso evidencia como a mídia atua na constituição do que será aceito como realidade política, por exemplo.

Orlandi (2020), por sua vez, aborda a construção dos regimes de verdade como parte fundamental da produção dos sentidos nos discursos, incorporando essa noção filiada às contribuições de Michel Foucault. Desse modo, a autora argumenta que a verdade é construída historicamente e sustentada por relações de poder. Assim, os regimes de verdade são formas historicamente determinadas de organizar o saber e o discurso de modo a fazer parecer que certos sentidos são naturais, neutros ou indiscutíveis, e são definidos conforme o que pode ser dito, quem pode dizer, em que condições e a quais verdades se dá crédito. Na análise que propomos nesta pesquisa, devemos atentar a esses mecanismos discursivos que legitimam certos discursos como verdadeiros, em especial aqueles que constituem a prática discursiva da mídia sobre o autismo.

Ainda de acordo com Orlandi (2020), podemos apontar algumas formas pelas quais a mídia atua na construção desses regimes de verdade: *Seleção e silenciamento*: A mídia seleciona o que será noticiado e silencia o que não será. Isso molda o que pode ou não ser dito, visibilizado, reconhecido como problema ou verdade. Um exemplo são os discursos sobre segurança pública, que muitas vezes associam criminalidade à periferia, reforçando estigmas e ocultando outras causas estruturais; *Repetição e naturalização*: O discurso midiático opera por meio da

repetição, o que leva à naturalização de certas ideias. Um exemplo é a repetição da ideia de que o mercado é a melhor forma de regulação; *Autoridade discursiva*: A mídia confere autoridade a certos sujeitos - especialistas, políticos, jornalistas - cujas falas são consideradas mais legítimas; e *Dispositivos de enunciação*: A mídia funciona como um dispositivo de enunciação que não apenas transmite discursos, mas produz sujeitos e sentidos, organizando o que pode ser dito e por quem.

A pesquisa desenvolvida por Sousa (2020) é um bom exemplo para observarmos esse modo em que o discurso da mídia faz circular determinados sentidos, pois propõe uma análise aprofundada dos conceitos atuais de quilombo e quilombola, afirmando que são resultados de embates históricos em torno da manipulação da memória social brasileira sobre a participação do negro na formação do povo brasileiro. Para tanto, o autor define como objetivo central do estudo analisar quais regimes de verdade sustentaram a produção enunciativa sobre o sujeito quilombola na mídia, tendo como base dois enunciados do jornal *O Estado do Maranhão* que abordam o quilombola.

O estudo de Sousa (2020) constata que a análise dos enunciados do jornal citado, situado nos anos 1980, revelou a existência de procedimentos de controle do discurso na mídia que gerenciam o que deve ser dito e circular como verdade, e quem são os sujeitos autorizados a enunciar tais verdades, segundo critérios historicamente elaborados. Desse modo, a pesquisa conclui que a participação do sujeito quilombola na formação da sociedade brasileira é marcada por uma disputa pela manipulação da memória social. Essa disputa gira em torno da concepção da liberdade dos negros como resultado de um ato da classe senhorial (Lei Áurea em 13 de maio de 1888) ou como fruto das intensas e longas lutas por liberdade, que resultaram na fuga de muitos escravizados e na constituição dos quilombos. Outro dado interessante do estudo revela que o jornalista, ao apresentar esses fatos, atua como um "profissional da memória", promovendo o resgate de regimes de verdade em épocas predefinidas e colocando em circulação narrativas ligadas a diferentes acontecimentos históricos. Contudo, essas narrativas são recontadas por sujeitos que se colocam como porta-vozes de um discurso que se propõe a revelar "a" verdade, elidindo o fato de que a verdade é uma construção histórica.

Outra pesquisa que também contempla a análise da prática discursiva da mídia, e que dialoga com o tem de nosso estudo, foi desenvolvida por Salvador (2019) no que tange à temática das representações do autismo em revistas impressas

brasileiras. Tal como defendemos nesta dissertação, a autora argumenta que os veículos de comunicação da mídia fazem circular notícias, informações e entretenimento, promovendo discursos e construindo verdades. Assim, seu estudo define como objetivo principal analisar e problematizar os discursos que estão sendo produzidos por essas revistas sobre o autismo.

Na análise das revistas, a pesquisa de Salvador (2019) destaca como os discursos veiculados pela mídia mostram-se e produzem modos de pensar e de agir em diversos espaços da sociedade, o que impacta significativamente o contexto escolar, por exemplo. Diante deste cenário, a autora verificou que há, no discurso midiático, uma frequência constante de discursos que ressaltam o diagnóstico ao invés da potencialidade dos sujeitos com autismo, o que favorece o fortalecimento de uma visão médica em relação ao desenvolvimento humano. Além disso, a análise das leva ao entendimento de que o autismo ocorre apenas em crianças.

Considerando as produções das revistas em questão, supõem-se que há um entendimento de que o autismo ocorre apenas em crianças. Em pouquíssimos momentos foram mencionados os jovens, os adultos e os idosos com autismo, bem como as características destas fases da vida, como mercado de trabalho, relacionamentos amorosos, formação de família, independência financeira ou outras questões que tangem o acontecimento da existência humana. Durante a edição de uma revista tudo é escolhido com cuidado, com intencionalidade, inclusive, a ausência de elementos é proposital. Ou seja, ao não vermos crianças negras, jovens, adultos, idosos representados nas revistas, percebemos uma concepção homogeneizadora e reducionista acerca dos sujeitos com autismo. Nega-se as especificidades e a multiplicidade, reduzindo os sujeitos com autismo a um estereótipo. Por isso, quando problematizamos as representações dessas imagens, automaticamente se faz referência, também, aos discursos que a mídia tem interesse em produzir ou fortalecer, por exemplo, o fato recorrente de ser apresentada apenas imagens de crianças brancas. (Salvador, 2019, p. 109-110).

Os resultados desse estudo confirmam os aspectos teóricos que discutimos neste capítulo: a mídia produz sentidos que, num determinado tempo e espaço, constituem regimes de verdades, que, por sua vez, produzem muitas vezes sujeitos estereotipados, como o caso apontado por Salvador (2019) sobre a pessoa com autismo. O atravessamento das estruturas sociais também fica evidente nos resultados alcançados pela pesquisadora, tendo em vista, por exemplo, que as revistas analisadas que abordam o tema autismo tendem a oferecer catálogos de terapias, serviços e produtos, promovendo, desse modo, profissionais, centros clínicos, cursos de especialização e serviços, isto é, os interesses mercadológicos.

Tendo em vista que nos estudos discursivos as possibilidades de leitura não se esgotam nas lentes de um analista do discurso, nosso trabalho tem potencial para contribuir para essas reflexões tendo como foco o discurso da mídia que circula em páginas eletrônicas, já que, na contemporaneidade, a mídia não mais se limita à TV, ao rádio e à imprensa, como observou Charaudeau (2006). Atualmente, a mídia mergulha nas inúmeras possibilidades do universo digital, o que lhe confere mais potencial para produzir e fazer circular discursos que legitimam determinados sentidos no espaço social.

Em síntese, compreendemos, nesta pesquisa, que todo discurso produzido mídia é carregado de concepções e visões de mundo. Não se trata, portanto, apenas de um instrumento utilizado para informar e entreter, mas também de uma instância que produz sentidos e constrói verdades, a partir de interesses políticos, econômicos e culturais. É com esse olhar que propomos uma análise do autismo e do sujeito autista no discurso produzido pela mídia no espaço digital.

4. DISCURSO SOBRE O AUTISMO NA MÍDIA

A discussão sobre o autismo tem se tornado cada vez mais presente em nossa sociedade. Essa crescente visibilidade está relacionada às transformações sociais, políticas e culturais que reposicionam o autismo como objeto de interesse público, científico e midiático. Nesse contexto, a mídia tem desempenhado um papel de destaque, ao produzir e fazer circular discursos que contribuem de maneira significativa para a construção e circulação de sentidos sobre o autismo em nossa sociedade.

Contudo, é importante salientar que, mais do que simplesmente informar, as mídias constroem narrativas, silenciam vozes, ativam memórias e organizam modos de ver e interpretar o mundo, posicionando-se, assim, como instâncias produtoras de sentidos e não apenas como transmissoras neutras da informação.

Além disso, é fundamental destacar que em seu processo de funcionamento, as mídias não atuam de forma espontânea ou desinteressada, mas sempre orientadas por determinados interesses, cujo alinhamento com as formações discursivas e as condições de produção do discurso refletem no modo como algo deve ser dito e circular nos diferentes contextos sociais. Dessa forma, os discursos produzidos no espaço midiático não apenas refletem a realidade, como também participam ativamente de sua construção simbólica. Partindo dessa compreensão, buscamos, neste capítulo, analisar discursivamente os enunciados produzidos pela mídia sobre o autismo, buscando compreender como os dispositivos midiáticos interpretam e produzem sentidos acerca desse fenômeno.

Para isso, examinaremos as materialidades discursivas presentes em matérias sobre o autismo publicadas na edição de nº 473 da revista *Época* e edição de nº 410 da *Superinteressante* e que circulam, atualmente, nas páginas eletrônicas dessas revistas, a fim de compreender como se dá o funcionamento discursivo e os processos de sentidos para o autismo nessas plataformas de comunicação.

Nesse percurso analítico, serão mobilizados os aportes teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, especialmente as contribuições teóricas de Patrick Charaudeau (2006; 2016), Michel Foucault (1996; 2008; 2013; 2014), Michel Pêcheux (1995; 1997; 2008), entre outros, para descrever e interpretar os enunciados sobre/para o autismo que circulam nessas edições das revistas supracitadas.

Acreditamos, pois, que os conceitos e abordagens teórico-metodológicos desenvolvidos por esses autores no campo do estudo do discurso contribuem fundamentalmente para a análise e descrição dos enunciados produzidos para o autismo e que circulam no espaço discursivo dessas revistas.

4.1. Análise de discursos para o autismo na revista *Época*

O estudo dos processos discursivos para autismo na revista demanda de nós, estudiosos da linguagem, um esforço intelectual que se volta não somente para a descrição dos conteúdos linguísticos e discursivos que formam na página dessa revista, mas também para a análise das condições de produção desses dizeres no espaço discursivo da revista, pois os enunciados não emergem de maneira isolada ou aleatória; eles são produzidos dentro de um conjunto de práticas sociais, contextos históricos e orientações ideológicas que determinam sua formulação, circulação e funcionamento.

Assim, para que possamos compreender o funcionamento discursivo para o autismo na revista *Época*, é necessário analisar não apenas o que é dito sobre esse fenômeno no espaço discursivo da revista, mas também os fatores que tornam possíveis esses dizeres, ou seja, as condições de sua produção. Sendo assim, recorreremos a Pêcheux (1997) para destacar a relação entre o que é dito para o autismo na página da revista e seu contexto de produção, uma vez que para esse autor, o discurso não funciona como um acontecimento aleatório, mas como algo que é produzido dentro de uma rede de forças sociais, históricas e ideológicas que atravessam o sujeito e que determinam os limites e possibilidades do que pode (ou não) ser dito na língua.

Destacamos, inicialmente, que, para Pêcheux (Ibidem, p. 74), “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dada”, o que significa dizer que todo enunciado está vinculado a um contexto específico que condiciona sua formulação e seus os efeitos de sentido. Para o autor, não há neutralidade naquilo que se diz; pelo contrário, cada enunciado reflete e reproduz sempre as relações de poder, as normas sociais e as práticas ideológicas colocadas em jogo na linguagem.

Dessa forma, os enunciados não podem ser compreendidos de maneira isolada ou desvinculado de seu contexto de produção, mas como acontecimentos que

refletem os aspectos históricos, sociais e ideológicos que os estruturam e tornam possíveis sua emergência e circulação.

Pêcheux (Ibidem) salienta ainda que esses não apenas orientam quais enunciados poder ser formulados, mas também o modo como os sujeitos se posicionam em relação àquilo que dizem. Isso significa dizer que esses fatores históricos, sociais e ideológicos não apenas condicionam o que pode ser dito na língua, como também influenciam a maneira como algo é compreendido e interpretado pelo sujeito. Em outras palavras, as condições de produção não apenas condicionam a produção do discurso, como também determinam a forma como os sujeitos recebem, processam e atribuem sentidos aos enunciados. Dessa maneira, o discurso não se apresenta como um ato isolado, mas como um fenômeno atravessado por relações históricas, sociais e ideológicos que estruturam sua produção e circulação.

É nesse sentido, ainda, que Pêcheux considera ser necessário considerar, na análise de um discurso, tanto o contexto imediato de sua produção (a situação imediata da enunciação) quanto o contexto mais amplo que atravessa a prática discursiva. Nesse processo, o autor chama a atenção para o papel do sujeito do discurso, o qual, segundo o autor, é parte integrante do processo de formulação e compreensão do discurso, uma vez que sua posição discursiva e inserção em determinada formação ideológica determinam a maneira como deve enunciar, quais sentidos são possíveis em seu dizer e como deve se relacionar com os efeitos de sentidos produzidos no discurso.

Ainda, segundo Pêcheux (1995), é a partir da posição que o sujeito assume na ordem do discurso que ele pode dizer o que diz e da forma como diz. Nesse processo, continua o autor, a ideologia atua como um princípio estruturante, pois é ela que interpela os “indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seus discursos)” (Ibidem, p. 162). Assim, segundo o autor, a ideologia interpela, ou melhor, convoca o indivíduo a ocupar um lugar de sujeito em uma formação discursiva específica.

O sujeito, ao responder a esse chamado, passa a identificar-se com determinada formação discursiva que, na ordem do discurso, representa o modo como a ideologia se manifesta e se reproduz nos enunciados, orientando e delimitando o que pode ser formulado. Assim, toda formação discursiva é uma materialização concreta da ideologia, uma vez que aquela, segundo Pêcheux (Ibidem, p. 161), “representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

Para esse autor, a ideologia molda e determina o que o sujeito pode dizer, orientando não apenas o conteúdo de seu discurso, mas também a forma, os limites e as possibilidades de enunciação dentro das práticas sociais e discursivas em que está inserido. Isso significa dizer que, para a AD, o sujeito do discurso não se apresenta como um agente livre em sua fala, mas como alguém situado histórico e ideologicamente, cujo o ato de enunciar está condicionado pelas formações discursivas que o atravessam e determinam o que pode (ou não) ser dito.

Dito de outro modo, para a AD, o sujeito não fala de um lugar neutro ou livre de determinações, mas a partir de posições previamente inscritas nas formações ideológicas e discursivas que limitam, organizam e regulam sua fala. Nesse sentido, ao analisarmos as discursividades que se constituem para o autismo nas páginas da revista *Época*, precisamos considerá-los não como acontecimentos aleatórios ou que emergem da escolha individual do sujeito falante, mas como acontecimentos que resultam da articulação entre condições históricos, sociais e as determinações ideológicas que atravessam os sujeitos que lá se expressam discursivamente.

É importante salientar, conforme cita Orlandi (2020), que as condições de produção compreendem ainda a memória discursiva que, na perspectiva da autora, “compreende o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (Ibidem, p. 31). A memória discursiva representa, desse modo, o conjunto de dizeres anteriores é que são retomados, reestruturados e mobilizados pelos sujeitos na produção de novos enunciados.

A memória discursiva funciona como o “repositório” histórico e social de saberes e de práticas discursivas que condicionam e orientam a maneira como o sujeito se posiciona e se expressa no discurso, determinando tanto o que pode ser dito quanto as formas possíveis de enunciação. Tal conceito reitera o entendimento de que os enunciados não surgem de maneira isolada ou espontânea, mas a partir de um conjunto de saberes e práticas discursivas historicamente sedimentadas que orientam o que pode ser dito em dada conjuntura social. Assim como as formações discursivas, a memória discursiva atua como fundamento estruturante do discurso, condicionando tanto a produção quanto a interpretação dos enunciados.

Considerando, portanto, que os discursos não são acontecimentos aleatórios, nem emergem como parte da escolha individual do sujeito discursivo, mas sim como acontecimentos que resultam de condições históricas, sociais, ideológicas e da

memória discursiva (conjunto de saberes que tornam possível o dizer), a análise dos enunciados que se materializam para/sobre o autismo nas páginas eletrônicas da revista *Época* requer que consideremos tais fatores como elementos estruturantes e condicionantes da possibilidade de enunciação e de interpretação desses dizeres no espaço discursivo da revista. Assim, ao analisarmos esses enunciados que se constituem para o autismo no espaço discursivo da revista *Época*, devemos considerá-los como acontecimentos que resultam não somente das escolhas individuais dos sujeitos que os anunciam, mas, sobretudo, de processos discursivos mais amplos, que englobam fatores históricos, sociais e ideológicos que determinam o modo como o dizer se organiza e ganha sentido.

Dito isso, interessa-nos então compreender como os enunciados que circulam para o autismo nas páginas da revista *Época* refletem essas condições de produção do discurso. Para isso, apresentamos, a seguir, a edição impressa da revista que traz em sua capa o tema do autismo como destaque principal.



Fonte: Revista *Época*, edição de nº 473.

Essa edição da *Época*, que traz como destaque a temática do autismo, foi publicada em 16 de janeiro de 2007. Considerando o seu contexto de produção e circulação, trata-se de um momento em que o debate público sobre o autismo no Brasil encontrava-se ainda em fase inicial, apresentando pouca visibilidade na mídia e na sociedade brasileira de maneira geral.

Analisando parafrasticamente a da capa da revista, observamos que ela traz como imagem central o rosto de um menino, em destaque, que aparece sorrindo e olhando levemente para a frente. Na capa se materializam ainda a palavra “autismo”, que funciona como título principal da edição, escrita em letras grandes e brancas.

Acima desse título, aparece o enunciado “*Um novo olhar sobre o mundo oculto do [...]*” que se junta ao título principal formando um *continuum* discursivo para o autismo nessa edição da revista. Mais abaixo, depois do título principal, um segundo enunciado, onde se lê “*O Brasil pode ter 1 milhão de casos não diagnosticados*”. A capa da revista traz ainda outras materialidades discursivas que, por não serem objeto de análise deste trabalho, não serão explorados, mas que constituem igualmente o conjunto de elementos verbais e visuais que reforçam o caráter informático da revista.

No entanto, se voltarmos nosso olhar para os enunciados que compõem a capa da revista numa perspectiva analítica, conforme é proposto pela AD, constataremos que esse conjunto de enunciados, que se apresentam para o autismo na capa da revista, o apresentam como um fenômeno complexo e enigmático, cuja existência é marcada por alguns desafios de compreensão. Nesse processo, destacamos novamente a sequência discursiva “*Um novo olhar sobre o mundo oculto do autismo*” que além de evidenciar essa ideia de autismo como algo “complexo”, “oculto” ou “escondido”, sugere ainda a necessidade de sua compreensão, sobretudo pelo saber especializado, como veremos mais adiante, pela análise das materialidades discursivas que compõem o conteúdo interno da revista para o tema.

Do ponto de vista da AD, podemos dizer que tal enunciado funciona ainda como uma paráfrase no discurso da revista, visto que retoma dizeres socialmente já constituídos sobre o fenômeno – de que o autismo é algo complexo, misterioso, desconhecido e pouco visível – e os reinscrevem em novas formulações, na tentativa de produzir efeito de novidade informativa, sugerindo ao leitor de que ele terá acesso a uma perspectiva inédita e mais aprofundada sobre o tema.

É importante salientar que a paráfrase, conforme cita Orlandi (2020, p. 36), é uma forma de retomada “aos mesmos espaços do dizer”. Isso significa, segundo a autora, que a paráfrase organiza elementos de um discurso já existente para produzir efeitos de sentido específicos em determinado contexto. Assim sendo, ao analisarmos o enunciado acima, observamos que ele se ancora em memórias discursivas (outros dizeres) que já circulam socialmente para o autismo e que são atualizadas no contexto específico em que a matéria é produzida. Logo, esse “novo olhar” sobre o autismo, a que a revista se propõe a realizar, não funciona necessariamente como novo, mas como um movimento discursivo de repetição, em que antigos dizeres são reorganizados para produzir efeitos de inovação.

Esse efeito, no entanto, é produzido sobretudo pelo enunciado “*Um novo olhar [...]*”, que integra a sequência discursiva dada, e que, tomado isoladamente, funciona produzindo essa perspectiva de inovação na interpretação sobre o autismo por parte da revista. É importante destacar que tal enunciado busca romper com a concepção do olhar anterior, tradicional e já consolidado sobre o autismo para instaurar novas formas de dizer e outras possibilidades de interpretações para esse fenômeno. Desse modo, o termo “novo”, formulado no enunciado da revista, funciona como um operador discursivo que produz a ideia de inovação e atualização para o autismo no espaço discursivo da revista, embora, na prática, esteja ancorado em memórias discursivas já existentes que reinscrevem sentidos que, embora apresentados como novos, mantêm relações com dizeres já consolidados sobre o espectro.

Por sua vez, o substantivo “olhar”, que integra o enunciado, produz um efeito de sentido importante: ele transcende seu sentido literal para assumir uma perspectiva interpretativa metafórica em que a instância midiática assume a função de mediadora dos saberes especializados, apresentando-se como uma instituição capaz de oferecer ao leitor o acesso privilegiado a um conhecimento até então oculto. Esse efeito é reforçado pela expressão subsequente – “*[...] sobre o mundo oculto do autismo*” – que, além de apresentar o autismo como um fenômeno complexo e enigmático e cuja compreensão depende do saber especializado, coloca a revista como a instância responsável por mediar a circulação desses saberes junto ao público. Assim, a revista se coloca como uma instituição que tem como função revelar e traduzir esses saberes sobre o autismo que não estão instantaneamente acessíveis e disponíveis para o público, legitimando-se, assim, como porta-voz da ciência na instância midiática.

No que se refere ao enunciado “*O Brasil pode ter 1 milhão de casos não diagnosticados*”, que integra o discurso para o autismo na capa da revista *Época*, ele funciona situando o autismo como um problema de saúde pública, ao reforçar um discurso estatístico que instaura um senso crítico de urgência social em torno da necessidade de diagnóstico e intervenção. Além disso, tal enunciado, ao enfatizar o atraso do Brasil no diagnóstico do autismo, contribui para a construção de um efeito de sentido de deficiência institucional e de insuficiência das políticas públicas, ao mesmo tempo em que legitima a necessidade de maior intervenção de especialistas e do Estado na detecção precoce e no controle do transtorno.

No que diz respeito à imagem da criança que compõe a capa dessa edição da revista *Época*, é importante salientar que ela não é neutra. A imagem, que estampa

o rosto de uma criança em destaque e olhando quase para a câmera, funciona no discurso da revista como um signo visual que aquela instituição utiliza para representar o autismo como uma categoria social e médica. Essa imagem, ao mesmo tempo em que desperta a empatia, apaga a voz e a experiência vivida por sujeitos autista, uma vez que a criança não fala, apenas “representa” o autismo como categoria social e clínica, sendo usada apenas como ilustração de um fenômeno que se pretende compreender, controlar ou explicar.

Dessa forma, é possível perceber que a capa da edição da revista *Época* não apenas apresenta informações sobre o autismo, mas busca também produzir sentidos específicos sobre esse fenômeno, construindo-o como um objeto enigmático, complexo e passível de interpretações científicas e de intervenção social. A escolha dessas materialidades discursivas – título com metáfora de “novo olhar”, subtítulos com dados estatísticos impactantes e imagem de criança universalizada – reforça essa visão clínica do autismo, afastando-o das abordagens sociais, culturais ou de direitos humanos que só ganhariam força anos depois com o movimento da neurodivergência.

Tais observações tornam-se importante neste processo de análise do discurso da revista para/sobre o autismo uma vez que permitem compreender como a mídia atua na constituição de regimes de verdade que orientam o modo como a sociedade compreende e interpreta o autismo. Nesse gesto, é importante salientar que o discurso midiático legitima determinadas práticas e saberes – especialmente os de ordem médica – ao mesmo tempo em que silencia outras formas de compreensão, como, por exemplo, aquelas produzidas pelos próprios sujeitos autistas e por outros movimentos sociais que se juntam à luta desses sujeitos por reconhecimento, diversidade e direitos.

Esse modo de funcionamento do discurso da mídia para o autismo articula-se, de certo modo, às condições de sua produção. Ao considerarmos, por exemplo, a construção discursiva para o autismo na revista *Época*, observamos que ela reflete os interesses institucionais e as condições históricas, sociais e ideológicas da produção do discurso. Nesse sentido, é importante salientar que o surgimento do autismo na edição de nº 473 da revista *Época*, publicada em janeiro de 2007, se dá em contexto em que o debate público sobre o autismo no Brasil era ainda incipiente e marcado, sobretudo, pelo interesse médico e científico, mas com baixa visibilidade social e política. Isso significa dizer, que a temática do autismo era pouco conhecida pelo

grande público, o que posiciona a revista como um agente central na mediação do conhecimento do tema com o público.

Além disso, é importante salientar, não existia período uma legislação brasileira específica voltada para as pessoas com autismo. A Lei nº 12.764/12, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, só seria sancionada anos depois, em 2012. Logo, as discussões sobre o tema na sociedade brasileira no período, em especial na mídia, apoiavam-se em referências científicas e em experiências familiares, que funcionavam como os principais meios de conhecimento e de orientação sobre o tema.

Nesse contexto, qualquer discussão sobre direitos ou serviços para pessoas autistas tinha caráter político indireto, o que significa dizer a temática era mobilizada mais como questão de saúde e de conhecimento científico do que como pauta de cidadania e inclusão social. Assim, o debate não assumia ainda uma dimensão política estruturada, embora contribuísse, de maneira difusa, para a criação de um campo discursivo que, posteriormente, favoreceria a emergência de políticas específicas voltadas à população autista. Podemos constatar o reflexo dessas condições histórico-sociais na própria forma como a revista o autismo como objeto discursivo: ele é apresentado como um fenômeno complexo, enigmático e desafiador, cuja compreensão depende da atuação de especialistas e das experiências compartilhadas pelas famílias.

No que se refere à dimensão ideológica do discurso, é importante salientar que as escolhas discursivas da revista - que privilegiam uma abordagem científica, centrada na dimensão clínica do autismo, com pouco espaço para as narrativas de experiências pessoais e individuais de pessoas autistas e seus familiares – contribuem para a construção de uma narrativa em que o conhecimento especializado é apresentado como referência no debate e na compreensão do fenômeno. Isso se dá, no entanto, porque o discurso científico, ao tornar-se como o principal mediador do entendimento sobre o autismo, estabelece fronteiras sobre quem pode falar e quais saberes são considerados legítimos. Dessa forma, a construção do autismo como objeto de conhecimento na mídia não é neutra, mas marcada pelas relações de poder e pelas condições históricas, sociais e ideológicas colocadas em jogo no processo de produção do discurso.

Em se tratando do discurso para/sobre o autismo na *Época*, isso se manifesta na forma como o saber especializado (o discurso médico e científico) aparece como

referência legítima na interpretação desse fenômeno. Dizemos, nesse sentido, que as formulações discursivas produzidas pela revista para o autismo refletem as condições de produção do discurso, condições essas que são históricas, sociais, ideológicas, e, também, econômicas, uma vez que a mídia não funciona apenas como veículo de informação, mas também como um espaço estratégico de circulação de discursos que articulam interesses comerciais, culturais e institucionais (Charaudeau, 2006).

Assim, o discurso para/sobre o autismo na edição da revista *Época* refletem essas condições históricas, sociais, ideológicas e econômicas que moldam tanto o que pode ser dito quanto o modo como esse dizer deve ser compreendido e interpretado.

Dadas essas observações, passamos a discutir sobre o conteúdo interno da matéria sobre/para o autismo na edição da revista *Época*, destacando tanto o seu funcionamento discursivo quanto as estratégias utilizadas pelo agente responsável por produzi-la para interpretar e significar o autismo. Para isso, no entanto, recorreremos à noção de funcionamento discursivo, conforme este se apresenta na teoria discursiva de Pêcheux, a fim de compreender como o discurso se estrutura para criar efeitos de sentidos na linguagem.

Sendo assim, salientamos, inicialmente, que o processo de compreensão de um discurso implica tanto a análise das condições de produção que o atravessam quanto dos sujeitos que o enunciam, especialmente no que diz respeito à sua relação com a língua e com a ideologia, bem como dos efeitos que emergem dessa articulação. Isto porque, conforme assevera Pêcheux (1997, p. 82), o discurso não é apenas a simples transmissão da informação, mas “efeitos de sentidos” produzidos entre interlocutores atravessados pela língua e pela ideologia, o que significa dizer, nesse sentido, que o que é dito na língua refletem tanto as condições de produção do discurso quanto as posições ocupadas pelo sujeito do discurso e as formações discursivas e ideológicas que o atravessam.

Se o discurso é reflexo dessas condições, logo o sentido produzido por ele não é fixo, nem universal, mas histórico e ideologicamente construído. Isso porque, conforme aponta Pêcheux (1995, p. 160), “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em si mesmo [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas”.

Logo, compreender o funcionamento de um discurso implica, nesse sentido, analisar as posições ocupadas pelos sujeitos, as formações discursivas que o atravessam e as condições históricas, sociais e ideológicas que orientam o seu dizer, além de revelar as estratégias, os interesses e as relações de poder colocadas em jogo na produção e circulação do discurso. Em síntese, implica considerar, nesse processo, não apenas o conteúdo explícito de um enunciado, mas os processos implícitos que possibilitam sua produção e os efeitos de sentidos construídos a partir dela.

Considerando essa perspectiva, passamos à análise dos enunciados que se materializam para o autismo na matéria da *Época*, buscando compreender, nesse processo, de que maneira as escolhas discursivas e as estratégias utilizadas pelo editor do conteúdo da revista funcionam para interpretar o autismo e pessoas autistas. Sendo assim, trazemos para a análise um recorte do material discursivo que constitui o discurso para o autismo na edição de nº 473 da revista. Trata-se da chamada principal da matéria sobre o autismo nessa edição da revista.



Fonte: Revista Época, edição nº 473.

Tal recorte, conforme já mencionamos, apresenta, em sua materialidade, enunciados linguísticos que constituem o título e subtítulo da matéria sobre o autismo no espaço editorial da revista, acrescido da assinatura da jornalista responsável pelo conteúdo ali publicado. Propomos, no entanto, analisá-lo a partir da posição discursiva ocupada pela jornalista Tânia Nogueira no espaço discursivo da revista.

Sendo assim, destacamos, inicialmente, que a jornalista se posiciona como alguém se torna responsável por aquilo que é veiculado na página da revista sobre o autismo. Nessa posição - que denominaremos de posição-sujeito do discurso -, ela atua como mediadora entre os saberes especializados e o público leitor, organizando, selecionando e apresentando as informações de modo a torná-las acessíveis e

compreensíveis. Desse modo, a jornalista ocupa o papel de “produtora do discurso”, ao traduzir dados científicos, relatos de familiares e informações estatísticas que conferem autoridade e legitimidade ao conteúdo publicado.

Contudo, é importante salientar que essa atuação não se dá de maneira neutra ou espontânea. Nessa posição, está inserida em uma rede complexa de relações que a posicionam como sujeito produtor dos discursos sobre o autismo no interior da revista. No entanto, essa posição não deve ser confundida com sua identidade individual, mas como uma função discursiva que emerge das condições de produção nas quais está inserida; ou seja, o lugar que ela ocupa enquanto produtora do discurso é determinado pelas formações discursivas que a atravessam e delimitam o que pode ser (ou não) dito sobre o autismo. Assim, o que ela diz está orientado por um conjunto de práticas, saberes e forças ideológicas que, alinhadas aos interesses econômicos da revista, determinam o que ser dito sobre o autismo naquele espaço enunciação.

Tudo o que foi dito até aqui sobre o sujeito do discurso coloca em evidência a afirmação de que ele não é uma entidade autônoma ou livre na língua, mas como alguém que funciona sob efeito das formações ideológicas e das relações de poder que sustentam e determinam seu modo de dizer no discurso.

Ainda sobre isso, Pêcheux (1995) destaca que é próprio da ideologia mascarar o processo de constituição do sujeito e de seus dizeres, produzindo a ilusão de que ele é origem daquilo que fala. Essa ilusão, segundo ainda o autor, faz com que o sujeito acredite ser a origem consciente do seu dizer quando, na verdade, o que ele diz ou pronuncia é resultante das formações discursivas nas quais está inscrito e das formações ideológicas que o constitui. Logo, o sujeito não é origem absoluta do que anuncia; o que ele diz é determinado pela posição que ele ocupa em determinada formação discursiva e pelas relações sociais, históricas e ideológicas que o atravessam discursivamente.

Desse modo, ao analisarmos a posição discursiva ocupada pela jornalista Tânia Nogueira no espaço discursivo da revista, compreendemos que sua atuação como produtora do discurso não se dá de maneira neutra ou individualmente livre, mas condicionada pelas normas editoriais da revista, pelos saberes socialmente legitimados sobre o autismo e pelas mediações ideológicas presentes no espaço midiático.

Dessa forma, o que a jornalista expressa no contexto discursivo da revista inscreve-se nas condições de produção do discurso midiático, que, enquanto instância enunciativa, controla, legitima e direciona o que pode ser dito para o autismo naquele espaço de enunciação. Assim, aquilo que se apresenta como uma fala individual é, na verdade, efeito de um processo discursivo mais amplo, que articula linguagem, história, ideologia e relações de poder estruturam e delimitam o modo de apresentar e compreender o autismo no espaço da revista.

Contudo, é importante salientar que esse processo discursivo que se constitui no espaço discursivo da revista não elimina a presença da jornalista enquanto sujeito autor, mas redefine o sentido de autoria. A autoria, nesse contexto, refere-se à função discursiva que seleciona, organiza e delimita os enunciados produzidos, conferindo-lhes autoridade, legitimidade e responsabilidade (Foucault, 1996). A jornalista, ao assumir esse lugar de enunciação, disponibilizado pela revista, atua como sujeito produtor do discurso, articulando e selecionando quais saberes, quais vozes e quais sujeitos serão considerados e autorizados a falar do autismo naquele espaço discursivo.

Podemos constatar tal funcionamento na forma como a jornalista organiza os dizeres para o autismo na matéria da revista *Época*, os quais são constituídos por enunciados oriundos de diferentes lugares sociais e institucionais que, ao serem selecionados e incorporados no discurso da revista, contribuem para a constituição de uma rede discursiva que produz diferentes efeitos de sentido para o autismo. Assim, a fim de explicitar como essa rede discursiva se constitui no discurso da revista para o autismo, apresentamos, a seguir, uma sequência discursiva, retirada do texto da revista, e que evidencia a maneira como o sujeito discursivo articula diferentes vozes para falar e significar o autismo.

A segunda dúvida angustiante: os autistas não sabem se relacionar com outras pessoas ou simplesmente não têm interesse? As duas coisas, diz o psiquiatra infantil Marcos T. Mercadante. "Eles não estão interessados". Segundo ele, a estrutura da mente de um autista é diferente da nossa. É mais direta, mais reta, não tem atalhos. Como se a nossa mente fosse o mapa de São Paulo, cheio de curvas e bifurcações, e a de um autista o de Manhattan, só com ruas retas e paralelas. Eles não têm intuição, malícia. Por isso, se interessariam mais por mecanismos, coisas lógicas.

Fonte: Revista *Época*, edição nº 473.

A sequência discursiva, retirada da matéria da *Época* sobre o autismo, apresenta uma passagem em que o psiquiatra infantil Marcos T. Mercadante discorre sobre a dificuldade de pessoas autistas de se relacionarem socialmente, trazendo uma explicação de caráter médico-psiquiatra para justificar esse modo de ser.

Nessa sequência discursiva, o sujeito discursivo mobiliza a voz do discurso especializado (a psiquiatria) para interpretar o autismo. Nela, o saber especializado aparece como legitimador na interpretação sobre o autismo, funcionando como instância de autoridade e que confere cientificidade ao que é dito sobre pessoas autistas. Assim, o discurso construído nessa sequência discursiva contribui para a consolidação da centralidade do saber médico-psiquiátrico na constituição de verdades sobre o autismo, ao mesmo tempo em que orienta a percepção do público leitor, definindo o que é “normal” ou “desviante” no comportamento de pessoas autistas.

Além disso, ao selecionar o discurso especializado como centralizador na interpretação do autismo, o sujeito discursivo da revista marginaliza ou reduz outras vozes – como de pessoas autistas e seus familiares – a relatos complementares, reforçando um regime discursivo que hierarquiza saberes e consolida relações de saber-poder na compreensão sobre o espectro.

É importante salientar ainda que a forma como o sujeito discursivo mobiliza o discurso médico para compor o quadro discursivo sobre o autismo na revista não se dá de maneira neutra ou espontânea. Ele responde às condições de produção impostas pela agência editorial – que no caso, é a revista *Época* –, que define os critérios de seleção, legitimação e circulação de vozes, determinando quais discursos podem ocupar posição de centralidade (e quais devem ser apagados). Dessa forma, o discurso médico-psiquiátrico torna-se referência privilegiada na construção de sentidos sobre o autismo, enquanto outras vozes são silenciadas. Esse processo revela como o poder e o saber se entrelaçam na produção midiática, destacando e naturalizando determinados conhecimentos e evidenciando a forma como as relações de autoridade discursiva orientam a percepção social sobre o autismo.

Esse modo de organização discursiva para o autismo nesta edição da revista atravessa toda sua produção, funcionando como o fio condutor que orienta a construção de sentidos e que direciona o leitor a interpretar o autismo a partir de uma perspectiva médico-científica. Assim, ao longo da matéria, a centralidade do saber especializado é naturalizada e apresentada como neutra, objetiva e universal, quando,

na realidade, essa perspectiva reflete escolhas discursivas específicas que privilegiam determinados conhecimentos/vozes e limitando outros/outras. Esse processo, além de configurar um regime de verdade que orienta a interpretação sobre o autismo, constrói o efeito de evidência e transparência no discurso que levam o leitor a acreditar que existe apenas uma única forma de compreender o autismo.

Outro ponto relevante que gostaríamos de destacar nesse recorte discursivo diz respeito ao modo como a edição da revista organiza a abordagem sobre a subjetividade de sujeitos autistas. O editor da revista ao tratar da afetividade dessas pessoas recorre novamente ao discurso especializado para validar seu dizer, criando um efeito que associa a compreensão da vida emocional dos autistas à autoridade médico-científica. Essa estratégia produz um efeito de apagamento das vozes dos próprios sujeitos autistas, uma vez que suas experiências e relatos não são diretamente apresentados, mas traduzidos e interpretados por especialistas. Nesse processo, estabelece-se um regime de verdade que naturaliza a ideia de que apenas o saber técnico e especializado é capaz de explicar a subjetividade de pessoas autistas.

Na mesma sequência discursiva é possível observar ainda o enunciado “[...] *os autistas não sabem se relacionar com outras pessoas ou simplesmente não têm interesse*”, produzida pelo editor da matéria e que mobiliza o discurso especializado para consolidar uma caracterização normativa do comportamento autista. Essa formulação, além de reforçar estereótipos deficitários sobre o autismo, contribui para o apagamento da pessoa autista enquanto sujeito de fala à medida que restringe sua experiência pessoal e discursiva ao olhar e interpretação do outro no campo discursivo da revista, neste caso, a instituição médica-científica.

Essa estratégia discursiva da revista – em mobilizar o discurso especializado para tratar da efetividade em pessoas autistas – não se limita apenas a conferir legitimidade ao que é dito. Ela funciona também para posicionar o saber especializado como a principal referência para a compreensão do autismo. É importante, nesse sentido, que tal procedimento, o de priorizar o discurso especializado em detrimento de outras perspectivas discursivas, promove o que poderíamos chamar de “exclusão discursiva” que, na perspectiva da análise de discurso, consiste na marginalização ou silenciamento de outros saberes ou experiências discursivas que poderiam oferecer outras interpretações para o autismo.

Para Foucault (2014), os discursos não circulam de forma livre e igualitária na esfera social. Eles são regulados por mecanismos de poder que determinam quais enunciados podem ser legitimamente produzidos, disseminados e reconhecidos como verdadeiros. Tais mecanismos funcionam como filtros que organizam os discursos, privilegiando certos saberes em detrimento de outros e assegurando a manutenção das relações de poder na sociedade. Na sequência discursiva em análise, ao recorrer à autoridade médica para abordar a afetividade de pessoas autistas, a revista reforça precisamente esses mecanismos de controle e exclusão, fazendo com que o saber médico se torne legítimo e hegemônico na definição do que é o autismo.

Esse processo, no qual o sujeito autista é privado de falar sobre si mesmo, permeia toda a composição discursiva da matéria da revista *Época*. Ele constitui a lógica discursiva da revista, na qual o discurso especializado organiza os saberes sobre o autismo e, simultaneamente, regula a forma como outras vozes podem aparecer. As vozes de familiares, por exemplo, são geralmente inseridas apenas como suporte ao discurso médico-científico, reforçando sua autoridade e legitimidade, sem questionar ou alterar sentidos previamente estabelecidos. Para ilustrar como esse procedimento se realiza no espaço discursivo para o autismo na revista, apresentamos, a seguir, outra sequência discursiva, retirada da matéria da *Época*, na qual observamos o diagnóstico do autismo sendo interpretado pela lógica do saber especializado.

Para Alessandra, o chão se abriu quando Rafa tinha 15 meses. Ela já desconfiava de algo estranho com o menino. Ele passava horas olhando o movimento das luzes do equalizador do aparelho de som. "Mas autismo nunca tinha me passado pela cabeça". O pediatra de Rafa percebeu o problema e sugeriu que Alessandra e o marido procurassem o Centro Pró-Autista. "Não levou quatro minutos para eles fecharem o diagnóstico. Eu quis negar. Como podiam ter certeza só de olhar para ele? Quando cheguei em casa, sentei no computador e li sobre os sintomas. Era o Rafa".

Fonte: Revista *Época*, edição de nº 473.

A sequência discursiva em questão apresenta a narrativa de Alessandra diante dos comportamentos considerados “estranhos” do filho Rafa, uma criança autista de 15 meses. A fala de Alessandra mostra como a experiência da percepção do autismo no filho é naturalmente interpretada pela lógica do saber médico-psiquiátrico. A urgência do diagnóstico de autismo do filho coloca Alessandra em

posição de dependência em relação ao discurso especializado, fazendo que suas observações e vivências como mãe atípica fiquem subordinadas à autoridade do saber médico.

Esse processo evidencia como o discurso especializado não apenas orienta o diagnóstico, como também condiciona a forma como os familiares experienciam e significam o autismo, em que a percepção cotidiana do fenômeno é regulada pelas lentes do saber médico-científico.

Além disso, é importante salientar que o discurso midiático tende a produzir um efeito de identificação com o público (Charaudeau, 2006). Dessa forma, a iniciativa de trazer, para o texto da revista, a voz de mães de autistas para narrar a experiência materna no espectro, funciona como estratégia de aproximação com o leitor, suscitando nele emoção e identificação com a pauta a ser discutida na revista.

Esse recurso contribui ainda para a construção de uma memória discursiva sobre o autismo, uma vez que ele recupera ou reforça a ideia de autismo como “luta”, “carga” ou “superação”, naturalizando, desse modo, certas formas de compreensão desse fenômeno. Logo, podemos afirmar que a seleção dessas vozes no espaço discursivo da revista não é neutra. Ela funciona como parte de uma estratégia utilizada pela revista no processo de controle do discurso e da produção de sentidos para o autismo em seu espaço editorial, processo esse que privilegia relatos que suscitem emoção e identificação em detrimentos de outros.

Contudo, é importante salientar que o editorial da revista *Época* trabalha ainda pela lógica da representação. Para isso, busca incluir a voz do sujeito autista em seu espaço discursivo para promover essa ideia de participação e inclusão. Podemos constatar isso por meio da sequência discursiva a seguir, em que a voz de um sujeito autista é mobilizada para expressar suas experiências, vivências e perspectivas dentro do espectro do autismo. Segue a sequência discursiva para analisar como a voz desse sujeito é construída e mediada no espaço discursivo da revista:

"Não existe cura", diz J.S.O., de 20 anos. "Autismo é uma maneira diferente de ser. Mas sei que cheguei aonde cheguei porque tive quem olhasse por mim". **O caso de J.S.O. é o melhor argumento contra o desespero dos pais ao descobrir que seus filhos são autistas.** Hoje, formado no ensino médio, ele quer fazer vestibular para a faculdade de Letras. Mas, até os 4 anos, não falava. Sua mãe diz que ele apenas repetia o que os outros diziam e emitia um "iiiiiiiiii" alto, constante e agudo. Balançava as mãos sempre que estava nervoso ou contente. Quando algo fugia de sua rotina, se debatia e chorava.

Fonte: Revista *Época*, edição de nº 473.

A sequência discursiva acima apresenta o relato de J.S.O., um jovem autista de 20 anos que, ao relatar suas experiências e vivências no espectro, afirma não existir cura para o autismo e o define como “uma maneira diferente de ser”.

A sua voz é inserida no espaço discursivo da revista com o objetivo de evidenciar, conforme já mencionamos, a ideia de inclusão e representatividade que o editorial busca promover. Contudo, é necessário salientar, ao mesmo tempo em que a revista busca dar voz ao sujeito autista, ela atua apagando e invisibilizando esse sujeito naquele espaço de produção e circulação de dizeres. Podemos constatar isso pela maneira como o editor da revista identifica o sujeito: pelas iniciais de seu nome. Assim, ao nomear o indivíduo que fala pelas iniciais de seu nome, a revista priva o sujeito de uma marca simbólica muito importante para a constituição da identidade: o nome próprio.

Tal gesto evidência, ainda, o poder de controle da mídia sobre o discurso, uma vez que a revista seleciona, delimita e organiza como a voz do sujeito autista deve aparecer, determinando quais aspectos de sua experiência e vivência no espectro serão visíveis, interpretáveis e valorizadas pelo público. Em síntese, a voz do sujeito autista pode ser incluída, mas precisa passar pelo controle do agente organizador do discurso para o autismo na edição da revista, pois nem tudo pode dito e circular nesse espaço. O dizer precisa, nesse sentido, ser regulado para atender às condições de produção impostas pela revista e aos interesses econômicos e ideológicos colocados no campo social.

A fim de concluir nossa análise sobre o funcionamento discursivo para o autismo na edição de nº 473 da revista *Época*, ressaltamos ainda que a revista ao se filiar a uma formação discursiva oriunda, predominantemente, do saber médico-científico para falar e interpretar o autismo, produz enunciados que reforçam uma visão patologizante do espectro, ao mesmo tempo em que orientam o público a interpretar o fenômeno a partir de parâmetros clínicos e normativos. A sequência discursiva a seguir, retirado da edição da revista, evidencia o modo como esses saberes especializados pela revista, criando esse efeito de patologização para o autismo.

[...] Associação Psiquiátrica Americana decidiu tornar mais abrangentes os parâmetros para o **diagnóstico do distúrbio** - e o país viveu uma campanha de informação para **detectar o problema**".

Ainda que haja exageros, a campanha pró-diagnóstico é positiva. Primeiro, ela permite que o **tratamento** englobe também casos mais leves, de pessoas que seriam antes consideradas apenas "esquisitas". Pequenos dramas pessoais, de gente com dificuldades nas áreas de comunicação, interação social e foco de interesse, passaram a receber atenção e cuidado. Mas o principal é ajudar a detectar mais cedo os casos de autismo. Isso faz uma grande diferença no **tratamento** e nas probabilidades de o **paciente** conquistar autonomia (Ibidem. Grifos nossos).

Fonte: Revista Época, edição de nº 473.

As sequências discursivas apresentadas discorrem sobre o diagnóstico do autismo, enfocando os impactos de campanhas de conscientização e de identificação precoce do transtorno. Na primeira, é dado destaque ao papel da Associação Psiquiátrica Americana no processo de tornar mais abrangente os critérios e parâmetros do transtorno e, na sequência discursiva seguinte, à avaliação positiva da campanha pro-diagnóstico, destacando seus efeitos positivos.

No entanto, ao analisar essas sequências discursivas pela perspectiva da AD, observamos que os enunciados que as constituem interpretam o autismo a partir de uma lógica patologizante, ao descrevê-lo como um problema clínico a ser diagnosticado, analisado e tratado pelos saberes da ciência médica e psiquiátrica. Esse efeito de sentido decorre, sobretudo, do modo como o sujeito discursivo na revista mobiliza a voz da ciência médica e psiquiátrica – inscrevendo-se, assim, na ordem do discurso especializado – para explicar o autismo segundo parâmetros clínicos.

Esse efeito é produzido ainda pelo uso de expressões pertencentes ao campo semântico da área médica, como "diagnóstico do transtorno", "tratamento", "paciente", entre outras, que integram a rede discursiva da revista para o autismo e que reforça essa ideia de patologização e reafirmação da autoridade do saber médico como lugar legítimo de produção de verdades sobre o autismo.

No mais, podemos dizer que o discurso da revista se ancora em uma formação discursiva de filiação médico-científica que interpreta o autismo como uma categoria essencialmente clínica e patológica, que precisa ser diagnosticado e controlado pelo saber especializado. Nessa mesma perspectiva, o sujeito autista é concebido como alguém que está imerso nessa patologia e cuja existência é apreendida sob a lógica da medicalização e da normatização dos comportamentos, sendo, portanto, constituído, discursivamente, como um objeto de saber e de intervenção dos dispositivos biomédicos e psiquiátricos.

Dito isso, ressaltamos que ao longo desta análise do discurso sobre o autismo na revista *Época* revela que a produção de sentido para essa condição neurológica é historicamente situada, ideologicamente orientada e mediada por mecanismos de poder, especialmente aqueles vinculados ao saber médico-científico. Nesse contexto, algumas estratégias são utilizadas pelo editor da revista para consolidar essa representação do autismo como um fenômeno clínico e patológico, a ser diagnosticado e interpretado pelo saber especializado, como a filiação a uma formação discursiva de ordem médico e psiquiátrica, o recurso à autoridade médica para falar do fenômeno no espaço discursivo da revista e a utilização de um campo semântico marcado por termos clínicos, técnicos e científicos que naturalizam a patologização dessa condição neurológica.

Além disso, destacamos uma estratégia de controle do discurso no espaço discursivo da revista, em que consiste na seleção e na organização dos enunciados de modo a privilegiar determinadas interpretações para o autismo nesse espaço. Nesse contexto, destacamos a maneira como a revista faz circular a voz do saber especializado e do próprio sujeito autista que, na revista, é apresentada de forma mediada e alinhada a interpretações e categorias previamente instituídas, evidenciando, dessa forma, tanto o apagamento quanto a subordinação dessa experiência subjetiva ao discurso biomédico. No mais, constatamos que a revista atua como uma instância reguladora de sentidos para o autismo naquele espaço discursivo, privilegiando o saber médico e restringindo a circulação de outras perspectivas discursivas para o espectro.

4.2. Análise de discursos para o autismo na revista *Superinteressante*

Prosseguindo com nossa análise acerca dos processos discursivos para o autismo na mídia, passaremos a examinar, a partir de então, como os enunciados presentes na edição nº 410 da revista *Superinteressante* funcionam discursivamente para definir e interpretar esse fenômeno neurológico.

Para tanto, iniciamos apresentando a edição supracitada da revista, destacando, ainda, as condições que possibilitaram a sua emergência e a produção discursivo que nela circula para o autismo, pois, conforme já mencionamos, todo discurso se constitui dentro de um contexto histórico, social e ideológico específico, que delimita modos de falar, interpretar e produzir sentidos sobre determinado

fenômeno. Segue, a seguir, a edição de nº 410 da *Superinteressante* para análise dos enunciados sobre o autismo nela presente.



Fonte: Revista Superinteressante, edição de nº 410.

Essa edição da revista *Superinteressante*, que traz o autismo como assunto principal, foi publicada e entrou em circulação em setembro de 2019, período em que o debate público sobre o autismo se encontrava em expansão, impulsionado tanto pelas políticas de inclusão voltadas para as pessoas com deficiências, que vinham sendo implementadas no Brasil, quanto pelo aumento da visibilidade de pessoas autistas nas mídias sociais.

Analisando parafrasticamente a capa dessa edição da *Superinteressante*, temos a imagem do rosto de uma menina, fragmentando, como se fosse um quebra-cabeça em montagem, o enunciado “Autismo”, funcionando como título principal da matéria para a temática na revista e, mais acima, o enunciado “O quebra-cabeça do [...]” integrando-se ao enunciado principal para formar o título da matéria da revista para o autismo. A capa traz ainda outros enunciados, como “Dois milhões de brasileiros estão dentro do espectro autista. E têm sintomas variados, de intensidades distintas. E agora, cientistas começam a desvendar esse enigma” que, juntando-se aos enunciados já citados, compõe a rede discursiva para o autismo nessa edição da revista.

Podemos dizer ainda que os elementos textuais que formam na capa da revista *Superinteressante* compõem o caráter informativo dessa edição da revista. Contudo, considerando-os a partir de uma perspectiva discursiva, salientamos que eles não apenas transmitem informações, mas funcionam também como enunciados

que constroem significados e sentidos para o autismo, orientando, dessa forma, a maneira como o público leitor compreende e interpreta esse fenômeno.

Desse modo, ao analisarmos discursivamente a imagem fragmentada do rosto de uma menina, como se fosse um quebra-cabeça, materializado na capa dessa edição da *Superinteressante*, compreendemos que esse elemento visual funciona como um recurso utilizado pela revista para simbolizar a complexidade do autismo, cuja compreensão é ainda parcial e incompleta.

Tal efeito de sentido é dado, ainda, pelo enunciado “O *quebra-cabeça do autismo*” que, no discurso da revista, funciona como metáfora que remete o autismo à ideia de algo complexo, cercado de incertezas e que precisa ser montado e decifrado. A escolha desse enunciado, no discurso da revista, é feita, nesse sentido, para orientar o leitor a perceber o autismo a partir de uma perspectiva enigmática, atravessada pela noção de mistério e pela ideia de uma condição que ainda desafia a compreensão da ciência.

Por outro lado, ele funciona produzindo, ainda, uma perspectiva discursiva de investigação que será promovida pela revista ao longo da matéria, na medida em que constrói a expectativa de que o conteúdo apresentado buscará “montar as peças” desse enigma, oferecendo, dessa forma, ao leitor possíveis explicações sobre as causas, características e modos de compreender o autismo. Nesse sentido, a revista posiciona-se como instância mediadora do saber científico, cujo papel é traduzir o discurso especializado sobre o autismo para o público leigo. Esse movimento contribui, desse modo, para reforçar a autoridade da ciência como instância legítima de produção de saberes sobre o autismo, ao mesmo tempo em que mantém o sujeito autista em uma posição de objeto de conhecimento, cuja identidade e vivências são interpretadas a partir parâmetros biomédicos e científicos.

É importante salientar ainda que a escolha do rosto de uma menina (e não de um menino) para representar a ideia de sujeito autista na capa da revista produz, na perspectiva discursiva da revista, um efeito de diversidade de vivências do espectro. No mais, tal enunciado funciona ainda produzindo uma espécie de ruptura com os discursos dominantes que colocam o autismo como uma condição majoritariamente masculina. Essa estratégia da revista em representar o autismo, em sua edição, por meio do rosto de uma menina, e não de um menino, não apenas desafia o estereótipo que associa o autismo majoritariamente ao sexo masculino – já que mostra que meninas também apresentam o transtorno, embora muitas vezes de forma menos

visível ou reconhecida –, como também cria um acontecimento discursivo no discurso da revista para o autismo.

É importante salientar que a noção de acontecimento discursivo é tratada na AD como um evento de linguagem que rompe com as regularidades do já-dito, instaurando novas possibilidades de interpretação e significação no enunciado (Pêcheux, 2008). O autor destaca ainda que um acontecimento discursivo é “o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, o que significa dizer que ele articula simultaneamente o que já foi dito e o que surge como novo, produzindo tensão entre o que é repetível e o que precisa ser ressignificado dentro da formação discursiva.

No entanto, é preciso ressaltar, conforme cita Siqueira (2017, p. 84), que um acontecimento discursivo “não apaga os significados anteriores, mas os desloca ou os organiza dentro de uma formação discursiva, instaurando uma relação tensa com a memória que tenta adequá-la na ordem da repetibilidade e com o discurso novo, que precisa ressignificá-lo”. Isso significa dizer, portanto, que, na perspectiva da AD, os acontecimentos discursivos não apenas introduzem novos sentidos no fluxo do discurso, mas também revelam tensões entre o que já está estabelecido e o que surge como novo, evidenciando, assim, que o sentido está em constante reorganização e atualização.

Dessa forma, considerando o contexto de produção discursiva para o autismo na capa da *Superinteressante*, compreendemos que a imagem do rosto de uma menina, utilizada para representar o autismo, funciona como um acontecimento discursivo já que rompe com a ideia de autismo como uma condição majoritariamente masculina e, ao mesmo tempo, reorganiza sentidos previamente já estabelecidos sobre o fenômeno. Neste caso, ao apresentar a imagem do rosto da menina de forma fragmentada, como se fosse um quebra-cabeça, essa imagem, que coloca o autismo como um fenômeno complexo, cria uma tensão entre a memória discursiva (o já dito sobre o autismo) e o enunciado emergente que, no discurso da capa da revista, é representado pela imagem de um rosto feminino (e não masculino) que ressignifica o autismo como uma condição multifacetada que se manifesta de formas diversas em diferentes indivíduos, desafiando, dessa forma, os estereótipos de gêneros e promovendo uma compreensão mais inclusiva e complexa do transtorno.

Ainda em relação aos enunciados que compõem a materialidade discursiva da capa da revista, destacamos ainda a sequência “*Dois milhões de brasileiros estão dentro do espectro autista. E têm sintomas variados, de intensidades distintas. E*

agora, cientistas começam a desvendar esse enigma". Esse enunciado funciona produzindo um efeito de alerta em torno da ideia de uma "epidemia do autismo" e, ao mesmo tempo, atribui à autoridade médico-científica o papel central no processo de diagnóstico e de produção de saberes sobre essa condição neurológica. Podemos dizer, nesse sentido, que esse enunciado reforça a ideia da ciência como instância de produção de verdades e de legitimidade discursiva sobre o autismo, sendo ela, portanto, a instância capaz de definir e explicar o fenômeno.

Ao discorrermos sobre essa edição da revista *Superinteressante*, não podemos deixar de destacar que ela foi produzida em um período em que o debate público sobre o autismo estava em expansão e marcado pelo crescente interesse social e midiático sobre o tema. Destacamos nesse sentido que em 2019, época em que essa edição da *Superinteressante* foi lançada, a temática sobre o autismo já despontava em diferentes meios de comunicação midiática – como reportagens, séries, documentários, programas televisivos, filmes, entre outros –, evidenciando, dessa forma, a crescente visibilidade social acerca da temática.

Nesse cenário, a noção de espectro, como categoria conceitual que reconhece a diversidade e variabilidade de manifestações do autismo, já havia se consolidado globalmente, o que contribuiu para a produção de narrativas mais inclusivas e menos homogeneizantes sobre o autismo. A revista *Superinteressante* passa, então, a refletir essa mudança ao apresentar o autismo não mais como uma condição essencialmente clínica, mas como uma condição diversa de experiência. Isso pode ser constatado na maneira como, na edição em destaque, a revista incorpora diferentes vozes e perspectivas, inclusive de pessoas autistas, ao tratar do assunto.

Ainda nesse contexto das condições de produção discursiva para o autismo na *Superinteressante*, destacamos ainda a importância dos fatores sociopolíticos e legais que também impulsionaram a emergência do autismo como pauta de interesse dessa edição da revista. Assim, cabe salientarmos que, nesse contexto, já estavam em vigor duas importantes leis voltadas para a proteção e inclusão de pessoas com deficiência no Brasil: a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012) e Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Essas leis formam, de certa forma, o pano de fundo normativo que legitima o aumento da visibilidade e da discussão pública sobre o autismo, influenciando, ainda, tanto a produção midiática quanto as interpretações sociais sobre o fenômeno.

Além disso, os movimentos sociais de conscientização, como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, instituído pela Organização das Nações Unidas, contribuíram significativamente para a ampliação da visibilidade do tema na esfera pública, principalmente na mídia.

No que diz respeito à sua perspectiva ideológica de produção, os discursos vinculados nessa edição da *Superinteressante* refletem um momento em que o saber especializado já se encontrava consolidado, o que favorece a predominância de produções discursivas pautadas em uma lógica clínica e científica.

Contudo, ao mesmo tempo em que se consolida essa lógica clínica e científica, observa-se também a presença de estratégias discursivas que enfatizam a conscientização, a complexidade e diversidade do transtorno. Desse modo, vemos se desenvolver, no discurso da revista, uma perspectiva discursiva que aborda o fenômeno numa perspectiva mais plural e inclusiva e que reconhece a diversidade de experiências e modos de ser e existir das pessoas autistas. Esse efeito de sentido pode ser evidenciado, por exemplo, na sequência discursiva a seguir, em que a edição da revista recorre à figura da autista e ativista Greta Thunberg, utilizando de sua trajetória para ilustrar essa mudança de perspectiva discursiva.

Greta Thunberg é autista. Mas isso é irrelevante para o seu trabalho. "Eu tenho Asperger, e isso significa que, às vezes, sou um pouco diferente do padrão", escreveu a ativista no Twitter. "Não fico falando em público sobre meu diagnóstico porque quero escondê-lo, mas porque sei que muitas pessoas ignorantes ainda encaram isso como uma doença, ou algo negativo". Os discursos que a sueca de 16 anos deu na abertura da Cúpula do Clima da ONU, em setembro – e na COP24, em dezembro de 2018 –, foram ocasiões históricas: uma pessoa autista foi ouvida pelo mundo de igual para igual ao abordar um assunto que não fosse o próprio autismo.

Fonte: Revista Superinteressante, edição de nº 410.

A sequência discursiva acima apresenta a ativista Greta Thunberg, ressaltando que ela é autista, mas destacando que essa condição é irrelevante para o seu trabalho. O fragmento traz ainda enunciados em que a própria Greta explica que tem síndrome de Asperger e que isso a torna “um pouco diferente do padrão”, recusando, contudo, que essa diferença seja vista como algo negativo.

Essa sequência discursiva, analisada a partir da perspectiva teórica da AD, pode ser vista como um espaço de disputa, em que diferentes formações discursivas concorrem para significar a condição autista. Se por um lado temos o discurso médico e social patologizando o autismo, ao afirmar que “Greta Thunberg é autista”, do outro, o que observamos é a fala da própria Greta funcionando como discurso de resistência que reconfigura a diferença como forma legítima de existência.

É importante salientar que o discurso médico, conforme compreende Foucault (2008), opera como uma instância de saber-poder que define, classifica e normatiza os indivíduos a partir de categorias diagnósticas, constituindo, assim, modos de existências socialmente reconhecidos. Assim, ao se dizer que “Greta é autista”, esse enunciado inscreve a ativista na rede de saber-poder médico, determinando como o sujeito deve ser identificado e significado, que é o de sua condição de sujeito autista.

No entanto, o enunciado seguinte - *“Mas isso é irrelevante para o seu trabalho”* – produz um efeito de deslocamento discursivo, rompendo, dessa forma, com uma formação discursiva dominante que associa o autismo à incapacidade, ao enfatizar que a condição diagnóstica não define as competências ou realizações da ativista. Podemos dizer, dessa forma, que o enunciado desloca a atenção do autismo como marcador de limitação e promove uma narrativa que enfatiza a capacidade de ação e autonomia do sujeito autista, abrindo, assim, espaço para uma compreensão mais plural e inclusiva dessa condição e de seus modos de existência no espaço social e midiático.

Esse movimento de sentido se completa ainda pelo espaço dado à voz da própria ativista no contexto discursivo da revista, como se evidencia na sequência discursiva em que Greta compartilha suas experiências, opiniões e engajamentos. Assim, ao ser ouvida diretamente, a voz da ativista atua como mediadora de sentidos, apresentando o autismo não mais como uma definição restrita ao diagnóstico, mas como uma dimensão da identidade do sujeito, marcada por múltiplos aspectos que desafiam estereótipos e reducionismos historicamente associados a essa condição neurológica.

É importante destacar ainda que, no contexto discursivo da revista, a fala de Greta Thunberg se situa dentro da formação discursiva da neurodivergência, a qual busca compreender o autismo como parte constitutiva do sujeito, como uma categoria de diferencia humana, e não como uma limitação ou condição patológica (Ortega, 2008).

Nessa mesma perspectiva, e tomando como referência a noção de formação discursiva em Pêcheux (1995), compreendemos que o deslocamento de sentido em relação ao autismo, promovido a partir da fala da ativista, ocorre porque as formações discursivas nas quais o sujeito está inscrito estruturam os limites daquilo que pode ser dito, pensado e legitimado dentro de um campo discursivo específico. Assim, ao se posicionar na formação discursiva da neurodiversidade, a fala de Greta contribui para deslocar o autismo de uma perspectiva discursiva que o compreende exclusivamente como condição patológica para uma perspectiva que valoriza a diferença como dimensão constitutiva do sujeito, evidenciando, desse modo, o papel das formações discursivas na produção e reorganização de sentidos.

Prosseguindo com nossa análise, examinamos a seguir outra sequência discursiva, extraída da matéria da revista *Superinteressante*, a fim de evidenciarmos outros aspectos relacionados ao funcionamento discursivo da revista para o autismo. A sequência discursiva a seguir descreve o comportamento e características de pessoas com Asperger, destacando suas particularidades cognitivas, sociais e de interesses.

Pessoas com Asperger querem saber tudo sobre seu tópico de interesse, e suas conversas dificilmente serão sobre outros temas. Os gostos são os mais variados: letras e números, aviões de guerra, dinossauros ou, como no caso de Greta, o clima do planeta. Classificada como uma deficiência de desenvolvimento, a síndrome de Asperger é um dos muitos tons de cinza daquilo que os cientistas convencionaram chamar de TEA (Transtorno do Espectro do Autismo). Quem tem TEA lida com déficits na cognição, na capacidade de comunicação e na interação social. Exibe comportamentos repetitivos e tem dificuldade em abrir mão de sua rotina. Casos mais severos costumam implicar prejuízos no desenvolvimento da fala, problemas motores e agressividade. Mas esse é só o quadro geral. Cada uma das nuances do espectro tem suas particularidades, e reconhecer essas particularidades foi o passo mais revolucionário que a medicina já deu na compreensão do autismo.

Fonte: Revista Superinteressante, edição de nº 410.

Conforme salientamos, a sequência discursiva em questão discorre sobre a síndrome de Asperger destacando aspectos relacionados ao comportamento de sujeitos diagnosticados com o transtorno. A sequência discursiva apresenta uma explicação descritiva e classificatória, combinando informações gerais, exemplos concretos e contextualização científica, a fim de produzir um discurso informativo, esclarecedor e reconhece a diversidade dentro do espectro autista.

O texto que constitui essa sequência discursiva se situa dentro de uma formação discursiva que busca construir o autismo como objeto de conhecimento científico e social ao descrever características cognitivas e comportamentais de pessoas com Asperger.

Nesse processo, observamos uma produção discursiva marcada por uma ideologia que confere à ciência médica a autoridade para compreender o autismo, mas que, ao mesmo tempo, sugere uma valorização da diversidade, articulando, dessa forma, perspectivas discursivas que seguem uma dupla orientação: de um lado, a que consolida explicações científicas sobre o comportamento e características de pessoas com Asperger; do outro, a que reconhece e legitima a diversidade de experiências e modos de ser no espectro. Essa dupla articulação, que concilia autoridade científica e reconhecimento da diversidade, produz um efeito de sentido que compreende o autismo não apenas como uma condição clínica, mas também como uma diferenciação de condição humana que merece reconhecimento social.

No entanto, é importante ressaltar que como o discurso está sujeito a falhas e equívocos (Orlandi, 2020; Pêcheux, 1995), o que é dito no discurso pode escapar ao controle do sujeito discursivo, abrindo espaço para outras interpretações possíveis sobre aquilo que foi enunciado. Desse modo, embora a sequência discursiva analisada produza um efeito de humanização e de empatia em relação a sujeitos diagnosticados como Asperger - afastando-os da visão reducionista de “deficientes” para a de indivíduos complexos, singulares e com características próprias e cuja identidade não se reduz ao diagnóstico clínico -, parte do sentido produzido escapa ao controle do enunciador, gerando efeito contrário ao pretendido.

Nesse contexto, ao descrever características comuns das pessoas com Asperger, o sujeito enunciador deixa escapar formulações discursivas do tipo “[...] *suas conversas dificilmente serão sobre outros temas*” - presente no *continuum* da sequência discursiva dada – que reforçam estereótipos sobre pessoas com Asperger.

É importante destacar ainda, conforme Pêcheux (1995), que o discurso não é neutro. Ele produz efeitos de sentidos que são ideologicamente demarcados. Ao analisarmos a sequência discursiva em questão, percebemos que, embora o enunciador pareça ter a intenção de apresentar o autismo de maneira informativa e empática, ao descrever aspectos comportamentais de pessoas com Asperger para produzir esse efeito de sentido, o que ele diz escapa ao seu controle e passa a significar o autismo de forma diferente para o leitor. Desse modo, o que ele diz acaba reforçando estereótipos ou interpretações simplificadas sobre a síndrome de Asperger, mesmo quando sua era promover um efeito de compreensão e empatia em relação a esses sujeitos.

Ainda segundo Pêcheux (1955), todo discurso é produzido a partir de condições históricas e ideológicas específicas, nas quais o sujeito fala a partir de posições inscritas em formações discursivas específicas. Esse processo produz a ideia de transparência da linguagem, que, para Pêcheux, funciona como um efeito ideológico, que produz no sujeito a ilusão de que o que ele diz é fruto exclusivo de sua intenção individual, quando, na realidade, é resultante de processos históricos, sociais e ideológicos que o antecedem e determinam o seu dizer e o sentidos possíveis que podem ser atribuídos às suas palavras.

Esse efeito ilusório se articula, de algum modo, à noção de equívoco na linguagem, pois, ao acreditar que domina plenamente o que diz, o sujeito desconsidera que o sentido é instável: ele se movimenta, se transforma e pode ser reinterpretado de maneiras inesperadas em diferentes contextos discursivos. Diante disso, a sequência discursiva analisada exemplifica como o discurso, mesmo quando produzido com a intenção gerar determinado efeito de sentido, pode escapar ao controle do enunciador, dando a origem a outros que não correspondem à sua intenção inicial.

No processo de análise dos enunciados sobre o autismo nesta edição da *Superinteressante*, observamos ainda outras construções discursivas que funcionam produzindo o efeito de legitimidade do discurso especializado na produção de saberes sobre o espectro. Para exemplificar esse funcionamento, apresentamos a seguir outra sequência discursiva – entre as diversas encontradas no texto da revista – que evidencia como o discurso midiático se ancora na autoridade da ciência médica para produzir efeitos de verdade e credibilidade àquilo que afirma sobre o autismo.

UM NÃO: MUITOS

A ideia de “espectro” ganhou corpo na comunidade científica a partir da década de 1990, graças aos trabalhos da psiquiatra inglesa Lorna Wing. Wing foi a primeira a defender que não deveria existir uma régua única que reduzisse autismos diferentes a um diagnóstico fixo. Como os comportamentos apresentados em alguns casos podem não aparecer em outros, fica difícil colar a mesma etiqueta em todos os pacientes. A mudança de nomenclatura, apesar disso, é recente. Veio só em 2013, com a publicação da quinta edição do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, feito pela Associação Americana de Psiquiatria (DSM-5). Nela, os vários distúrbios da família do autismo passaram a ser reunidos sob o guarda-chuva do espectro autista.

Fonte: Revista Superinteressante, edição de nº 410.

Esse recorte discursivo, extraído da edição da revista, apresenta a consolidação do conceito de “espetro” no campo científico do autismo. Ele descreve

historicamente como a psiquiatra inglesa Lorna Wing contribuiu para a ampliação da compreensão dos diferentes tipos de autismo, ao questionar a ideia de um diagnóstico único, ao propor uma abordagem que reconhece a diversidade de comportamento no espectro. O texto combina informações históricas, científicas e conceituais, explicando como essas mudanças influenciaram a atualização da classificação diagnóstica e culminaram na publicação do DSM-5, em 2013, que unificou os distintos transtornos sob o conceito de “espectro autista”.

É importante observar, dada a sequência discursiva, que a revista ao combinar narrativa histórica e discurso científico para falar sobre a evolução do conceito de autismo na ciência médica, destacando a visão de uma passagem rígida e categórica para a perspectiva de espectro, que reconhece a diversidade de manifestações do autismo, produz um efeito de sentido de legitimidade científica na compreensão do fenômeno do autismo. Isso se dá, sobretudo, pela maneira como a revista ancora-se em especialistas (Lorna Wing, psiquiatra inglesa) e instituições médicas (Associação Americana de Psiquiatria) para interpretar o fenômeno.

Do ponto de vista discursivo, podemos dizer que há um funcionamento ideológico que não só naturaliza a autoridade do saber especializado na definição do que é o autismo, como também o apresenta como neutro e transparente. Desse modo, os discursos sobre o autismo são construídos de modo a parecerem evidentes e universais, mascarando as disputas sociais, históricas, políticas e ideológicas que atravessam a constituição desses saberes.

Como o saber especializado aparece como instância legitimadora dos dizeres para o autismo nessa sequência discursiva, tem-se um processo discursivo que não só produz certa verdade sobre o autismo, mas que também orienta a percepção do leitor sobre o autismo que naturaliza certos sentidos e marginaliza outros possíveis a essa condição neurológica. Nessa perspectiva, o efeito de sentido que se produz para o autismo nesse processo é o de categorização, pois segue um caminho linear e racional, pautado por evidências, em que a ciência médica detém o poder legítimo de nomear, classificar e reorganizar essa categoria e os sujeitos que vivem nela. Além disso, ao utilizar-se de termos como “guarda-chuva do espectro autista” e “família do autismo”, no recorte discursivo apresentado, reforça-se a ideia de que, no espectro autista, as diferenças individuais podem ser reunidas sob um mesmo olhar normativo.

É importante salientar ainda que o fato de o sujeito enunciador recorrer ao discurso especializado para deslocar a compreensão do autismo de diagnóstico fixo

para o de conceito de espectro, tal gesto não representa uma ruptura com certos valores hegemônicos, uma vez que não problematiza, nesse processo, os efeitos sociais e políticos dessa mudança, tampouco considera ou incorpora as vozes dos próprios sujeitos autistas. O discurso produzido se filia a uma formação discursiva médica/científica que tem como resultado o apagamento de outras leituras possíveis para o autismo. Como resultado, temos uma produção discursiva que, ao mobilizar discursos oriundos de uma formação discursiva médica/científica, não apenas naturaliza a autoridade desses domínios de saber na compreensão sobre o autismo, como também contribui para a construção de uma narrativa única sobre essa condição, ocultando, assim, as disputas sociais, políticas e ideológicas que permeiam a produção desse conhecimento.

Esse recurso, em que a revista mobiliza o saber especializado para interpretar o autismo se estende ainda a outras sequências discursivas que constituem o discurso da revista para esse fenômeno neurológico. Desse modo, destacamos, a seguir, um recorte discursivo que exemplifica esse funcionamento.

Em paralelo ao autismo, não é raro que pessoas no espectro apresentem outros quadros psiquiátricos. Estima-se que mais da metade dos diagnosticados acumulem quatro ou mais condições além do quadro principal. Entre as mais comuns estão ansiedade, epilepsia, depressão e TDAH (transtorno de déficit de atenção com hiperatividade). Por vezes, o tratamento desses sintomas é que leva ao diagnóstico do autismo.

Fonte: Revista Superinteressante, edição de nº 410.

Nesse recorte discursivo, a revista discute a relação entre autismo e outros transtornos psiquiátricos, destacando que é comum pessoas no espectro apresentar outras comorbidades, como ansiedade, epilepsia e TDAH. É um enunciado que reforça a ideia de complexidade clínica do autismo, produzindo efeitos de sentido que veiculam o sujeito autista marcado pela comorbidade e pela medicalização. O sujeito autista é, dessa forma, construído a partir de uma perspectiva clínica e patologizante, cuja condição neurológica aparece vinculado a um conjunto de “quadros” e “sintomas” e mediada pelo olhar especializado e por critérios diagnósticos.

Essa sequência discursiva exemplifica como o discurso midiático, ao abordar o autismo, tende a operar segundo a lógica da cientificidade e da patologização,

inserindo o fenômeno em uma rede de saberes e práticas que o situam no campo da saúde mental, e não em uma perspectiva social ou identitária. Tal perspectiva contribui para uma produção de sentidos que coloca o autismo como um fenômeno prioritariamente clínico, inserido no campo das doenças e distúrbios mentais.

Entretanto, é importante destacar que nesse processo de construção de sentido para o autismo a revista utiliza-se de diferentes estratégias discursivas que possibilitam uma compreensão mais ampla e multifacetado do fenômeno. Nessa perspectiva, apresentamos o recorte discursivo abaixo, em que a revista mobiliza o depoimento pessoal, ainda que de forma mediada, para produzir uma narrativa que combina experiência subjetiva e saber especializado no discurso que produz sobre o fenômeno em questão.

A ausência de diagnóstico fez Nadir Mello, professora e mãe de três filhos que vive no Rio de Janeiro, passar boa parte da vida adulta sem suspeitar que tinha o distúrbio. Ela só soube aos 40 anos. "Eu tive depressão e, incentivada pelo meu namorado, decidi procurar ajuda. Então, começou um processo de investigação." Além da avaliação neuropsicológica, o diagnóstico do autismo envolve conversas com a família do paciente. Ao final do processo, a pessoa recebe um relatório. No caso de Nadir, o resultado foi um quadro de TEA somado a TDAH.

Fonte: Revista Superinteressante, edição de nº 410.

Nesse recorte, é possível observar que a narrativa da revista para o autismo combina depoimento pessoal de um sujeito autista (Nair Mello, adulta diagnosticada com TEA e TDAH) com informações provenientes do saber especializado. Ao apresentar a experiência de Nair, a revista estabelece uma conexão entre a perspectiva do sujeito autista e a autoridade do saber médico, evidenciando que o diagnóstico vai além dos exames técnicos, ele envolve ainda o acompanhamento clínico, conversas com familiares e observações do cotidiano do sujeito.

Essa articulação discursiva, promovida pela revista, contribui para apresentar o autismo como um fenômeno complexo, passível de investigação clínica detalhada, ao mesmo tempo que dá voz ao sujeito autista, permitindo que seu relato seja reconhecido e validado no espaço midiático. Em síntese, esse recorte discursivo produz um efeito de sentido de que o autismo só se torna reconhecível e legitimado através do saber médico, contudo reforça a importância da experiência individual nesse processo do olhar clínico e especializado sobre o espectro.

Para concluir este percurso de análise dos enunciados da *Superinteressante* para o autismo, gostaríamos de destacar que a matéria produzida pela revista procura articular diferentes pontos de vista sobre a condição autista em seu espaço enunciativo, ainda que o foco principal permaneça centralizado na perspectiva do saber clínico e especializado. Temos destacado isso ao longo desta análise, contudo, apresentamos a seguir mais um recorte discursivo, extraído da revista, que reforça essa articulação entre saber especializado e experiências pessoais na compreensão do autismo promovida pela revista.

"Autista", enfim, não é uma palavra. É um mundo. Engloba pessoas que jamais foram diagnosticadas – e talvez morram sem ter conseguido explicar o que sentiam. Pessoas que se orgulham de quem são, e lutam para que seus iguais se orgulhem também. Pessoas que jamais poderão viver de maneira autônoma, e cujos familiares adorariam saber que há uma opção. Cada um desses autistas é produto de uma combinação inédita de centenas de genes – seus cérebros são um quebra-cabeça bioquímico que não havia existido até então, nem existirá novamente. E eles simbolizam uma revolução no jeito de pensar a medicina: um jeito que não levanta um muro entre saudáveis e doentes.

Fonte: Revista Superinteressante, edição de nº 410.

Esse recorte discursivo apresenta o autismo não somente como uma condição clínica, mas como um universo de experiências, produzindo, dessa forma, um efeito de sentido que amplia a compreensão do transtorno para além da categorização médica e diagnóstica. A afirmação inicial – *"Autista", enfim, não é uma palavra. É um mundo* – funciona, nesse sentido, como mecanismo de ampliação semântica que desloca o autismo de um mero termo clínico para um universo complexo de experiências e vivenciais. Ela produz um efeito de pluralidade e singularidade dentro do espectro que desafia a visão reducionista que caracteriza o autismo como déficit e que limita sua compreensão a parâmetros estritamente biomédicos.

É importante salientar que ao colocar em questão essas representações, a sequência discursiva apresentada rompe com uma memória social construída em torno do autismo, que o vê como uma condição patológica, marcada pela falta e pela incapacidade. Podemos dizer, nesse sentido, que os enunciados que constituem esse recorte discursivo não apenas ampliam o significado de autismo, como também tensionam e reconfiguram memórias e estereótipos, abrindo, desse modo, espaço para uma leitura mais pluralizada, que valoriza a diversidade de experiências e modos de ser no espectro.

Considerando a análise do material discursivo da *Superinteressante* como um todo, constatamos que a construção discursiva promovida pela revista articula múltiplas vozes e perspectivas, combinando o saber especializado e com experiências pessoais de sujeitos autistas, que, em conjunto, contribuem para produzir um efeito de pluralidade e complexidade na compreensão do autismo.

Assim, embora a revista privilegie a abordagem do discurso especializado na produção de saber e compreensão sobre o autismo, ela também dá espaço a outras vozes – como de pessoas autistas – que desloca a centralidade do autismo como patologia para uma perspectiva que valoriza as singularidades dentro do espectro e que desafiam os estereótipos de gênero, promovendo, assim, uma compreensão mais plural e inclusiva do espectro autista. No mais, análise permitiu-nos evidenciar que o discurso midiático, mesmo ancorado em formas de saberes já estabelecidos sobre o autismo, é capaz de produzir tensões interpretativas que ampliam o sentido do fenômeno que favorecem a produção de conhecimentos socialmente mais relevantes sobre o tema.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos investigar o funcionamento do discurso para o autismo e os efeitos de sentido para o autismo em enunciados da mídia, tomando como objeto de análise as reportagens publicadas para o tema nas páginas eletrônicas das revistas *Época* e *Superinteressante*.

A investigação procurou compreender como esses enunciados produzem sentidos para o autismo/autista, considerando suas condições de produção e as formações discursivas que estruturam os dizeres da mídia. Para isso, utilizamos como dispositivo de análise os fundamentos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, especialmente as contribuições de Michel Foucault e de Michel Pêcheux, que possibilitaram examinar o modo como os discursos midiáticos se inscrevem numa lógica discursiva que privilegia os saberes e práticas discursivas em detrimento de outros para falar e interpretar o autismo.

Em nosso percurso de análise, discutimos sobre o papel da mídia como um agente ativo na produção de sentidos socialmente compartilhados, destacando, ainda, como os enunciados que circulam nesse lugar de enunciação podem naturalizar certas representações sobre os sujeitos ou outras categorias que se tornam objeto de discussão nesse espaço de circulação discursiva. Assim, considerando o papel da mídia na produção e circulação de sentidos na esfera social, observamos que os seus discursos não apenas refletem práticas e saberes já estabelecidos, como também os organiza e os molda de maneira a orientar o modo como um dado objeto discursivo deva ser compreendido e interpretado socialmente.

No caso dos enunciados da revista *Época* sobre o autismo, constatamos que esses enunciados frequentemente enfatizam uma perspectiva médica e científica sobre o tema, apresentando o autismo como um fenômeno a ser explicado e tratado dentro de parâmetros clínicos e especializados. Os enunciados ali presentes tendem a apresentar o autismo sob uma perspectiva predominantemente clínica, privilegiando informações técnicas e especializadas sobre o fenômeno, ao mesmo tempo em que restringe ou silencia vozes oriundas de outros segmentos sociais, como de pessoas autistas e seus familiares, limitando, assim, a diversidade de perspectivas e experiências que poderiam contribuir para uma compreensão mais ampla e diversificada sobre o tema.

Além disso, observamos que os enunciados da revista *Época* contribuem para a produção de sentidos patologizantes sobre o autismo, ao abordar uma narrativa que o apresenta principalmente como um problema clínico ou déficit a ser diagnosticado e tratado pelo saber médico e psiquiátrico.

No que se refere aos enunciados da revista *Superinteressante* para o autismo, observamos que a revista traz uma abordagem que também se apoia na perspectiva do saber científico e especializado para falar do tema, contudo, ela busca dialogar com outras perspectivas, incorporando ao seu texto relatos e experienciais de sujeitos autistas e de seus familiares. Tal articulação, promovida pela revista, possibilita construir uma narrativa para o autismo que vá além da mera descrição clínica e patológica sobre o fenômeno, promovendo, assim, uma compreensão mais ampla e plural sobre o espectro. Contudo, mesmo com essa abertura, percebemos que a voz desses sujeitos ainda é limitada e muitas vezes mediada pelo discurso especializado, o que reforça o controle do discurso e hierarquias de conhecimentos em relação ao autismo no espaço midiático.

No que diz respeito aos sentidos construídos para o autismo a partir dos enunciados que circulam na página eletrônica da revista *Superinteressante*, salientamos que a revista tende a articular informações científicas e relatos pessoais de forma a apresentar o autismo como um fenômeno complexo, mas compreensível e passível de diálogo entre diferentes saberes. Essa articulação possibilita ao leitor compreender o autismo não apenas como um dado clínico e científico, mas também uma experiência que envolve a singularidade de cada sujeito autista.

Constatamos, portanto, que os enunciados das revistas analisadas operam por meio de uma tensão discursiva que sustentam narrativas biomédicas e normativas para o autismo, mas que também abrem espaço, ainda que de maneira restrita, para outras vozes que buscam afirmar a diversidade e legitimidade das experiências autistas. Dessa forma, o discurso midiático revela-se heterogêneo e atravessado por disputas de sentidos nas quais diferentes perspectivas ideológicas concorrem pela definição do que significa o autismo e ser pessoa autista.

Por fim, é importante salientar que este estudo não esgota as possibilidades de análise do discurso para o autismo na mídia. Pesquisas futuras podem ampliar o corpus de análise, incluir outros veículos midiáticos e dialogar com outras perspectivas interdisciplinares (como os estudos da deficiência e da neurodiversidade), de modo a

aprofundar a reflexão sobre os efeitos de sentidos e os processos de subjetivação que emergem desse debate para o autismo e o sujeito autista.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, P. N. Análise do discurso e o diálogo entre jornalismo e história. **Sessão de debates do XIX ENANPOL**, 2004. Disponível em: http://www.geocities.ws/gt_ad/pedronavarro.doc. Acesso em: 20 de jul. de 2025.

BERTUCCI, Roberlei Alves. O positivismo na teoria descritivista de Bloomfield. In.: **Publication UEPG** – Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes. Ponta Grossa, v. 16, nº 1, 2008. pp. 67-82. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/humanas/article/view/620/608>. Acesso em 5 jan. 2025.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União. Brasília, 28 de dezembro de 2012.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

CÂMARA JR., J. M. O estruturalismo. **ALFA: Revista de Linguística**. São Paulo, v. 11, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3298>. Acesso em: 21 nov. 2024.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Tradução de Maria da Glória Costa Gonçalves. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. **A conquista do poder**: discurso político e mídia. São Paulo: Contexto, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **O que ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHOMSKY, N.; HERMAN, E. S. **Manufacturing consent**: the political economy of the mass media. New York: Pantheon Books, 2008.

CHOMSKY, Noam. **Estruturas sintáticas**. Trad. Gabriel de Ávila e Othero e Sergio de Moura Menuzzi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

CHOMSKY, Noam. **Reflexões sobre a linguagem**. Trad. Carlos Vogt et. al. São Paulo: Cultrix, 1980.

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da Teoria da Sintaxe**. Coimbra: Armênio Amado. 1978.

CUNHA, Angélica Furtado de. et al. Linguística. In. MARTELOTTA, Mário Eduardo et. al. (Org.). **Manual de linguística**. 2a ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA-ROSA, Ismael. Por um percurso epistemológico da noção de sujeito na linguística. In: **Fórum Linguístico**. V.9, n. 1, p. 9-20, jan/mar. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2012v9n1p9>. Acesso em 5 dez. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Trad. Roberto Machado. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos III**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

GASPAR, N. R.; LUCIARA CID GIGANTE, L. C.; SCHÜTZER, L. C. Discurso, sujeito e mídia em Foucault: o véu na mulher muçulmana. **Maringá**, v. 33, n. 2, p. 217-229, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/11180>. Acesso em: 02 de jul. de 2025.

GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, vol. 4, n. 11, p. 11 – 25, 2007. Disponível em: <https://rcmc.emnuvens.com.br/revistacmc/article/view/105>. Acesso: 02 de jul. de 2025.

GREGOLIN, M. Rosário. (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

KENEDY, Eduardo. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Contexto, 2013.

KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2011.

MCQUAIL, D. **Teoria da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MARTINS, A. R. N. Grupos excluídos no discurso da mídia: uma análise de discurso crítica. **DELTA**, 21: Especial, p. 129-147, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502005000300009>. Acesso: 25 de jun. de 2025.

MCQUAIL, D. **Teoria da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MENEGUELLI, G. Pluripolítica: tangenciamentos entre o discurso político e o discurso das mídias. **Letras**, (56), p. 209-228, 2018. Disponível: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/31152>. Acesso: 15 de jul. de 2025.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In.: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

ORLANDI, Eni. Análise de Discurso. In.: Orlandi, Eni; Lagazzi- Rodrigues, Suzy (Org.). **Introdução às ciências da linguagem – discurso e textualidade**. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 13ª ed. Campinas, Pontes, 2000.

ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. In.: **Mana**, v. 14, n. 2, p. 477 – 509, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/TYX864xpHchch6CmX3CpxSG/?format=html&lang=p>

‡. Acesso em: 31 ago. 2025.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso**. In.: GADET, F. HAK, T. (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

REVISTA ÉPOCA. São Paulo: Editora Globo, n, 473, jan. 2007. Recuperado e disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/72297622/45-revistaepoca-autismo>. Acesso em 29 ago. 2025.

REVISTA SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Editora Abril, nº 410, dez. 2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/o-quebra-cabeca-do-autismo/>. Acesso em: 04 set. 2025.

SALVADOR, L. R. **A representação do autismo na mídia**: os discursos produzidos. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia), Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Trad.: Antonio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SIQUEIRA, Vinícius. **Análise do Discurso**: conceitos fundamentais de Michel Pêcheux. Mauá: Edição do Autor, 2017.

SILVA, S. D.; SANTOS, R. G. A mídia e os dizeres sobre o professor no Brasil: uma análise do discurso jornalístico. **Cad. Letras UFF**, Niterói, v. 29, n. 57, p. 299-317, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22409/cadletrasuff.2018n57a603>. Acesso: 25 de jun. de 2025.

SILVA, F. I. C. Discurso midiático, consumo e construção da subjetividade. I.: **ECOS**, v. 5, n. 2, p. 181-187, 2015. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1546>. Acesso em: 12 de jul. de 2025.

SOUSA, C. Discursos e regimes de verdade em enunciados sobre o sujeito quilombola na mídia. **Heterotópica**, v. 2; n. 1, p. 117-135, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/53485>. Acesso em: 07 de jun. de 2025.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.